

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAQUEL GONÇALVES VIEIRA MACHADO DE MELO MORAIS

**ETA E TERRA LLIURE: O NACIONALISMO RADICAL E A VIOLÊNCIA
POLÍTICA DURANTE OS ANOS 1978-1992**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SANTANA DO LIVRAMENTO

2021

RAQUEL GONÇALVES VIEIRA MACHADO DE MELO MORAIS

**ETA E TERRA LLIURE: O NACIONALISMO RADICAL E A VIOLÊNCIA
POLÍTICA DURANTE OS ANOS 1978-1992**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M827e Morais, Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo
ETA e Terra Lliure: o nacionalismo radical e a violência
política durante os anos 1978-1992 / Raquel Gonçalves Vieira
Machado de Melo Morais.
118 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021.
"Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento".

1. ETA. 2. Terra Lliure. 3. nacionalismo radical. 4.
violência política. 5. Espanha. I. Título.

RAQUEL GONÇALVES VIEIRA MACHADO DE MELO MORAIS

**ETA E TERRA LLIURE: O NACIONALISMO RADICAL E A VIOLÊNCIA
POLÍTICA DURANTE OS ANOS 1978-1992**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
(Universidade Federal do Pampa)

Prof. Dr. Daniel Duarte Flora Carvalho
Membro da banca
(Universidade de Vila Velha)

Prof^ª. Dr^ª. María Dolores Aybar Ramírez
Membro da banca
(Universidade Estadual Paulista)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter dado graça e condições a mim e a minha família para me dedicar integralmente à universidade e aproveitar as diversas oportunidades de atividades extracurriculares, também por ter me concedido segurança, saúde e capacidade para vencer as adversidades que surgiram no caminho. Agradeço a Igreja Batista Central e a Igreja Batista Colina pelo acolhimento, cuidado e apoio imensuráveis proporcionados durante toda a graduação. Vocês são minha família e sentirei saudades de cada momento vivido.

Aos meus pais, Paulo e Sandra, por terem permitido que eu me aventurasse em um estado tão longe de casa e em um curso do qual nunca ouviram falar. Sua confiança e fé são inspiradoras. Agradeço também ao meu irmão David por me ajudar a dar o meu melhor não só no curso, mas também no TCC e na vida e a minha avó Venina pelo respaldo e amor brindado constantemente mesmo na distância.

Ao meu estimado orientador Flávio Lira, a quem sou muito grata por toda a paciência, esforço e dedicação que teve para comigo e este trabalho, pois mesmo realizando seu pós doutorado na Alemanha, não se rendeu ao cansaço ou desistiu de me orientar, pelo contrário, esteve sempre presente e se empenhou em que ambos pudéssemos dar nosso melhor.

A Universidade Federal do Pampa, aos técnicos, servidores, alunos e professores, em especial ao corpo docente de RI pelos conhecimentos transmitidos, grupos de pesquisa e projetos que colaboraram para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Agradeço aos professores que tive na graduação que sempre se mostraram próximos e sensíveis não apenas às necessidades acadêmicas mas também às questões mais particulares.

Meu desejo é que toda a população brasileira tenha acesso a educação pública, gratuita e de qualidade, assim como eu tive.

*“Si pudiera olvidar todo aquello que fui
Si pudiera borrar todo lo que yo vi, no dudaría
No dudaría en volver a reír*

*Si pudiera explicar las vidas que quité,
Si pudiera quemar las armas que usé, no dudaría
No dudaría en volver a reír [...]*

*Si pudiera sembrar los campos que arrasé
Si pudiera devolver la paz que quité, no dudaría
No dudaría en volver a reír*

*Si pudiera olvidar aquel llanto que oí
Si pudiera lograr apartarlo de mí, no dudaría
No dudaría en volver a reír*

*Prometo ver la alegría
Escarmentar de la experiencia
Pero nunca
Nunca más usar la violencia”*

Antonio Flores

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar comparativamente de que forma o nacionalismo radical e a falta de apoio popular influenciaram a violência política promovida pelo grupo Euskadi Ta Askatasuna (ETA) e pelo Terra Lliure (TLL) durante os anos 1978-1992. Nesse sentido, o problema de pesquisa versa em identificar de que modo se assemelham e diferenciam o nacionalismo radical e a violência política na atuação dos dois grupos analisados no recorte temporal proposto. Por meio dos conceitos de violência política, nacionalismo radical, autonomia e radicalização, juntamente com o esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais e a abordagem do sistema de análise multinível, se procura testar a hipótese inicial de que foi devido ao escasso apoio popular ao ETA e ao TLL que ambos optaram por combater o novo sistema político (a democracia) através das margens e que impulsados por suas respectivas correntes nacionalistas radicais, utilizaram a violência política como estratégia principal de pressão ao poder central para lograr seus objetivos. A partir da combinação das perspectivas qualitativa e quantitativa, a pesquisa faz uso do método hipotético-dedutivo, do método histórico e do método comparativo para traçar e analisar a trajetória do ETA e do TLL durante a transição à democracia na Espanha. Por fim, esta pesquisa chama a atenção para as consequências e marcas que ficaram na sociedade espanhola, bem como basca e catalã, e o interessante fato de que o nacionalismo basco esmoreceu enquanto o nacionalismo catalão se fortaleceu nas últimas duas décadas.

Palavras-chave: ETA; Terra Lliure; nacionalismo radical; violência política; Espanha.

RESUMEN

El presente trabajo de investigación tiene como objetivo principal analizar comparativamente cómo el nacionalismo radical y la falta de apoyo popular influyeron en la violencia política promovida por el grupo Euskadi Ta Askatasuna (ETA) y por Terra Lliure (TLL) durante los años 1978-1992. En este sentido, la pregunta de investigación versa en identificar en qué se parecen y diferencian el nacionalismo radical y la violencia política en el desempeño de los grupos antes mencionados en el marco temporal propuesto. Mediante los conceptos de violencia política, nacionalismo radical, autonomía y radicalización, alineados con el esquema de desarrollo de los movimientos nacionales y el enfoque del sistema de análisis multinivel, se intenta comprobar la hipótesis inicial de que fue debido al escaso apoyo popular a ETA y a TLL que ambos optaron por luchar contra el nuevo sistema político (la democracia) desde los márgenes y que, impulsados por sus respectivas corrientes nacionalistas radicales, utilizaron la violencia política como principal estrategia de presión sobre el poder central para lograr sus objetivos. A partir de la combinación de perspectivas cualitativas y cuantitativas, la investigación utiliza el método hipotético deductivo, el método histórico y el método comparativo para trazar y analizar la trayectoria de ETA y de TLL durante la transición a la democracia en España. Finalmente, esta investigación llama la atención sobre las consecuencias e impresiones que quedaron en la sociedad española, así como en la vasca y catalana, y sobre el hecho interesante de que el nacionalismo vasco se ha desvanecido mientras que el nacionalismo catalán se ha afianzado en las últimas dos décadas.

Palabras clave: ETA; Terra Lliure; nacionalismo radical; violencia política; España.

RESUM

La present investigació té com a objectiu principal analitzar comparativament de quina manera el nacionalisme radical i la manca de suport popular van influir en la violència política promoguda pel grup Euskadi Ta Askatasuna (ETA) e pel Terra Lliure (TLL) durant els anys 1978-1992. En aquest sentit, la pregunta d'investigació versa en identificar en què s'assemblen i diferencien el nacionalisme radical i la violència política en l'acompliment dels dos grups analitzats durant el període de temps proposat. Mitjançant els conceptes de violència política, nacionalisme radical, autonomia i radicalització, juntament amb el marc teòric de l'esquema de desenvolupament dels moviments nacionals i l'enfocament del sistema d'anàlisi multinivell, s'intenta comprovar l'hipòtesi inicial de que es va deure a l'escàs suport popular a l'ETA i al TLL que tots dos van optar per combatre el nou sistema polític (la democràcia) a través dels marges i que, impulsats per les seves respectives corrents nacionalistes radicals, van utilitzar la violència política com a principal estratègia de pressió sobre el poder central per assolir els seus objectius. A partir de la combinació de perspectives qualitatives i quantitatives, la investigació fa ús del mètode hipotètic-deductiu, el mètode històric i el mètode comparatiu per traçar i analitzar la trajectòria d'ETA i del TLL durant la transició a la democràcia a Espanya. Finalment, aquesta investigació crida l'atenció sobre les conseqüències i marques que van romandre en la societat espanyola, així com en la basca i catalana, i sobre el fet interessant que el nacionalisme basc ha minvat mentre que el nacionalisme català s'ha enfortit en les darreres dues dècades.

Paraules clau: ETA; Terra Lliure; nacionalisme radical; violència política; Espanya.

ABSTRACT

This essay focuses on the comparative analysis of how the radical nationalism and the scant popular support influenced the political violence promoted by Euskadi Ta Askatasuna (ETA) and Terra Lliure (TLL) during the years 1978-1992. In that regard, the research problem is to identify radical nationalism and political violence as similar and distinguished in the performance of the above-mentioned groups, which have been analyzed in the proposed time frame. We try testing the initial hypothesis through the concepts of political violence, radical nationalism, autonomy and radicalization, aligned with the scheme of development of national movements and the approach of the multilevel analysis system. It was due to the low popular support for ETA and TLL that both chose to fight the new political system (democracy) from the margins. They have also been driven by their respective radical nationalist currents and they used political violence as the main strategy of pressure on the central power to achieve their goals. The research makes use of the hypothetical deductive method to trace and analyze the paths of ETA and TLL during the transition to democracy in Spain, combining qualitative and quantitative perspectives. Lastly, this research draws attention to the consequences and impressions that remained in Spanish society, as well as in Basque and Catalan societies, and the interesting fact that Basque nationalism has waned and Catalan nationalism has been strengthened in the past two decades.

Keywords: ETA; Terra Lliure; radical nationalism; political violence; Spain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1– Esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais.....	25
Figura 2– Mapa do País Basco e Euskal Herria.....	32
Figura 3– Gráfico do resultado do referendo da Lei da Reforma Política (15 novembro 1976).....	40
Figura 4– Gráfico dos ciclos de manifestações e violência política.....	45
Figura 5– Gráfico do resultado do referendo da Constituição espanhola (6 de dezembro de 1978).....	51
Figura 6– Gráfico do resultado do referendo do Estatuto de Autonomia do País Basco (25 de outubro de 1979).....	53
Figura 7– Diagrama da aplicação do esquema de Miroslav Hroch no caso basco.....	61
Figura 8– Mapa da Catalunha e dos Países Catalães.....	72
Figura 9– Gráfico do resultado do referendo do Estatuto de Autonomia da Catalunha (25 de outubro de 1979).....	81
Figura 10– Gráfico do número de ações armadas do Terra Lliure.....	84
Figura 11– Diagrama da aplicação do esquema de Miroslav Hroch no caso catalão.....	90

LISTA DE SIGLAS

AP	Alianza Popular
BEAN	Bloc d'Esquerra d'Alliberament Nacional
BVE	Batallón Vasco-Español
CDC	Convergència Democràtica de Catalunya
CDS	Centro Democrático y Social
CiU	Convergència i Unió
CSPC	Comitès de Solidaritat amb els Patriotes Catalans
ECT	Esquerra Catalana dels Treballadors
EE	Euskadiko Ezkerra
EIA	Euskal Iraultzarako Alderdia
EMK	Euskadiko Mugimendu Komunista
EPOCA	Exèrcit Popular Català
EPK	Euskadiko Partidu Komunista
ERC	Esquerra Republicana de Catalunya
ESEI	Euskadiko Sozialistak Elkartze Indarra
ETA	Euskadi Ta Askatasuna
ETA-pm	Euskadi Ta Askatasuna-militar
ETA-pm	Euskadi Ta Askatasuna-político militar
FECSA	Fuerzas Eléctricas de Cataluña S.A
GAL	Grupos Antiterroristas de Liberación
GRAPO	Grupos de Resistencia Antifascista Primero de Octubre
HASI	Herriko Alderdi Sozialista Iraultzailea
HB	Herri Batasuna
IPC	Independentistes dels Països Catalans
IRA	Irish Republican Army
KAS	Koordinadora Abertzale Sozialista
LKI	Liga Komunista Iraultzailea
LOAPA	Ley Orgánica de Armonización del Proceso Autonómico
MCAN	Moviment Català d'Alliberament Nacional
MDT	Moviment de Defensa de la Terra

MLNV	Movimiento de Liberación Nacional Vasco
NE	Nacionalistes d'Esquerra
ORT	Organización Revolucionaria de Trabajadores
PCE	Partido Comunista de España
PNV	Partido Nacional Vasco
PSAN	Partit Socialista d'Alliberament Nacional
PSAN-p	Partit Socialista d'Alliberament Nacional- Provisional
PSC	Partit Socialista de Catalunya
PSE	Partido Socialista de Euskadi
PSUC	Partit Socialista Unificat de Catalunya
PSOE	Partido Socialista Obrero Español
TLL	Terra Lliure
UCD	Unión de Centro Democrático
UPG	Unión do Povo Galego

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Arcabouço teórico	17
2.1. Conceituação	17
2.2. Lentes teóricas.....	22
2.2.1. Esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais	22
2.2.2. Sistema de análise multinível.....	27
3. Euskadi Ta Askatasuna (ETA) e o nacionalismo basco	30
3.1. Nacionalismo radical basco	30
3.2. ETA durante a transição à democracia (1975-77).....	39
3.3. Escalada de violência política do ETA (1978-80).....	47
3.4. Redução da violência política (1981-92)	55
3.5. Aplicação das lentes teóricas	61
4. Terra Lliure e o nacionalismo catalão	71
4.1. Nacionalismo radical catalão	71
4.2. Formação do Terra Lliure e primeiras atuações (1975-1983).....	77
4.3. Escalada de violência política (1984-1988)	84
4.4. Redução da violência política e desmantelamento (1989-1992)	87
4.5. Aplicação das lentes teóricas	89
5. Considerações finais.....	99
6. Referências bibliográficas	103
GLOSSÁRIO	115
APÊNDICE.....	117

1. Introdução

Considerando a Espanha como um Estado plurinacional que comporta nações e nacionalismos, se observa que em diversas ocasiões históricas houve enfrentamentos entre os denominados nacionalismos periféricos ou subestatais –como o basco, catalão, galego e canário– e o nacionalismo central de “Madri”, considerado o nacionalismo castelhano dominante. Nesta pesquisa, optou-se por investigar o nacionalismo radical basco e o nacionalismo radical catalão devido as suas possíveis relações com as organizações nacionalistas Euskadi Ta Askatasuna (ETA) e Terra Lliure (TLL), duas organizações tidas como ilegais pelo Estado espanhol devido ao seu *modus operandi* que visava atingir a independência total da Espanha para o País Basco (no caso do ETA) e para a Catalunha (no caso do TLL).

Ambas as organizações vivenciaram processos de desenvolvimento parecidos e, inclusive, chegaram a ser contemporâneas, sendo dois atores responsáveis por colaborar na formação da complexidade do tabuleiro espanhol durante o jogo democrático. Por esse motivo, preferiu-se realizar o recorte temporal desta pesquisa desde o início da redemocratização (1978) até o desmantelamento do TLL (1992), em razão desse período contemplar a escalada de violência do ETA (1978-80) e do TLL (1987-88).

Considerando tal contexto histórico, o presente trabalho versará responder o seguinte problema de pesquisa: de que modo se assemelham e diferenciam o nacionalismo radical e a violência política na atuação do ETA e do TLL durante os anos 1978-1992? Como hipótese inicial, pressupõe-se que devido ao escasso apoio popular ao ETA e ao TLL, ambos os grupos optaram por combater o novo sistema político através das margens e que, impulsionados por suas respectivas correntes nacionalistas radicais, o ETA e o TLL utilizaram a violência política como estratégia principal de pressão ao poder central para lograr seus objetivos.

Baseado nas disposições acima, tem-se como objetivo geral analisar de que forma o nacionalismo radical e a falta de apoio social influenciaram a violência política promovida pelo ETA e pelo TLL durante os anos 1978-1992. Já os objetivos específicos incluem (a) verificar as similitudes e diferenças organizacionais do ETA e do TLL, (b) compreender por que o aumento da violência política ter ocorrido durante a transição à democracia e ter continuado após essa fase, (c) averiguar qual possível relação foi estabelecida entre o ETA e o TLL e, (d) analisar a relevância do apoio popular para o comportamento do ETA e do TLL.

Para lograr êxito nessa proposições, a pesquisa fará uso de uma abordagem quali-quantitativa, uma vez que abrange tanto aspectos qualitativos, como o fenômeno comportamental dos grupos analisados, quanto quantitativos, como a análise de dados de resultados eleitorais que expressam as diferentes vontades da sociedade espanhola, por exemplo. A monografia utilizará o método hipotético-dedutivo, o método histórico e comparativo para contrastar as organizações armadas ETA e TLL e analisar como o conjunto de decisões tomadas por esses dois grupos impactou a política espanhola durante os anos do recorte temporal proposto.

A escolha por esses métodos está pautada sobre o fato de que, neste caso, eles se mostram complementares, visto que o método histórico, “apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, [...] assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.107) que ainda hoje repercutem na sociedade e na política espanhola; enquanto o método comparativo permite desvendar nuances antes não percebidas (LAKATOS; MARCONI, 2003) que contribuem para a dedução e elaboração de uma hipótese com mais probabilidades de ser corroborada do que se se utilizasse apenas o método hipotético-dedutivo.

Ademais, no que diz respeito aos procedimentos técnicos para concretização da pesquisa e sabendo da importância destes em tornar menos abstrato o objeto de estudo (LAKATOS; MARCONI, 2003), as técnicas utilizadas serão as de análise bibliográfica e documental de fontes primárias (documentos oficiais, discursos, legislações, entre outros) e secundárias (jornais, revistas, artigos, bem como livros especializados no tema).

Além de possuir os métodos e técnicas supracitadas como base, a pesquisa também contará com um arcabouço teórico tangível que terá como pilares o esquema de desenvolvimento dos movimentos nacionais, idealizado pelo historiador tcheco Miroslav Hroch e o sistema de análise multinível, desenvolvido pela socióloga política italiana Donatella della Porta, bebendo assim, dos estudos de movimentos sociais (PORTA 1995; PORTA; DIANI, 2006). Dessa forma, o destaque de alguns conceitos como nacionalismo radical, violência política e escalada policial estarão presentes no decorrer do trabalho e darão substância à análise (SOLDEVILLA, 2018; TILLY; TARROW, 2015).

Cabe destacar que a atuação do ETA e do TLL durante e após a Transição, ainda é um fenômeno relevante devido às crescentes ondas de protestos nacionalistas e manifestações independentistas que ocorreram na Espanha durante a última década, demonstrando que as

marcas destas organizações continuam em pauta na trajetória da política espanhola, principalmente quando se observa que, ainda que hoje, o País Basco e a Catalunha optem por meios mais pacíficos, ambas as comunidades autônomas¹ continuam opondo-se ao Estado espanhol e buscando alcançar a independência total deste país. Sendo assim, esta pesquisa chama a atenção para as motivações de formação dos respectivos grupos armados, a fim de mostrar que, de certa forma, o passado continua presente.

Por fim, como justificativa final dessa pesquisa, além de procurar tornar mais didático e acessível o conteúdo relacionado a esta temática, acrescenta-se o fato de que tanto no imaginário popular quanto na literatura em geral, tem-se a Espanha como modelo exemplar de transição gradual e pacífica de uma ditadura à democracia devido às negociações, aos acordos e aos pactos que foram estabelecidos entre as forças do regime ditatorial e as forças de oposição democráticas, o que ficou conhecido na Espanha como “ruptura democrática”. Em razão disso, a comunidade científica não costuma abordar a interação da democratização e da violência política na Espanha, diferentemente deste trabalho, que pretende demonstrar que, com efeito, a Transição não foi tão pacífica quanto é imaginada, buscando estabelecer uma relação entre o período de transição e a violência política.

¹ As comunidades autônomas são entidades territoriais administrativas formadas por uma ou mais províncias que possuem certo grau de autonomia legislativa e competências reguladas por seus respectivos Estatutos (RAE,s/d). São entidades territoriais administrativas semelhantes aos estados que compõem o Brasil, como o estado do Rio Grande do Sul, por exemplo.

2. Arcabouço teórico

Inicialmente esta seção destaca conceitos-chave e definições que facilitam e fundamentam esta pesquisa, sendo essenciais para a corroboração ou refutação da hipótese apresentada. Assim, conceitos como “nacionalismo radical”, “radicalização”, “violência política” e “mobilização” ganham protagonismo.

Em seguida, apresenta-se as lentes teóricas, compostas pelo esquema de desenvolvimento dos movimentos nacionais, elaborado por Miroslav Hroch e o sistema de análise multinível, idealizado por Donatella della Porta. O motivo pelo qual essas perspectivas analíticas foram escolhidas está calcado em que o modelo esquemático de Hroch permite uma maior compreensão da formação e do desenvolvimento do nacionalismo basco e catalão, e identifica variáveis que influenciaram o progresso e retrocesso desses movimentos.

Por outro lado, a preferência pela análise tridimensional de Porta e o empréstimo de expressões dos estudos de movimentos sociais deve-se à sua capacidade instrumental de investigar a violência política dentro de seu contexto por meio de distintos níveis. Ademais, cada nível apoia-se em teorias de movimentos sociais, muito elogiadas por seu caráter de des-excepcionalizar a violência política (PORTA, 2013). Com isso, pretende-se compreender por que e de que maneira o ETA e o Terra Lliure empregaram a violência política, além de comparar a violência usada entre eles.

2.1. Conceituação

Para melhor qualificar a atuação do ETA (*Euskadi Ta Askatasuna*) e do Terra Lliure (TLL) durante os anos 1978-1992, serão utilizados, principalmente, os conceitos de nacionalismo radical e violência política. A partir desses conceitos, também serão trabalhadas noções a respeito de nação, autonomia e radicalização.

Ao abordar o nacionalismo basco e catalão a partir dos estudos de movimentos sociais, entende-se que os nacionalismos analisados formam parte de um movimento social étnico que a partir de um ambiente político propício para mudanças sociais, como é o caso de uma transição à democracia², procuram mudanças nas relações de poder institucionalizadas. Para

² “Por ‘transição’ entendemos a fase de mudança de regime que corresponde ao período de tempo em que já haviam se perdido algumas das características do regime anterior sem ter adquirido ainda todas as características de um novo [regime]. Em um nível empírico, a transição é caracterizada pela: a) abertura do cenário político a atores coletivos previamente excluídos; b) pela fluidez das normas e procedimentos que regem o sistema de representação e tomada de decisão” (PORTA; MATTINA, 1986, p.136, tradução nossa).

perseguir tais mudanças, criam organizações e/ou partidos políticos que possam servir de mobilização³ social e por meio de políticas de contenção, como o protesto⁴, por exemplo, tecer maiores oportunidades para transformações políticas (TILLY; TARROW, 2015). Dessa forma, o nacionalismo basco e catalão representam a força motriz do ETA e do Terra Lliure, respectivamente, e suas ações coletivas a inspiração deste trabalho.

Dada a polissemia do termo “nacionalismo”, torna-se necessário esclarecer que durante esta pesquisa este conceito será empregado conforme a definição de Smith, em que significará “um movimento ideológico que busca atingir e manter a autonomia, unidade e identidade de uma população que alguns de seus membros consideram que constituem uma ‘nação’ presente ou futura”⁵ (SMITH, 2010, p.28, tradução livre). A utilização deste termo implica a definição de “nação” que, por sua vez, possuirá o sentido de “um grupo de pessoas que se sentem relacionadas por sua linhagem” e pelo sentimento de ascendência compartilhada, que “não tem por que coincidir, e *praticamente em todos os casos não coincidirá*, com a história real”⁶ (CONNOR, 1998, p. 190, grifo do autor, tradução nossa). Ademais, como pontua Walker Connor,

A chave da nação não está na história cronológica nem na real, mas na história emocional e vivencial. O único requisito imprescindível para a existência de uma nação é que seus membros compartilhem a convicção intuitiva de que o grupo nacional tem suas próprias origens e evolução⁷ (CONNOR, 1998, p.190, tradução nossa).

Ou seja, a nação é parte de “uma realidade intersubjetiva que é ‘objetiva’ quanto maior o número de pessoas que acreditam em sua existência. Às vezes esse processo culmina com a consolidação de uma identidade nacional e/ou de um Estado ou uma estrutura política

³ Segundo Porta e Mattina (1986), o potencial de mobilização é determinado pela combinação de três fatores: atributos culturais, redes de solidariedade e estruturas de interesses. Durante um período de grande mudança social, os movimentos étnicos tendem a fortalecer suas estruturas de solidariedade comunitária em detrimento de novas agregações sociais, prevalecendo as redes tradicionais sob novas associações.

⁴ “Nos estudos de movimento social, o termo ‘protesto’ é amplamente usado para se referir a formas não rotineiras de afetar processos políticos, sociais e culturais” (PORTA, 2013, p.15, tradução nossa).

⁵ Texto original: “[...] an ideological movement that seeks to attain and maintain the autonomy, unity and identity of a human population, some of whose members deem it to constitute an actual or potential ‘nation’.”

⁶ Texto original: “[...] un grupo de personas que se sienten relacionadas por su linaje”, [...] “no tiene por qué coincidir, y *prácticamente en todos los casos no coincidirá*, con la historia real”.

⁷ Texto original: “la clave de la nación no está en la historia cronológica ni en la real, sino en la historia emocional y vivencial. El único requisito imprescindible para que exista una nación es que sus miembros compartan la convicción intuitiva de que el grupo nacional posee unos orígenes y una evolución propios.”

subestatal”⁸ (BERAMENDI, 2005, p.178 *apud* SOLDEVILLA, 2012, p.47, tradução nossa). Estas definições podem ser sintetizadas na qualificação de Benedict Anderson (1993), em que considera que a nação é uma “comunidade imaginada”.

Os nacionalismos basco e catalão estão fortemente relacionados com a exploração de mecanismos que lhes garantam maiores poderes de decisão sobre suas comunidades autônomas, a saber, País Basco e Catalunha. Nesse sentido, ambos nacionalismos buscam mais autonomia. O conceito de autonomia será entendido aqui como a transferência de competências políticas de órgãos centrais para órgãos regionais, aumentando suas capacidades de autogestão dentro do marco institucional do Estado (DIJK, 2018). Esse conceito ajuda na distinção entre as versões moderadas e radicais do nacionalismo, visto que as primeiras “defendem (mais) autonomia, possivelmente como um estágio intermediário para a independência” enquanto as segundas “exigem independência imediata, o que implica total soberania e, portanto, uma secessão do Estado central”⁹ (DIJK, 2018, p.10, tradução livre). Entretanto, apenas a utilização do termo autonomia não é suficiente para definir o que se entende por nacionalismo radical.

Segundo os estudos de movimentos sociais (ALIMI; DEMETRIOU; BOSI, 2015, p.11, tradução livre), a radicalização é definida, de maneira geral, como o processo pelo qual uma “organização de movimento social [...] muda de táticas de contenção predominantemente não violentas para táticas que incluem meios violentos, bem como o processo subsequente de contenção mantendo e possivelmente intensificando a violência recém-introduzida”¹⁰. Nesse sentido, conforme apontam Porta, O’Connor e Portos (2019), a radicalização pode ser classificada em radicalização tática e radicalização ideológica, sendo que a primeira refere-se a mudanças progressivas em direção a condutas mais violentas, enquanto a segunda diz respeito à proposição e à execução de ideias mais decisivas no meio político, substituindo ações simbólicas por atitudes mais incisivas. Essa tipologia será testada na análise dos grupos

⁸ Texto original: “[...] una realidad intersubjetiva que se ‘objetiva’ tanto más cuanto mayor es el número de personas que creen en su existencia. Este proceso culmina a veces con la consolidación de una identidad nacional y/o de un Estado o una estructura política subestatal”.

⁹ Texto original: “moderate versions of nationalism advocate (more) autonomy, possibly as an intermediary stage towards independence [...] radical versions of nationalism to demand immediate independence, which entails complete sovereignty and thus a secession from the central state”.

¹⁰ Texto original: “[...] the process through which a social movement organization [...] shifts from predominantly nonviolent tactics of contention to tactics that include violent means, as well as the subsequent process of contention maintaining and possibly intensifying the newly introduced violence”.

ETA e Terra Lliure a fim de constatar se houve ou não radicalização durante os anos 1978-1992 e, se sim, em que direção ocorreu.

Ao relacionar os conceitos de nacionalismo e radicalização, concorda-se com Jesús Casquete (2003) e Gaizka Soldevilla (2012) a respeito do nacionalismo radical, que durante esta pesquisa fará referência à versão mais exaltada e intransigente de um nacionalismo que defende o máximo grau de autonomia para determinada nação e que utiliza ou legitima meios mais extremos para atingir a qualquer custo este objetivo.

Como supracitado, o uso de meios mais extremistas na perseguição de metas muitas vezes incluirá violência em meios políticos, o que dá forma ao conceito de “violência política”, que, como salientam Alimi, Demetriou e Bosi (2015, p.12, tradução livre), a violência política é tida como um divisor de águas que “permite a distinção entre as duas fases da radicalização [...]: o surgimento da violência, que chamamos de radicalização precoce e a escalada de violência, que chamamos de radicalização reforçada”¹¹. Por violência política entende-se “ações coletivas que envolvem grande força física e causam danos a um adversário para alcançar objetivos políticos”¹² (PORTA, 2013, p.6, tradução livre). Entretanto, esta definição ainda apresenta algumas lacunas, já que

[...] o entendimento de "grande" e "dano" é altamente subjetivo e historicamente vinculado (della Porta 2002). Um certo grau de força física pode estar envolvido em formas de ação coletiva que geralmente não são consideradas violentas *per se*; além disso, toda ação coletiva busca prejudicar um adversário mais ou menos visível. Podemos acrescentar que a violência política é geralmente entendida como um comportamento que viola a definição predominante de ação política legítima, mas o grau de legitimidade não é fácil de avaliar empiricamente¹³ (PORTA, 2013, p.6, tradução livre).

Apesar disso, concorda-se, de maneira geral, que em países democráticos as formas violentas de ações coletivas variam entre “ataques a propriedades, tumultos, confrontos violentos entre grupos étnicos ou políticos, enfrentamentos com a polícia, ataques físicos direcionados a alvos específicos,” ou até mesmo “bombardeios aleatórios, apreensão armada

¹¹ Texto original: “[...] we treat political violence as a 'cut-point' [...] a marker that enables us to distinguish between two phases of radicalization [...]: the emergence of violence, which we call early radicalization, and the escalation of violence, which we call stepped-up radicalization.”

¹² Texto original: “political violence consists of those repertoires of collective action that involve great physical force and cause damage to an adversary to achieve political aims”.

¹³ Texto original: “[...] as the understanding of both “great” and “damage” is highly subjective as well as historically bound (della Porta 2002). A certain degree of physical force may be involved in forms of collective action that are usually not considered violent *per se*; moreover, all collective action seeks to damage a more or less visible adversary. We can add that political violence is generally understood as behavior that violates the prevailing definition of legitimate political action, but the degree of legitimacy is not easy to assess empirically.”

de lugares ou pessoas [...], assaltos e sequestros”¹⁴ (PORTA, 2013, p.6, tradução livre). Essas táticas são condicionadas pela falta de poder militar real de suas organizações clandestinas, uma vez que, organizadas subterraneamente, não conseguem obter controle total de seus territórios (CUENCA; AGUILAR, 2009).

Como destaca Dijk, “a violência política não é definida *per se* por uma intenção de matar o maior número possível, mas pelo simbólico, pelo valor representativo dos objetivos”¹⁵ (2018, p.6, tradução livre). Portanto, a prática do Terra Lliure de alvejar edifícios ou outros objetos materiais sem causar vítimas mortais, também enquadra-se como violência política (DIJK, 2018). Por outro lado, o *modus operandi* do ETA e as 644 vítimas mortais¹⁶ que deixou entre os anos 1978-1992, também configuram um quadro de violência política (CALLE; CUENCA, 2004; RAMO, 1992b).

Dentro desta abordagem, existem tipificações que proporcionam a identificação de fenômenos parecidos. Entre as caracterizações muito semelhantes de Alimi, Demetriou e Bosi (2015) e Porta (2013), optou-se por seguir esta última devido a como seus tipos bases se desdobram e se estendem a outras dimensões. Entre as classificações mais comuns da violência política encontram-se a letal *versus* não letal, indiscriminada *versus* seletiva e violência em alta escala *versus* violência em baixa escala, sendo que para Porta (1995), os aspectos mais importantes são: a intensidade da violência (em baixa ou alta escala) e a forma com que esta se organiza (aberta ou clandestinamente).

Alicerçada sobre estas duas últimas variáveis, Porta tipifica a violência política em

- (1) violência de baixo nível e menos organizada;
- (2) violência semi-militar – violência que também é de baixo nível porém é mais organizada;
- (3) violência autônoma: violência utilizada por grupos superficialmente organizados que enfatizam o recurso “espontâneo” à violência de alto nível; e
- (4) violência clandestina – a violência extrema de grupos que se organizam subterraneamente com

¹⁴ Texto original: “[...] include attacks on property, rioting, violent confrontations between ethnic or political groups, clashes with police, physical attacks directed against specific targets, random bombings, armed seizure of places or people [...], holdups, and hijacking.”

¹⁵ Texto original: “political violence is not defined *per se* by an intention to cause as many victims as possible, but instead by the symbolic, representative value of targets.”

¹⁶ O número de vítimas mortais foi calculado com base nos dados de Calle & Cuenca (2004) e Ramo (1992b), todavia, pode-se encontrar uma ligeira diferença entre estes e outros estudos.

o propósito explícito de se envolver nas formas mais radicais de ação coletiva¹⁷ (PORTA, 2013, p.7, tradução livre).

Em conformidade com as especificações descritas acima, buscar-se-á, nos seguintes capítulos, qualificar o tipo de violência usada pelo ETA e Terra Lliure e testar a hipótese de que a preferência pelo uso da violência ocorreu devido à perda de apoio social, tentando compensar a falta de poder popular com a força das armas para pressionar o poder central e lograr seus objetivos.

2.2. Lentes teóricas

Os dois pilares teóricos desta pesquisa estão formados pelo esquema de desenvolvimento dos movimentos nacionais e pelo sistema de análise multinível, ambos descritos a seguir. Acredita-se que as distintas lentes teóricas desenvolvem papéis complementares e que ambas fornecem sólidos instrumentos de análise que permitem compreender por que as organizações clandestinas ETA e Terra Lliure selecionaram a violência política como principal forma de ação coletiva.

2.2.1. Esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais

Para facilitar o estudo dos movimentos nacionais na Europa, o historiador tcheco Miroslav Hroch criou o modelo esquemático de desenvolvimento de movimentos nacionais para analisar o “despertar nacional”, procurando apontar três grandes fases que estão presentes em quase todos os processos de transformação nacional das “pequenas nações”¹⁸ da Europa Central e Oriental do século XIX. Esta análise está baseada em períodos de grandes transformações sociais que impactaram a construção nacional, agrupadas pelo autor em três estágios. Dependendo das características circunstanciais de cada caso, a relação entre as três fases (transformações nacionais) e os três estágios (transformações sociais) podem resultar em quatro “tipos” distintos de movimento nacional (HROCH, 1995; MESA, 2018). Apesar da

¹⁷ Texto original: “on the basis of these two variables, I formulated a fourfold typology including the following: (1) unspecialized violence– low-level, less-organized violence; (2) semi-military violence– violence that is also low level but is more organized; (3) autonomous violence – violence used by loosely organized groups that emphasize a “spontaneous” recourse to high-level violence; and (4) clandestine violence– the extreme violence of groups that organize underground for the explicit purpose of engaging in the most radical forms of collective action”.

¹⁸ Para Hroch (1996), o termo “pequena nação” não faz referência à quantidade de membros que a integram, mas sim à sua relação de subordinação a outra nação. É por isso que com o tempo Hroch preferiu a substituição desse termo por “grupo étnico não dominante”, considerando-o mais adequado para representar essa relação de subalternidade.

nação basca e catalã não serem o foco de suas pesquisas, acredita-se que as bases e princípios desta lente teórica também servem para analisar os movimentos nacionais do País Basco e da Catalunha¹⁹.

Segundo o esquema de desenvolvimento dos movimentos nacionais, as três grandes fases de transformações nacionais estão compostas pelas fases A, B e C. Na fase A, há um grande interesse das elites intelectuais em estudar a língua, cultura e tradição de determinada pequena nação (SANTAMARÍA, 2018). A fase B, ainda sem deixar de ser um movimento de elites, é “caracterizada pelo aumento do número de patriotas que buscam conquistar o maior número possível de etnias para o projeto de criação do futuro país”²⁰ (HROCH, 1995, p. 284, tradução livre). Em outras palavras, é o momento em que ocorre a “agitação patriótica” ou “agitação nacionalista”, “condição determinante, mas não evidente, para novos progressos no processo de formação de uma nação”²¹ (HROCH, 1995, p.284, tradução livre). Dessa forma, tal agitação consegue se estruturar ao redor de emergentes instituições nacionais que procuram organizar movimentos políticos em defesa dessa pequena nação (HIMKA, 2016). “Uma vez que a parte decisiva de todos os estratos do grupo étnico não dominante compartilha sua identidade nacional como um valor específico, surge um movimento de massas, a Fase C”²² (HROCH, 1995, p.284, tradução livre). Como destaca Hroch (1995), é precisamente durante a fase B e no limiar da fase C que são formulados os objetivos dos movimentos nacionais e, como afirma Mesa (2018), é durante esta última fase que se torna favorável o surgimento de partidos políticos nacionais modernos que lutam por atingir os objetivos desse movimento.

As fases de transformação nacional supracitadas fazem parte do processo de transformação social, que, por sua vez, são classificadas em três estágios. Seu primeiro estágio refere-se à luta contra o Antigo Regime, às revoluções burguesas e à construção do capitalismo. O segundo estágio é marcado pelo avanço do capitalismo e o surgimento da

¹⁹ Sabe-se que esta esquematização é uma simplificação da realidade, originalmente desenvolvida para analisar os grupos étnicos não dominantes do leste europeu e que esta lente teórica possui limitações, sendo possível que suas ferramentas de análise sejam incapazes de oferecer explicações plausíveis para os movimentos nacionais basco e catalão. Entretanto, presume-se que seus princípios serão úteis para os casos analisados e aproveita-se esta pesquisa para testar os horizontes do esquema de Hroch.

²⁰ Texto original: “phase B is characterized by the increase in the number of patriots, who seek to win over as many of their ethnic group as possible to the project of creating the nation-to-be.”

²¹ Texto original: “the success of this national agitation is a determining, but not a self-evident, condition for further progress in the nation-forming process.”

²² Texto original: “once the decisive part of all strata of the non-dominant ethnic group share their national identity as a specific value, a mass movement emerges, Phase C.”

classe operária. E, por fim, o terceiro estágio é definido pelo crescimento econômico e pela importância crescente da comunicação de massas (SANTAMARÍA, 2018). Para Hroch (1995), a construção da nação é marcada pelas transformações sociais que iniciaram a sociedade moderna. Por isso, o autor considera que a criação da nação ocorreu durante a transição da sociedade feudal à capitalista; apesar disso, focou a maioria de seus estudos nos estágios 2 e 3.

Tratando de transformações sociais, Porta e Mattina (1986, p.126, tradução nossa) ressaltam que “redes associativas ou modernas com base em classe ou categoria podem encontrar dificuldades de prevalecer sobre redes tradicionais”²³. Por causa disso, durante o estágio 2, período de grande mudança social devido “à industrialização e à integração nacional, redes de solidariedade étnica [podem] diminuir sua capacidade de agregação social”²⁴ e acabar conduzindo sua identificação com ideologias radicais que por vezes incorporaram certos tipos de violência, como ocorreu no País Basco (PORTA; MATTINA, 1986, p.126, tradução nossa; PORTA, 2013). Entretanto, apesar das ideologias étnicas tornarem-se mais exclusivistas e propensas à radicalização, “os tipos cívicos de ideologias nacionalistas tendem à moderação e acomodação”²⁵ (PORTA, 2013, p.72, tradução livre).

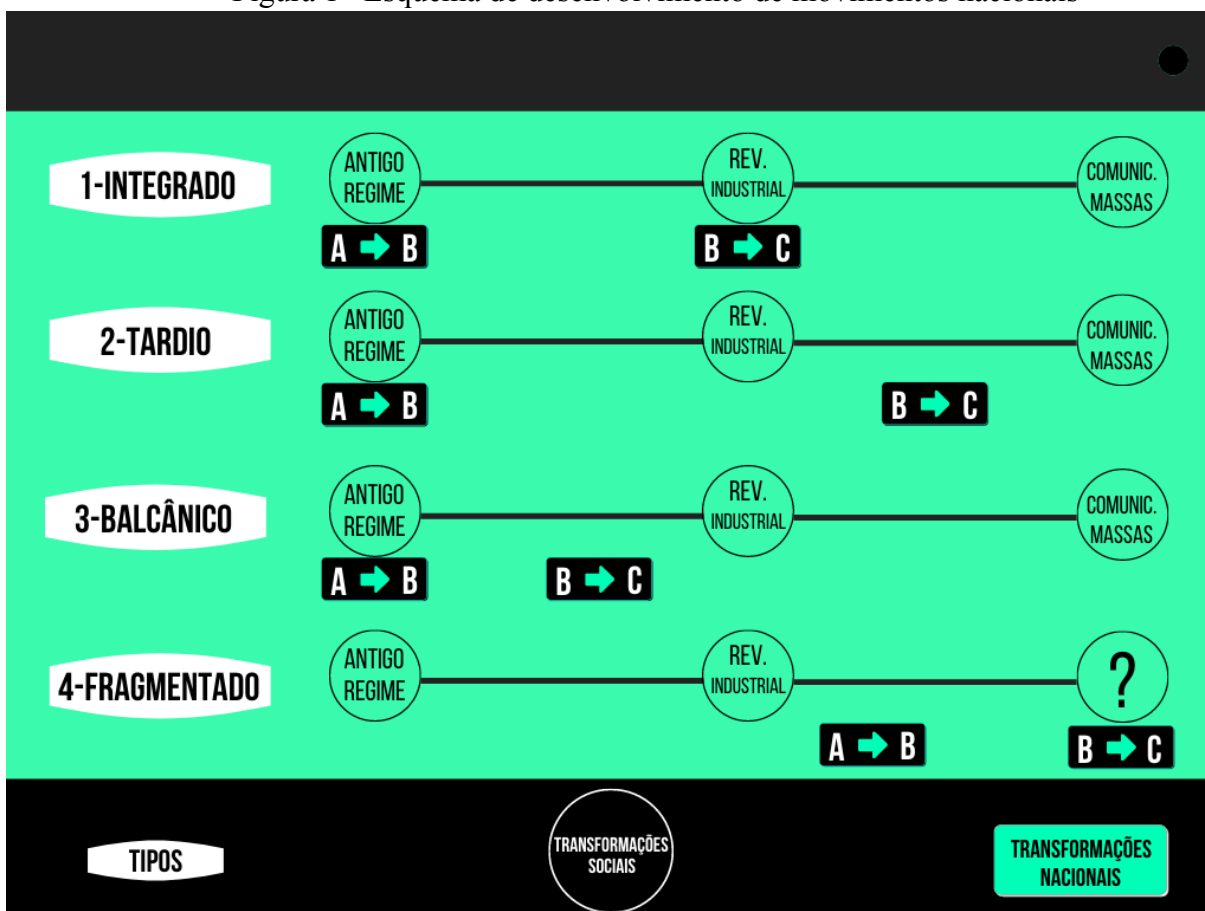
Ainda, dependendo da dinâmica entre momento histórico e a evolução das fases ABC, pode-se produzir ritmos diferenciados de construção dos movimentos nacionais, visto que este esquema se reproduz de forma desigual em distintos casos, já que as circunstâncias singulares de cada caso resultam em estágios diferentes de desenvolvimento, conforme ilustrado na figura abaixo (figura 1). Em decorrência dessa heterogeneidade, Hroch identifica os seguintes quatro tipos de desenvolvimento dos movimentos nacionais: tipo 1 ou “integrado”; tipo 2, também chamado de “tardio”; tipo 3, denominado “insurgente” ou “balcânico”; e o tipo 4, também conhecido como “desintegrado” ou “fragmentado” (HIMKA, 2016; SANTAMARÍA, 2018).

²³ Texto original: “[...] las redes asociacionales modernas con una base de clase o de categoría pueden encontrar dificultades en prevalecer sobre las redes tradicionales”.

²⁴ Texto original: “[...] la industrialización y la integración nacional, pueden modificar las redes de solidaridad étnica y disminuir su capacidad de agregación social”.

²⁵ Texto original: “[...] that civic types of nationalist ideologies tend toward moderation and accommodation”.

Figura 1– Esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais



Fonte: elaboração própria a partir de Santamaría (2018).

No tipo 1, a transição da fase A para a fase B é precedida pela revolução industrial e a passagem da fase B para a fase C ocorre simultaneamente à revolução industrial e burguesa, de forma a complementar a transição BC devido ao fato de compartilharem (grupo étnico não dominante e revolucionários burgueses) o objetivo de acabar com o Antigo Regime (SANTAMARÍA, 2018). Como acrescenta Mesa (2018, p.252, tradução nossa), “após o triunfo da revolução, ao mesmo tempo burguesa e nacional, ocorreria a consolidação definitiva da nação moderna”²⁶. É devido a essa coincidência de objetivos que o tipo 1 ganha o nome de “integrado”.

O tipo 2 contempla os movimentos em que a agitação nacionalista é anterior à revolução burguesa. Ou seja, sua evolução é semelhante ao modelo anterior, entretanto, a transição da fase B para a fase C é atrasada, tardia, devido à repressão da etnia dominante ou ao desenvolvimento desigual no território. Portanto, a transição BC ocorre paralelamente ou

²⁶ Texto original: “tras el triunfo de la revolución, al mismo tiempo burguesa y nacional, se produciría la definitiva consolidación de la nación moderna.”

após ao conflito de classes da sociedade capitalista, tornando-se necessário aguardar a consolidação da revolução industrial e do capitalismo para que ocorra tal transição, ou seja, para que o nacionalismo seja consolidado como um movimento de massas, atrasando assim a consolidação nacional (SANTAMARÍA, 2018; MESA, 2018).

No terceiro modelo, o movimento nacional rapidamente adquire o caráter de movimento de massas e passa a desempenhar um “papel fundamental na revolução burguesa, manifestando-se, por exemplo em levantes armados contra a nação dominante”²⁷, sendo por isto que recebe o nome de “insurgente” (MESA, 2018, p.253, tradução nossa). “O poder desses movimentos é tal que, às vezes, a consolidação da nação ocorre antes da revolução industrial, porque o rápido desenvolvimento cultural e social assim o permitem”²⁸ (MESA, 2018, p.253, tradução nossa).

Por último, no tipo 4, também chamado de “desintegrado”, “a passagem da fase A para a B, ou seja, a agitação nacionalista, começa sob as condições de uma sociedade civil e de um Estado constitucional e geralmente quando já começou a industrialização”²⁹ (SANTAMARÍA, 2018, s/p, tradução nossa). Portanto, não há a possibilidade do movimento crescer junto com a revolução burguesa e industrial (como no tipo 1) e é desafiado a encarar o capitalismo e o sistema constitucional liberal já consolidados, como ocorreu no caso da Catalunha e do País Basco. “Por esse motivo, em muitos casos, esses movimentos nacionais têm um passo muito tardio para a fase C ou simplesmente nunca conseguem êxito entre as massas”³⁰ em razão das dificuldades encontradas em “difundir a identidade nacional, inclusive definindo-a como regional ou territorial”³¹ (MESA, 2018, p.254, tradução nossa; SANTAMARÍA, 2018, s/p, tradução nossa). Os movimentos nacionais desse modelo também se fragmentam por causa da busca de seu lugar “no espectro político quando conflitos ideológicos e interesses de classe já foram formulados em partidos políticos institucionalizados”³² ou por causa do estabelecimento de objetivos linguísticos e culturais em

²⁷ Texto original: “[...] tiene un papel fundamental en la revolución burguesa, manifestándose por ejemplo en levantamientos armados contra la nación dominante.”

²⁸ Texto original: “la potencia de estos movimientos es tal que a veces se produce antes la consolidación de la nación que la revolución industrial, pues el rápido desarrollo cultural y social así lo permiten”.

²⁹ Texto original: “[...] el pasaje de la fase A la B, es decir la agitación nacional, comienza bajo las condiciones de una sociedad civil y un Estado constitucional y a menudo cuando ha empezado la industrialización.”

³⁰ Texto original: “por ello, en muchos casos estos movimientos nacionales tienen un paso muy tardío a la fase C o simplemente nunca llegan a triunfar entre las masas.”

³¹ Texto original: “[...] difundir la identidad nacional, incluso definirla como regional o territorial.”

³² Texto original: “[...] encontrar su lugar en el espectro político cuando los conflictos ideológicos y de intereses de clase ya estaban formulados en partidos políticos institucionalizados.”

primeiro lugar (SANTAMARÍA, 2018, s/p, tradução nossa). Tudo isso contribui para que o grupo étnico não dominante não consiga concluir seu processo de construção nacional.

2.2.2. Sistema de análise multinível

Baseado em três dimensões distintas de análise, a socióloga e politóloga Donatella della Porta (1995; DIANI, 2006; 2013) desenvolveu um sistema de análise multinível que objetiva identificar em quais sociedades é mais provável que progrida a violência política, quais grupos têm maiores possibilidades de usar repertórios violentos ou, inclusive, quais indivíduos têm maiores chances de recorrer a violência política. Esta abordagem estabelece uma comunicação entre as causas sistêmicas (nível macro), as características organizacionais (nível meso) e os motivos individuais (nível micro) que levaram a determinado acontecimento, neste caso, à violência política empregada pelo ETA e pelo Terra Lliure. Esse tipo de abordagem evita que o fenômeno analisado seja atribuído a fatores isolados ou tirados de seu contexto, diminuindo o risco de se realizar análises deficitárias.

Em relação ao nível macro, Porta (1995; 2009) afirma que as causas sistêmicas, isto é, as pré-condições do ambiente, influenciam a estrutura de oportunidades políticas dos atores e estes não assimilam da mesma maneira o cenário apresentado, pois sua cultura política e simbólica afeta essa percepção, permitindo que a mesma situação seja interpretada de modos distintos por atores distintos e resulte em escolhas estratégicas distintas. Em vista disso, torna-se primordial a aplicação da perspectiva teórica das estruturas de oportunidades políticas para analisar as macrovariáveis que levaram ao ETA e ao Terra Lliure a priorizarem a violência política como estratégia principal de pressão ao Estado espanhol.

Nesta primeira dimensão analítica, procurar-se-á examinar em que sentido o comportamento estatal proporcionou “novas oportunidades” – assim compreendidas pelo ETA e Terra Lliure – ao ambiente político, seja pela forte repressão ou seja pelos pactos entre os mais fracos do regime ditatorial (os reformistas) e os moderados da oposição, por exemplo (CUENCA; AGUILAR, 2009).

No nível intermediário, também chamado de mesonível, atribui-se especial atenção às motivações, características e estratégias das organizações analisadas, com o objetivo de compreender como estas são definidas pelos recursos que possuem. Segundo Porta (1995), a articulação das organizações radicais, também chamadas de “empreendedores violentos”, gira ao redor de três importantes tarefas: mobilização, integração e alocação de recursos externos.

Ao entender as organizações de movimentos sociais radicais como “empreendedores violentos”, Porta quer dizer que esses grupos “consomem e produzem recursos para a violência política em seu ambiente”³³ e que suas decisões são escolhas racionais baseadas em cálculos estratégicos que determinam qual o melhor tipo de contenção a ser utilizado (PORTA, 1995, p.12, tradução livre; PORTA; DIANI, 2006).

Nesse sentido, um grupo não apenas escolhe a violência política com base nos recursos disponíveis, mas também a usa como tática para aumentá-los. Entretanto, como ressaltam Oberschall, DeNardo e Dijk (1973; 1985; 2018) a escolha deliberada pelo uso da violência política como principal forma de ação coletiva também pode ocorrer como uma reação à desmobilização, ou seja, a violência política serve tanto para incentivar a mobilização quanto para solapar sua falta, usando-a como forma de substituição à escassez dos diversos tipos de recursos, sejam materiais (serviços financeiros, propaganda, recrutas) ou não (autoridade, poder militar real, compromisso moral, solidariedade de grupo). Assim, o uso da violência política pode ser interpretado como uma forma de compensar a redução dos números, substituindo o “poder dos números”, isto é, o poder de massas, pelo “poder da violência” (DIJK, 2018). Como já foi apresentado pela literatura em outras ocasiões (DENARDO, 1985; PORTA; DIANI, 2006; CUENCA; AGUILAR, 2009), por vezes, a violência política é adotada como último recurso, quando meios mais pacíficos e institucionais já falharam, ou inclusive, quando outras ações coletivas foram incapazes de atingir os objetivos desejados.

Todavia, ao adotar a violência política como estratégia central, cria-se uma via de mão dupla em que, de um lado a violência política pode servir para captar recursos, construir uma identidade e atrair “puristas”, mas, por outro, pode reduzir o apoio popular geral, perder recursos e dificultar o recrutamento. Como bem destacou DeNardo (1985, p.221, tradução livre), “os líderes radicais devem se perguntar se as táticas violentas criarão pressão adicional suficiente sobre o regime para compensar o apoio perdido ao usá-las”³⁴.

Por fim, ao chegar no micronível, analisam-se as motivações individuais dos ativistas, procurando examinar os aspectos cognitivos e afetivos que os levam a participar de ações coletivas violentas. Em outras palavras, atenta-se para os fatores psicológicos e as redes

³³ Texto original: “I assumed that radical SMOs act as violent entrepreneurs, consuming and producing resources for violence in their environment”.

³⁴ Texto original: “the radical leaders must ask themselves whether violent tactics will create enough additional pressure on the regime to outweigh the support lost by using them”.

sociais às quais o indivíduo pertence, analisando o processo de recrutamento, da construção da identidade coletiva e também de como os conjuntos de vínculos sociais conseguem manter o compromisso dos ativistas por meio do fortalecimento de lealdades (PORTA, 1995).

Nesse nível, ações estatais que atinjam o grupo, como violentas repressões, mortes ou detenção de alguns ativistas, por exemplo, são dotadas de grande valor simbólico que podem fortalecer a solidariedade coletiva e o compromisso radical e resultar na evolução de quadros de protesto ou escaladas de violência. Assim, ao sofrerem tais medidas, as organizações clandestinas tendem a buscar força internamente, que não raras vezes, resulta no aumento da violência política.

Como afirma Porta (1995, p.10; p.187, tradução livre), “a microanálise tende a atribuir esse fenômeno político [a violência política] a fatores puramente psicológicos”³⁵ e é mais importante quando a violência é reduzida a “apenas algumas dezenas de indivíduos radicalizados”³⁶. Devido ao caráter psicológico e sócio-comportamental que essa dimensão analítica exige e a profundidade e extensão que ela demanda, este nível não será incluído nesta pesquisa.

³⁵ Texto original: “and the micro-analysis tends to attribute this political phenomenon to purely psychological factors”.

³⁶ Texto original: “[...] to only a few dozen radicalized individuals”.

3. *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) e o nacionalismo basco

A seção a seguir está estruturada com a finalidade de atingir três objetivos: i. explicar quando se iniciou o nacionalismo basco, como este se radicalizou e qual sua relação com o grupo *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA); ii. identificar se houve ou não apoio popular ao ETA, e se sim, de que forma ocorreu e qual sua relevância para o comportamento da organização e; iii. compreender por que o aumento da violência política ocorreu durante a transição à democracia e continuou após essa fase.

3.1. Nacionalismo radical basco

O nacionalismo basco na Espanha é comumente visto como um nacionalismo periférico, também chamado de subestatal, que seria aquele em que se “defende a existência inquestionável de uma nação, a sua, que está artificial e ilegitimamente embutida em um Estado controlado por outra nação hegemônica, com a qual não tem nada a ver”³⁷ (SOLDEVILLA, 2018, p.294-295, tradução nossa). Nesse sentido, a nação basca e a ideologia que defende sua autodeterminação, está sujeita a uma “periferia”, sendo que a hegemonia pertenceria ao nacionalismo “central” de Madri, também chamado de “nacionalismo estatal” ou “nacionalismo espanhol” (JUNCO; BERAMENDI; REQUEJO, 2005).

A origem do nacionalismo basco moderno é atribuída ao século XIX como uma reação da classe média urbana de Bilbao³⁸ perante as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas na “primeira industrialização”. O cenário de acelerada modernização trouxe um grande fluxo de imigrantes que não apenas duplicou a demografia do País Basco entre os anos 1877 e 1930 e multiplicou por 5 a população de Bilbao e em 2,5 a de Biscaia no mesmo período, mas também provocou um descontrolado crescimento urbano e o aparecimento de guetos proletários com precárias condições de vida (PORTILLA *et al*, 2001; LABORDA, 2003). Com isso, surgiu o descontentamento da pequena burguesia e dos setores agrários afetados pela rápida industrialização que se mostraram contrários aos não bascos –mais pobres– por representarem o aumento da criminalidade e da deturpação dos costumes tradicionais, personificando os problemas sociais nos imigrantes.

Somado a esse cenário, com surgimento de uma máquina clientelista controlada por uma oligarquia industrial e devido à busca da pequena burguesia por representação política,

³⁷ Texto original: “defiende la existencia incuestionable de una nación, la suya, que está artificial e ilegítimamente embutida en un Estado controlado por otra nación hegemónica, con la que no tiene nada que ver.”

³⁸ Bilbao em espanhol e Bilbo em euskera.

surgiu o jovem bilbaino Sabino Arana Goyri com ideais calcados no romantismo agrário e forista, no integrismo carlista³⁹ e católico e na rejeição aos imigrantes oriundos das demais regiões espanholas, preferindo a denominação pejorativa de *maketo* (PORTA; MATTINA, 1986). Para os aranistas as principais ameaças e males decorrentes da presença dos não bascos, encontravam-se na “revolução industrial, [n]a incredulidade, [n]o crime, [n]a miscigenação racial, [n]a blasfêmia, [n]a degradação da moral pública e, acima de tudo, [n]a imigração (*‘a invasão maketa’*)”⁴⁰ (SOLDEVILLA, 2012, p.51, tradução nossa).

Arana tornou-se o fundador do nacionalismo basco como movimento, da ideologia e do movimento dos *abertzales* (patriotas) e do Partido Nacional Basco (PNV por suas siglas em espanhol). O nacionalismo basco surgiu, então, como uma versão radical da ideologia forista e do integrismo carlista e católico. Para mobilizar as massas, Sabino Arana utilizou uma narrativa lendária e apelativa de heróis e mártires para comover os bascos e “incitar à militância política ao PNV a fim de substituir seus prévios (e múltiplos) sentimentos de pertencimento territorial por uma identidade nacional única e excludente, a *abertzale*”⁴¹ (SOLDEVILLA, 2013; SOLDEVILLA, 2012, p.49, tradução nossa).

O objetivo de Sabino Arana era em futuro poder “recuperar” a independência para conservar a raça, o idioma, os foros, os costumes e a identidade histórica. Inicialmente se referia a Biscaia, mas logo incluiu as províncias de Álava, Guipúscoa, Navarra e aquelas que estão incorporadas no território francês (Labord, Baixa Navarra e Sola) e cunhou um nome para o conjunto: Euzkadi. A intenção de Arana era agregar todos os territórios que originariamente compunham a nação basca para formar uma única estrutura confederal, constituindo “Euzkadi”, a nação dos euzkos, a nação dos bascos de raça pura e de religião católica (SOLDEVILLA, 2012).

Cabe destacar que atualmente as denominações utilizadas para se referir às províncias bascas estão impregnadas de conotações políticas e por isso se faz necessário esclarecer alguns pontos. Primeiro, durante esta pesquisa se entenderá que o País Basco é formado pelas

³⁹ Por integrismo se entende a atitude de rejeição a qualquer mudança ideológica ou adulteração dos costumes, procurando manter uma tradição, no caso a carlista, na essência de suas bases, conservando a integridade do movimento. O movimento carlista estava baseado na tradição e legitimidade do absolutismo espanhol e possuía uma perspectiva política calcada no Antigo Regime e na cristandade, defendendo, acima de tudo “Deus, Pátria e Rei” e, posteriormente, os foros como a melhor forma de organização político-jurídica.

⁴⁰ Texto original: “la revolución industrial, la incredulidad, el crimen, el mestizaje racial, la blasfemia, la degradación de la moral pública y, sobre todas las cosas, la inmigración (la «invasión maketa»).”

⁴¹ Texto original: “impulsarles a la militancia política (en el PNV) y que sustituyesen sus previos (y múltiples) sentimientos de pertenencia territorial por una identidad nacional única y excluyente, la *abertzale*”.

províncias de Álava, Guipúscoa e Biscaia, sendo sinônimo de Comunidade Autónoma Basca ou ainda de Euskadi, devido a ser o nome do País Basco⁴² na língua basca (o euskera). Segundo, anteriormente o nome “Euskal Herria” era utilizado “para designar o território onde se falava o euskera, possuindo um significado meramente linguístico-cultural [...] que não tinha nada a ver com a política, semelhante [ao conceito] de ‘francofonia’ ou ‘mundo anglo-saxão’”⁴³ (SOLDEVILLA, 2012, p.44, tradução nossa). Entretanto, a partir de 1992, o ETA substituiu seu sentido linguístico-cultural pelo sentido de um projeto independentista para Euskadi, Navarra e o País Basco francês, ou seja, por meio de uma ofensiva cultural, o ETA ressuscitou o conceito, agora nitidamente independentista, para afastar o conceito de Euskadi, embebido de noções autonômicas devido ao Estatuto de Autonomia do País Basco de 1979, também conhecido como Estatuto de Guernica (SOLDEVILLA, 2012; MOLINA, 2018; BECK, 2005). Portanto, a principal diferença atual entre os termos Euskadi e Euskal Herria⁴⁴ diz respeito ao número de províncias que as compõem, sendo no primeiro caso apenas 3 e no segundo 7, conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 2– Mapa do País Basco e Euskal Herria



Fonte: elaboração própria a partir da adaptação de Gazteleraz, Eusko Blog (2009).

⁴² O motivo da preferência pelos termos País Basco e Comunidade Autónoma Basca reside no fato de serem os nomes oficiais.

⁴³ Texto original: “para designar al territorio donde se hablaba euskera, un contenido meramente lingüístico-cultural, [...] que no tenía nada que ver con la política (similar, por tanto, a los de «Francofonia» o «mundo anglosajón»).”

⁴⁴ O uso do termo Euskal Herria em detrimento do termo Euskadi revela a posição política de quem o emprega. Nesse sentido, Jesús Casquete (2003) chama a atenção para o fato de que quem preferia utilizar a denominação Euskal Herria era precisamente a parte da população que não condenava as práticas do ETA.

O nacionalismo radical basco apareceu durante a década de 1950, quando o PNV estava progressivamente se tornando mais moderado e os novos investimentos devido a “segunda industrialização” trouxeram um grande fluxo de capital e novos crescimentos demográficos para os principais polos industriais e de concentração financeira: Madri, Barcelona e Bilbao (SOLDEVILLA, 2012; PORTA; MATTINA, 1986). Isso tornou favorável o ressurgimento de sentimentos nacionalistas, desta vez muito mais fortes devido a “inevitável degradação urbana, perda das raízes geográficas de grupos sociais completos e crise do sistema tradicional de valores [que] estenderam os sentimentos de mal estar e de insegurança entre a população local”⁴⁵ (PORTA; MATTINA, 1986, p.129, tradução nossa). Além de certa fragmentação social, soma-se o regime franquista que vigorava na época, que criou um clima de violência e repressão (tanto física quanto simbólica), reduziu suas capacidades de expressão cultural e obrigou muitos partidos políticos a se exilarem nas Américas, como resultado da Guerra Civil.

Foi precisamente durante a ditadura de Francisco Franco que a renda média *per capita* do País Basco dobrou em relação à média nacional, fazendo com que a classe média alta ficasse alheia ao processo de mobilização nacional. Isso permitiu que novos estratos sociais como a classe média baixa, o baixo clero e estudantes iniciassem um período de tentativa de recuperação étnica (PORTA; MATTINA, 1986). Dessa maneira, uma coalizão de jovens nacionalistas radicais, indignados com a passividade da população local perante à gradual perda da língua e da cultura basca e do abandono dos preceitos arnistas pelo PNV, criou, em 1958⁴⁶, a organização *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) que significa Pátria Basca e Liberdade, cujo objetivo era realizar uma recuperação étnica e tornar a Comunidade Autônoma do País Basco, a Comunidade Foral de Navarra e o País Basco francês um Estado soberano (RAMO, 1992a).

Como aponta Antonio Elorza (2006, p.17, tradução nossa), o ETA surgiu em “pleno auge dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo e não duvidará em considerar

⁴⁵ Texto original: “la inevitable degradación urbana, la pérdida de raíces geográficas de grupos sociales completos y la crisis del sistema tradicional de valores extendieron los sentimientos de malestar y de inseguridad entre la población local.”

⁴⁶ “Parece provado que nasceu no final de 1958, mas não se tornou pública até julho de 1959 com um manifesto de conteúdo moderado, no qual os etarras [membros do ETA] se declararam herdeiros da trajetória do governo basco e a organização se definiu como patriota, apolítica, não confessional, democrata e defensora do direito à autodeterminação.[...] O conteúdo do texto foi rapidamente esquecido, pois ETA adotou a versão mais fundamentalista do nacionalismo basco. [...] Assim, a organização deu continuidade a corrente mais extrema que antes da Guerra Civil tinha encarnado Aberri e os Jagi-Jagi” (SOLDEVILLA, 2012, p.76-77, tradução nossa).

que a luta do povo basco por sua independência [também] é um deles”⁴⁷. Inspirado não apenas pela onda mundial de movimentos sociais de caráter marxista-leninista e maoísta, mas também pelos movimentos originários do Maio Francês de 1968, criou-se o Movimento de Libertação Nacional Basco (MLNV por suas siglas em espanhol) que tinha o papel de mobilizar a massa e conduzi-la à libertação das nações hegemônicas que oprimiam os bascos, a saber a nação espanhola e a francesa (TEJERINA, 2001). O MLNV era formado ideologicamente por uma leitura marxista-leninista combinada com o nacionalismo étnico⁴⁸, que juntos serviam para legitimar a violência como instrumento de ação política. Utilizando-se da teoria da “vanguarda operária”, de inspiração leninista, estudantes e indivíduos socialmente acomodados identificaram-se como “patriotas” (*abertzales*), encarregados de desenvolver o papel de revolucionários rumo à libertação nacional (MOLINA, 2018). Como afirma Fernando Molina (2018, p.264, tradução nossa), “como regra geral, essa nova esquerda radical reinterpretou a metáfora vertical marxista da opressão (cima/baixo) para o sentido horizontal de exclusão étnica (dentro/fora, nós/eles), de modo que o internacionalismo foi suplantado pelo nacionalismo”⁴⁹.

Conforme Gaizka Fernández Soldevilla, essa reinterpretação é uma expressão da “necessidade de todo grupo nacionalista de criar e estender uma identidade territorial exclusiva” (2012, p.35, tradução nossa)⁵⁰. Dessa forma, o movimento não somente cria um núcleo duro⁵¹, como também “define seu inimigo externo e interno, isto é, as fronteiras de sua

⁴⁷ Texto original: “E.T.A. surge además en pleno auge de los movimientos de liberación nacional del Tercer Mundo, y no dudará en considerar que la lucha del pueblo vasco por su independencia es uno de ellos.”

⁴⁸ “As leituras de Fannon, Mao, Marx e Engels ou Lênin eram um clássico entre a militância independentista basca, catalã ou galega, à qual foram acrescentados textos de históricos líderes nacionalistas, dando-lhes características locais. [...] Nessas leituras e, especialmente nas de Fannon, aprecia-se a interação entre etnia e classe que caracterizou esse novo movimento independentista. A luta de classes se transformava nesta nova geração independentista em conflito étnico e as massas operárias mudavam à etnias primordiais” (MOLINA, 2018, p.264, tradução nossa).

⁴⁹ Texto original: “por regla general esta nueva izquierda radical reinterpretó la metáfora vertical marxista de la opresión (arriba/abajo) desde el sentido horizontal de la exclusión étnica (dentro/fuera, nosotros/ellos), de forma que el internacionalismo fue suplantado por el nacionalismo.”

⁵⁰ Texto original: “la necesidad de todo grupo nacionalista de crear y extender una identidad territorial exclusiva”.

⁵¹ Esse núcleo duro é construído através da interessante relação entre o nacionalismo radical e o ETA, formando o que Jesús Casquete chama de “religião política”. Este termo se refere a sacralização de uma entidade, como a política, raça, classe ou nação, em que se tornam objetos de fé, reverência, culto e devoção, semelhante a uma religião, porém, com objetivos políticos. Casquete identifica alguns elementos importantes no caso do nacionalismo radical como religião política no País Basco, sendo que os mais importantes são: a defesa da fé secular com o sacrifício próprio (martírio), o heroísmo e condenação dos traidores; negação da autonomia individual a favor da coletiva; o ódio como elemento homogeneizador do corpo racial; e a criação de rituais para fortalecer a identidade simbólica do grupo (SOLDEVILLA, 2012; SOLDEVILLA, 2013). Outros autores como

comunidade étnica: quais seres humanos formam a nação e quais não, quem fica de dentro e quem fica de fora, o ‘nós’ e o ‘eles’⁵² (SOLDEVILLA, 2012, p. 35, tradução nossa). Através dessa perspectiva formou-se um maniqueísmo identitário entre nacionalistas bascos (nós) e nacionalistas não bascos (eles) que serviu para tecer uma rede de solidariedade entre o grupo interno e combater qualquer possível ameaça a esse coletivo, situando “eles” em uma posição de inimigos declarados, que só podem ser erradicados por meio da violência. No caso basco, os critérios de exclusão nem sempre foram os mesmos, mas sofreram variações temporais, no início foi a “raça, depois o idioma e, por último, a ideologia política. Assim, consecutivamente, foram deixados de fora do ‘nós’ e considerados não bascos: os imigrantes (*maketos*), os falantes do espanhol (*euskaldunmotzas*) e os não *abertzales* (espanholistas⁵³)⁵⁴ (SOLDEVILLA, 2012, p.35, tradução nossa).

Todavia, essa dicotomia não estava tão nítida durante os primeiros anos do ETA. Na verdade, como destaca Óscar Jiménez (2018, p.200, tradução livre), a formação do ETA em 1958 “passou despercebida pelas forças de segurança, pois nenhuma ação significativa foi tomada”⁵⁵. Apesar de já haver indícios, sua postura intransigente somente se consolidaria anos mais tarde, tornando-se escancarada quando a organização se dividiu em diferentes ramos.

Dez anos se passaram entre a criação do ETA e seu primeiro assassinato. Os homicídios do guarda civil galego José Antonio Pardines e do inspetor Melitón Manzanás (basco de nascimento mas considerado um estrangeiro por trabalhar para o governo espanhol durante a ditadura) em 1968 deram início às práticas cruentas do ETA e à construção da imagem coletiva da luta entre o ETA e o Estado espanhol (JIMÉNEZ, 2018). Durante os anos correspondentes entre o surgimento do ETA e sua primeira morte, o grupo concentrou-se em

debater e teorizar sobre a guerrilha, experimentando gradualmente ações cada vez mais violentas: suas primeiras bombas em 1959, uma tentativa de descarrilar um trem em 1961, seu primeiro espancamento em 1963, seu primeiro assalto bem sucedido em 1967... É verdade que a organização carecia de dinheiro e armas,

Izaskun Sáez, Antonio Elorza e Begoña Aretxaga também apresentam importantes contribuições para essa linha de pesquisa, na qual se investiga como a política pode se tornar uma “religião de substituição”.

⁵² Texto original: “define a su enemigo externo e interno, esto es, las fronteras de su comunidad étnica: qué seres humanos forman la nación y cuáles no, quién queda dentro y quién fuera, el «nosotros» y el «ellos»”.

⁵³ Por “espanholista” se entende qualquer pessoa que busca exaltar, defender ou reafirmar a identidade nacional da Espanha.

⁵⁴ Texto original: “primero la raza, después la lengua y, por último, la ideología política. Así, consecutivamente, han quedado fuera del «nosotros» y han sido considerados no vascos: los inmigrantes («maketos»), los castellanoparlantes («euskaldunmotzas») y los no abertzales («españolistas».”

⁵⁵ Texto original: “segurtasun indarrentzat nahiko oharkabeen pasa zen ETArek sorrera, ez baitzen ekintza aipagarrik izan”.

necessárias para sustentar uma campanha de ataques terroristas, mas também não havia uma intenção clara de iniciá-la. [...] O objetivo do ETA era desencadear uma espiral de reação-ação, ou seja, provocar uma dura repressão policial aos cidadãos bascos, que eles alegavam defender. A organização que optou pela violência não foi prescrita. Foi uma decisão voluntária, resultado de um cálculo estratégico baseado em circunstâncias políticas. Os membros do ETA acreditavam que, usando a violência, revelariam a face da ditadura e que os bascos "acordariam", apoiando sua causa (ROMO; SOLDEVILLA, 2018, p. 455, tradução livre)⁵⁶.

A estratégia inicial de ação-reação-ação foi empregada baseada nos casos da Argélia, de Cuba e do Vietnã, onde essa tática facilitou a solidariedade da população com o grupo armado que se erguia como o exército de libertação (MOLINA, 2018). Em outras palavras, o ETA buscava incitar a violência do “Estado opressor” para que ocorresse uma “guerra revolucionária” que tornaria propício um levante do ETA como o “salvador dos oprimidos”.

Como relata Soldevilla (2018, p.297, tradução nossa), quando o ETA aplicou a receita de ação-reação-ação e “cometeu seus dois primeiros assassinatos, a ditadura respondeu desajeitadamente em forma de prisões em massa”⁵⁷, agindo conforme os teóricos etarras⁵⁸ previram. O governo respondeu à provocação com a promulgação de um “decreto-lei sobre a supressão dos criminosos e do terrorismo e declarou estado de exceção em Guipúscoa, que após a eclosão de conflitos em várias universidades, se estendeu a toda a Espanha”⁵⁹ (SOLDEVILLA, 2012, p.90, tradução nossa; PORTA; MATTINA, 1986). Durante os anos seguintes, as prisões ocorreram de forma violenta e indiscriminada pelas forças de segurança⁶⁰, tornando-se cada vez mais comum os maus tratos e a tortura. “Como resultado de suas ações, o público neutro via os extremistas patrióticos com certa simpatia e compreensão”⁶¹,

⁵⁶ Texto original: “during that time ETA focused on debating and theorizing about guerrilla warfare, gradually experimenting with increasingly more violent actions: their first bombs in 1959, an attempt to derail a train in 1961, their first beating in 1963, their first successful robbery in 1967... It is true that the organization lacked money and weapons, necessary for sustaining a campaign of terrorist attacks, but neither was there a clear intention to initiate it. [...] The aim of ETA was to set in motion a spiral of action-reaction, that is, to provoke a harsh police repression of Basque citizens in which they claimed to defend. The organization’s opting for violence was not prescribed. It was a voluntary decision, the result of a strategic calculation based on political circumstances. ETA members believed that by using violence they would reveal the face of the dictatorship and that the Basques would ‘wake up’, supporting their cause.”

⁵⁷ Texto original: “cuando la organización cometió sus dos primeros asesinatos, a los que la dictadura dio una respuesta torpe en forma de detenciones masivas”.

⁵⁸ Por “etarra” se entende a pessoa que integra o grupo ETA, em outras palavras, um membro do ETA.

⁵⁹ Texto original: “un Decreto-ley sobre represión del bandidaje y el terrorismo y declaró un estado de excepción en Guipúzcoa, que, tras el estallido de conflictos en diversas universidades, amplió a toda España”.

⁶⁰ “O País Basco e Navarra sofreram contínuos estados de exceção e o número de detidos disparou: 831 em 1970, um número indeterminado em 1971, 616 em 1972, 572 em 1973, 1.116 em 1974 e 4.625 em 1975” (SOLDEVILLA, 2018,p.297, tradução nossa). Muitos presos não possuíam relação com o ETA. Devido aos maus tratos e tortura cada vez mais frequente nas delegacias, vários detidos “desapareceram” e outros tantos foram mortos pela mão do Estado (SOLDEVILLA, 2018).

⁶¹ Texto original: “haien jardunaren ondorioz, ikusle neutralek begikotasun eta ulermen halako batez begiratzten zituzten muturreko abertzaleak”.

granjeando animosidade popular e deslegitimando ainda mais a ditadura, fazendo com que grandes camadas da população visse o ETA como uma espécie de Messias armado (JIMÉNEZ, 2018, p.219, tradução livre; SOLDEVILLA, 2012; SOLDEVILLA, 2018). Essa simpatia serviu para fortalecer o ETA, porque, como alerta Romo, “quanto maior o apoio social, maior a duração das organizações clandestinas e as dificuldades em depor suas armas”⁶² (2016, p.260, tradução nossa).

Por não haver concordância entre os membros do ETA no tocante às ideologias da organização e ao próprio posicionamento frente aos imigrantes, ainda durante a ditadura, o ETA sofreu diversas cisões⁶³. As mais importantes ocorreram em 1966, dividindo o grupo em *ETA-Berri* (Novo ETA) e *ETA-Zaharra* (Antigo ETA), a segunda em 1971, que resultaram no ETA-V e ETA-VI e a partir dessa última, a terceira separação em 1974, que deu origem ao ETA político-militar (ETA-pm) e ao ETA militar (ETA-m). Essa última cisão ocorreu principalmente pela incongruência a respeito das estratégias utilizadas pela organização para tornar Euskadi independente. Enquanto o ETA-pm aceitou a predominância da ação política combinada com a luta armada, buscando força no movimento operário para complementar a base de apoio⁶⁴, o ETA-m advogava por práticas totalmente militares e por desenvolver uma guerra de atrito com o Estado espanhol, pois se negava a aderir às regras políticas impostas pelo Estado e, inclusive, defendia a necessidade de atuar clandestinamente como forma mais eficaz (PORTA; MATTINA, 1986; MURO, 2010). Faz-se mister salientar que, apesar dessas diferenças quanto à estratégia, ambos grupos tinham os mesmos objetivos políticos: independência, socialismo e monolinguismo para o País Basco.

Esse dissenso fez com que aos poucos o ETA-pm fosse enfraquecido, abandonasse a luta armada e se dissolvesse em 1981 e que o ETA-m aderisse “a um etno-nacionalismo mais radical, com um esquerdismo ambíguo e retórico, inspirado em certos princípios marxistas-leninistas”⁶⁵ (RAMO, 1992a, p.168, tradução nossa). Tendo em vista que o ETA-m

⁶² Texto original: “cuanto mayor sea su apoyo social, mayor será la duración de las organizaciones clandestinas y las dificultades para dejar las armas”.

⁶³ Está fora do escopo desta pesquisa analisar minuciosamente todas as divisões de ETA. Todavia, para mais informações sobre o assunto, consultar Gaizka Fernández Soldevilla, *Historia de una heterodoxia abertzale. ETA político-militar, EIA y Euskadiko Ezkerra (1974-1994)*, 2012, 625 p; Florencio Domínguez Iribarren, *ETA, estrategia organizativa y actuaciones, 1978-1992*, 1998, 277 p.

⁶⁴ Como afirma Diego Muro (2010), a incorporação de preocupações políticas não significava necessariamente “desistir” de usar a violência, mas facilitar a transição de “balas” para “cédulas”, levando a sério o corpo ideológico dos militantes e a estratégia de mobilização.

⁶⁵ Texto original: “a un etnonacionalismo más radical con un izquierdismo ambiguo y retórico, que se inspiraba en ciertos principios marxista-leninistas.”

foi a principal facção que permaneceu atuante sob o nome ETA, durante a pesquisa se entenderá o ETA-m como sendo apenas ETA. No caso de fazer referência a outra facção que possua o nome ETA, será explicitado.

Enquanto o nacionalismo dentro do País Basco apresentava notáveis fragmentações, internacionalmente havia indícios de um fortalecimento dos grupos nacionalistas radicais. No início da década de 1970, os grupos nacionalistas radicais periféricos promulgaram a “Carta de Brest”, uma declaração conjunta da União do Povo Galego (UPG) e da União Democrática Bretã (UDB), a qual posteriormente se uniram *HASI* (partido matriz de *Herri Batasuna*), o Partido Socialista de Libertação Nacional-provisório (PSAN-p por suas siglas em catalão) e a Esquerda Catalã dos Trabalhadores (ECT) em defesa de uma solidariedade revolucionária conjunta entre as nações oprimidas que lutasse contra a opressão econômica, social, política e cultural das nações hegemônicas e emancipasse as línguas “minoritárias” (MOLINA, 2018). Porém, mais do que uma solidariedade internacional, os *polimilis*, ativistas do ETA-pm, ficaram animados com a ideia de

promover focos insurreccionais distantes do País Basco para aliviar a pressão policial. Com esse objetivo, enviaram comandos a Madri, Catalunha e Galícia, equipando militarmente ativistas das frentes "militares" do PSAN-p e UPG, com os quais o ETApM preparou uma série de ataques e operações conjuntas (por exemplo, o sequestro em Barcelona do conde Godó e do cônsul inglês), das quais apenas algumas poucas foram executadas. Em junho de 1975, um comando do ETApM roubou um escritório do banco Santander na cidade de Barcelona, assassinando Ovidio Díaz López durante sua fuga, a primeira vítima mortal da quadrilha na Catalunha (SOLDEVILLA, 2018, p. 301, tradução nossa)⁶⁶.

Ao promover novos focos de violência política pela Espanha, os *etarras* não somente conseguiam aliviar a pressão policial, como também conseguiam estreitar laços com outras organizações clandestinas e forçar o Estado a distribuir e gastar mais recursos que outrora eram direcionados ao combate da violência política no País Basco.

⁶⁶ Texto original: “fomentar focos insurreccionales alejados del País Vasco para aliviar la presión policial. Con ese fin enviaron comandos a Madrid, Cataluña y Galicia, dotando de armamento a los activistas de los frentes «militares» del PSAN-p y la UPG, con quienes los de ETApM prepararon una serie de atentados y operaciones conjuntas (por ejemplo, el secuestro en Barcelona del conde de Godó y del cónsul inglés), de las que únicamente se llevaron a cabo unas pocas. En junio de 1975 un comando de ETApM atracó una oficina del banco Santander en la ciudad condal, asesinando en su huida al policía Ovidio Díaz López, la primera víctima mortal de la banda en Cataluña”.

3.2. ETA durante a transição à democracia (1975-77)

A transição do regime ditatorial para o regime democrático espanhol, isto é, o período compreendido desde a morte de Francisco Franco em 20 de novembro de 1975 até as primeiras eleições livres em 1982, é comumente vista como uma transição pacífica, pactuada e consensual, que serve como modelo a ser seguido. Entretanto, foi durante esse período que a Espanha mais sofreu com a violência política, deixando 665 mortos. Dessas 665 vítimas mortais, 162 (24%) correspondem à atividade repressiva do Estado, 485 (73%) foram resultado da violência política clandestina e 18 (3%) representam a violência urbana mais ou menos espontânea, consequência de brigas em manifestações, distúrbios e enfrentamentos entre grupos políticos rivais (CUENCA, 2009b). Nesse sentido, a transição espanhola foi muito mais sangrenta e turbulenta que a portuguesa, a grega ou a dos países do leste europeu⁶⁷ –com exceção da Romênia–, ocorridas no mesmo período.

Durante esse ínterim, o ETA negou a legitimidade da nascente democracia e a acusou de ser uma farsa, um disfarce que escondia a natureza franquista e autoritária do sistema político espanhol (SOLDEVILLA, 2018; CUENCA, 2009b). Essa percepção estava baseada em três aspectos. O primeiro diz respeito à aplicação da Lei da Reforma Política em 1976, em que se estabelecia uma reforma negociada ao invés de uma ruptura clara com as instituições franquistas, simbolizando, aos olhos do ETA, uma continuidade do regime (DIJK, 2018). Essa lei foi aprovada pelo parlamento franquista e submetida a referendo no dia 15 de novembro do mesmo ano. “A oposição de esquerda pediu abstenção, mas a participação alcançou 77,72% e 94,45% dos votantes apoiaram a lei. Estes resultados mostraram a relativa fraqueza da oposição” (CUENCA; AGUILAR, 2009, p.434, tradução livre)⁶⁸. Apesar da intensa campanha de abstenção e das greves gerais, a lei foi apoiada massivamente, não só pela população espanhola, mas também pelos cidadãos do País Basco e de Navarra (como demonstrado no gráfico abaixo), “fato que reforçou a posição favorável da participação eleitoral da liderança do ETA-pm”⁶⁹, pois consideravam que era perigoso manter uma posição

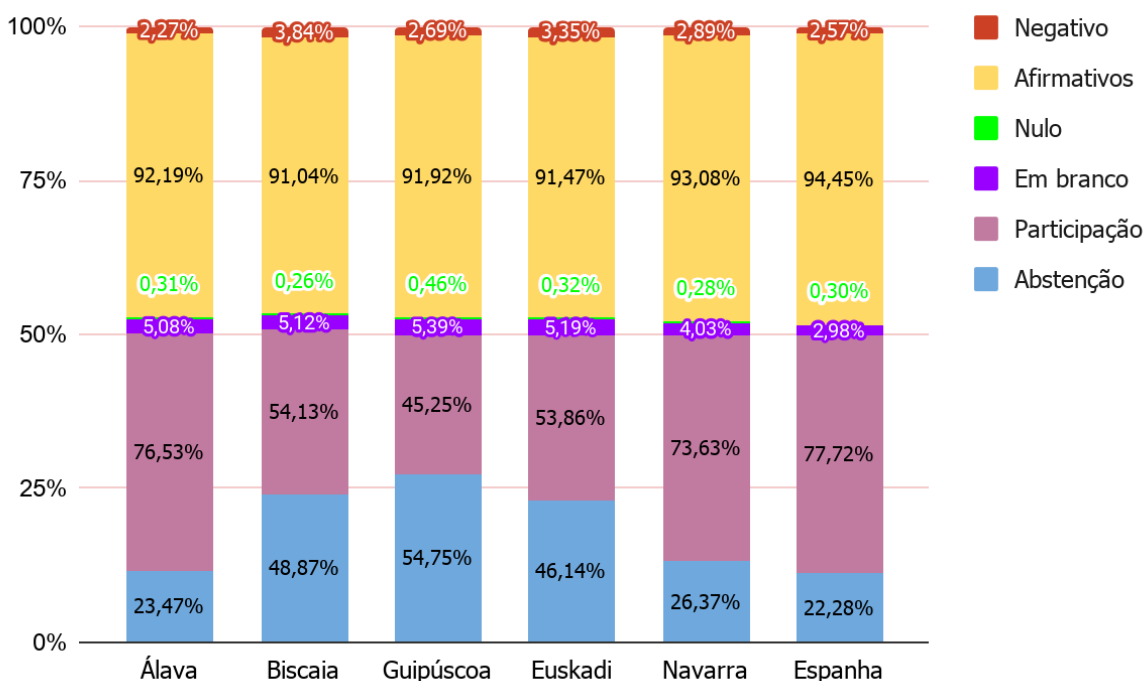
⁶⁷ Como salienta Ignacio Sánchez Cuenca (2009b, p.9, tradução nossa), “o caso de Portugal é especialmente impressionante, porque apesar de um episódio revolucionário, a violência foi muito baixa. Durante os primeiros anos houve uma campanha de ataques por parte da extrema direita que acabou com a vida de 9 pessoas e, em 1980, surgiu um grupo terrorista de extrema esquerda, as Forças Populares 25 de abril, que chegou a matar um total de 20 pessoas. As cifras são ainda mais baixas no caso da Grécia”.

⁶⁸ Texto original: “the leftist opposition called for abstention, but participation reached 77.8 percent, and 94.4 percent of the voters supported the law. These results showed the relative weakness of the opposition”.

⁶⁹ Texto original: “un dato que reforzó la postura favorable a la participación electoral de la dirección de ETAp”.

abstencionista se esta não seria seguida pela massa (SOLDEVILLA, 2012, p.132, tradução nossa).

Figura 3– Gráfico do resultado do referendo da Lei da Reforma Política (15 novembro 1976)



Fonte: elaboração própria a partir do Ministério do Interior (s/d).

O segundo aspecto estava relacionado com as manifestações populares ainda fortemente reprimidas pela polícia espanhola. Isso se deve ao fato de que apesar do regime estar em mudança, as forças de segurança permaneceram as mesmas, compostas pelos mesmos policiais nomeados durante a ditadura e que tinham a mesma conduta repressiva durante o franquismo, respondendo às manifestações quase da mesma maneira que antes⁷⁰ (DIJK, 2018, JIMÉNEZ; REINARES, 1998). O Ministro do Interior da época, Rodolfo Martín Villa, não realizou mudanças significativas na estrutura das Forças Armadas e de segurança até 1979 para evitar possíveis rebeliões (JIMÉNEZ; REINARES, 1998).

⁷⁰ Segundo Jiménez & Reinares (1998), durante o franquismo os policiais seguiam um modelo comparável ao *Staatspolizei* (a polícia do rei), em que as forças de segurança estavam extremamente preocupadas com a manutenção da “lei e da ordem” e que viam qualquer crítica ao governo como uma ameaça aos fundamentos do Estado e, por isso, respondiam duramente. Em outras palavras, a força policial de um Estado não democrático é especificamente moldada para defender seus próprios interesses e governantes. Por contraste, em sistemas mais tolerantes, características como maior participação e cooperação pública facilitam o desenvolvimento de uma *Bürgerpolizei* (polícia cidadã), cujo objetivo principal não é proteger os interesses estatais, mas defender os fundamentos da existência da sociedade democrática. Entretanto, apenas em 1982 esse segundo modelo começaria a ser implantado nas forças de segurança espanholas.

O terceiro e último aspecto era o fato de o governo espanhol não ter legalizado todos os partidos políticos que antecederam as eleições de 1977. Dessa forma, alguns partidos vinculados ou que apoiavam o ETA-m (coalizão *Herri Batasuna*⁷¹) e o ETA-pm (coalizão *Euskadiko Ezkerra*⁷²) permaneceram ilegais e, portanto, excluídos das eleições (DIJK, 2018; SOLDEVILLA, 2012; JIMÉNEZ, 2018; MURO, 2019).

Diante desse cenário, o ETA justificou sua persistência no uso de formas transgressivas, entretanto, abandonou a estratégia de ação-reação-ação por perceber a “impossibilidade de uma derrota militar do Estado mediante uma insurreição”⁷³, visto que tal estratégia tinha como fim provocar uma guerra revolucionária (SOLDEVILLA, 2018, p.304, tradução nossa). A antiga estratégia foi substituída por uma guerra de desgaste. Os ativistas do ETA-m, chamados de *milis*, decidiram travar uma guerra de desgaste porque dessa forma o Estado espanhol ficaria tão fraco que o ETA estabeleceria suas condições sem dar nada em troca e o governo de Suárez, temendo um golpe de Estado, cederia à suas imposições (SOLDEVILLA, 2018; JIMÉNEZ, 2018).

Por outro lado, fazendo uso de caminhos mais pacíficos e institucionais, organizações pró-anistia convocaram em julho de 1977 uma “Marcha pela Liberdade”, em que, no decorrer de 48 dias, ocorreram manifestações em múltiplas cidades do País Basco. Foi uma iniciativa unitária de diversos partidos nacionalistas e de esquerda que tinham como objetivo principal a anistia geral para os “presos políticos”, mas também reivindicavam outras questões como a autodeterminação e abolição das forças de segurança repressivas (SOLDEVILLA, 2012; CUENCA; AGUILAR, 2009). A esquerda *abertzale* aproveitou a manifestação para difundir seu discurso e o ETA-m (embora não fizesse parte da organização da marcha) a viu como uma grande oportunidade de recrutar novos ativistas, já que segundo *El País* (1977), havia mais de 100.000 pessoas presentes (SOLDEVILLA, 2012). De acordo com Cuenca (2009b), as campanhas de anistia eram comumente confundidas com o apoio ao movimento *abertzale* e ao ETA. Dessa forma, muitas pessoas associaram o ETA ao antifranquismo, confundindo o

⁷¹ Coalizão formada por quatro partidos: *Herri Alderdi Sozialista Iraultzailea* (HASI), *Langile Abertzale Iraultzaileen Alderdia* (LAIA), *Euskal Sozialista Biltzarrea* (ESB) e *Acción Nacionalista Vasca* (ANV). Esses dois últimos partidos já eram legalizados, porém abandonaram a coalizão em 1980 por não haver consenso sobre questões organizacionais, principalmente no que diz respeito ao papel da Coordenação Patriota Socialista (KAS, por suas siglas em euskera).

⁷² Coalizão formada por dois partidos: *Euskal Iraultzarako Alderdia* (EIA) e *Euskadiko Mugimendu Komunista* (EMK).

⁷³ Texto original: “la imposibilidad de una derrota militar del Estado por medio de una insurrección”.

grupo com uma organização que apenas lutava por maiores liberdades individuais e democráticas.

Contudo, cada vez se tornavam mais rotineiros os embates entre as diferentes facções do ETA. Exemplo disso foi a manifestação a favor da anistia de 08 de setembro de 1977 em São Sebastião, organizada pelos *polimilis*, em que houve uma contra-manifestação por parte dos *milis*, resultando em enfrentamentos físicos entre ambos grupos manifestantes (SOLDEVILLA, 2012). Esse foi o início da marginalidade política do ETA-m, que foi reforçada após os resultados da primeira eleição democrática (CUENCA; AGUILAR, 2009).

Também foi em 1977 que alguns comandos especiais do ETA-pm, chamados de *Komandos Bereziak*, o setor armado do grupo, abandonou a organização para se incorporar ao ETA-m, pois rejeitavam a preferência do ETA-pm pela via institucional em detrimento da via armada. Entretanto, os líderes *polimilis* haviam tomado essa decisão por perceberem que a violência política era contraproducente para seus objetivos políticos (LLERA; MATA; IRVIN, 1993; CUENCA, 2009b; SOLDEVILLA, 2012).

Na tentativa de demonstrar boa fé, apaziguar o “conflito basco” e evidenciar reais mudanças no governo, o Estado espanhol não interferiu na Marcha pela Liberdade e realizou várias concessões, como a legalização de símbolos bascos, a permissão da circulação dos jornais bascos *Deia* e *Egin* e anistia para todos os presos políticos, não apenas etarras, mas também ex-colaboradores da ditadura. Entretanto, apesar das concessões, a população basca permaneceu crítica ao governo central (DIJK, 2018). O ressurgimento de etarras anistiados, somados à incorporação dos *berezis* e dos novos membros recrutados na Marcha pela Liberdade, potencializaram o ETA-m e lhe proporcionaram maiores recursos.

Cabe destacar que as eleições para deputados e senadores de 1977 foi o ápice daquele ano, pois a partir dos deputados e senadores eleitos se redigiu e aprovou a Constituição de 1978, que está em vigor até os dias de hoje. As eleições de 1977 significaram um divisor de águas entre moderados (pragmáticos) e radicais (intransigentes), não somente entre os

nacionalistas⁷⁴, mas também nos setores da esquerda⁷⁵ e da direita⁷⁶. Enquanto os moderados procuraram se adaptar às exigências institucionais para formar partidos legais e influenciar no poder de decisão das novas diretrizes do Estado espanhol, os radicais adotaram posições intransigentes e optaram por não participar do jogo democrático, procurando influenciar o rumo da Espanha por meio de grupos clandestinos. Compunha-se, assim, as três faces da violência política clandestina durante o período:

a violência nacionalista ou separatista, que visava alcançar a separação de certas regiões da Espanha; a violência extrema esquerda ou revolucionária, cujos autores esperavam que provocasse uma revolta popular contra o sistema capitalista; e a violência fascista e vigilante, que foi em parte uma reação contra o novo regime democrático e em parte um ataque contra os separatistas bascos (CUENCA; AGUILAR, 2009, p.435, tradução livre)⁷⁷.

Assim como houve uma campanha abstencionista na votação da Lei da Reforma Política em 1976, também houve um pedido de abstenção nas eleições gerais de junho de 1977 por parte do ETA-m e seu círculo de apoiadores, composto pelo Partido dos Trabalhadores Patriotas Revolucionários (LAIA) e pelo Partido Revolucionário do Povo (HASI). Por outro lado, o ETA-pm e seu braço político, *Euskadiko Ezkerra* (EE), assim como o Partido para a Revolução Basca (EIA), defenderam a participação eleitoral. O resultado foi de baixa abstenção no País Basco (22,77%) e em Navarra (17,76%), sendo similar à média

⁷⁴ O ETA não foi a única organização nacionalista basca que usava a violência política como estratégia principal de pressão ao Estado. Outras grupos como *Iparretarrak* (Os do Norte), CAA (Comandos Autônomos Anticapitalistas) e *Iraultza* (Revolução) também combatiam o Estado pelas margens. A partir de 1977 esses grupos intensificaram suas ações. Todavia, outras organizações nacionalistas em outras regiões da Espanha, seguiram caminhos semelhantes aos do ETA. Entre tais organizações encontram-se *Terra Lliure* (TLL), *Exèrcit Popular Catalá* (EPOCA), *Fuerzas Armadas Guanches* (FAG), *Loita Armada Revolucionaria* (LAR), *Exèrcito Guerrillero do Povo Galego Ceive* (EGPGC), *Grupos Armados 28 de Febrero* (GAVF), entre outros (SOLDEVILLA, 2012).

⁷⁵ “Na esquerda, o PCE [Partido Comunista Espanhol] fez importantes concessões, como a aceitação da monarquia, em troca de ter a oportunidade de agir legalmente e participar das eleições” (CUENCA, 2009b, p.14, tradução nossa). Porém, na esquerda do PCE também ficaram pequenos grupos que não adentraram ao sistema democrático, entre eles o Grupo de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro (GRAPO), que era o braço armado do PCE-r (Partido Comunista Espanhol- Reconstituído), uma dissidência da antiga Organização de Marxistas Leninistas Espanhóis (OMLE).

⁷⁶ Na direita, grupos compostos por famílias franquistas ou agentes das forças de segurança, formaram organizações como *Fuerza Nueva*, a *Alianza Apostólica Anticomunista* (Triple A), *Ejército Español de Liberación* (EEL), *Grupos Antiterroristas de Liberación* (GAL), *Anti-Terrorismo-ETA* (ATE), *Batallón Vasco-Español* (BVE) e *Guerrilleros de Cristo Rey* (GCR). Alguns desses grupos, como GAL, ATE, BVE e GCR, eram grupos paramilitares que pretendiam travar uma “guerra suja” contra o ETA (CUENCA, 2009b; MURO, 2019).

⁷⁷ Texto original: “nationalist or separatist violence, which aimed to achieve the separation of certain regions from Spain; extreme left-wing or revolutionary violence, whose perpetrators hoped that it would provoke a popular revolt against the capitalist system; and fascist and vigilante violence, which was partly a reaction against the new democratic regime and partly an attack against Basque separatists”.

espanhola (21,17%), demonstrando não somente um fracasso eleitoral aos olhos dos etarras, como também um racha na esquerda *abertzale* (LLERA; MATA; IRVIN, 1993). Nas palavras de Gaizka Soldevilla, “a cidadania basca [e navarra] apostou na democracia, na moderação e na autonomia”⁷⁸ (SOLDEVILLA, 2018, p.302, tradução nossa). Dessa forma, os primeiros lugares no ranking eleitoral foram preenchidos pelo histórico Partido Nacional Basco (PNV) e pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), seguidos por partidos de centro direita, União Centro Democrática (UCD) e de direita, *Alianza Popular* (AP).

Durante o ano de 1977 a Espanha foi palco de grandes mobilizações populares. No País Basco ocorreram 149 manifestações, a maioria em favor da anistia, que foi concedida em outubro do mesmo ano, fazendo com que cessasse a campanha e se reduzisse a participação popular (CUENCA; AGUILAR, 2009). A diminuição das manifestações também eram um resultado dos Pactos de Moncloa, estabelecidos entre o governo da UCD e os principais partidos de oposição, associações de empregadores e sindicatos como medidas de estabilização do processo de transição ao sistema democrático (CUENCA, 2009b).

Segundo Cuenca e Aguilar (2009), o ETA aproveitou-se desse contexto de gradual desmobilização, vista pelos *milis* como passividade do povo basco que passava de “ator” a “espectador”, para lançar sua campanha de violência política. Assim, o ETA “se estabeleceu como protagonista na tentativa de provocar o fracasso das reformas institucionais do período de transição”⁷⁹ (CUENCA, 2009a, p.624, tradução livre). Essa campanha pretendia “criar uma atmosfera de desmoralização e medo, a fim de reduzir a participação no referendo”⁸⁰ da constituição que ocorreu um ano mais tarde (CUENCA, 2009a, p.619, tradução livre). Entretanto, como afirmam Cuenca e Aguilar, “ironicamente a violência pode ter facilitado o acordo entre os reformistas do regime e os moderados da oposição, já que o consenso era ainda mais urgente diante dos ataques extremistas”⁸¹ (2009, p.435, tradução livre).

Como mostra o gráfico abaixo (figura 4), foi precisamente após a diminuição dos manifestantes nas ruas que ocorreu o aumento da violência política. Em outras palavras, as facções que ficaram alheias aos pactos da Transição também ficaram alheias ao apoio social e

⁷⁸ Texto original: “la ciudadanía vasca apostó por la democracia, la moderación y la autonomía”.

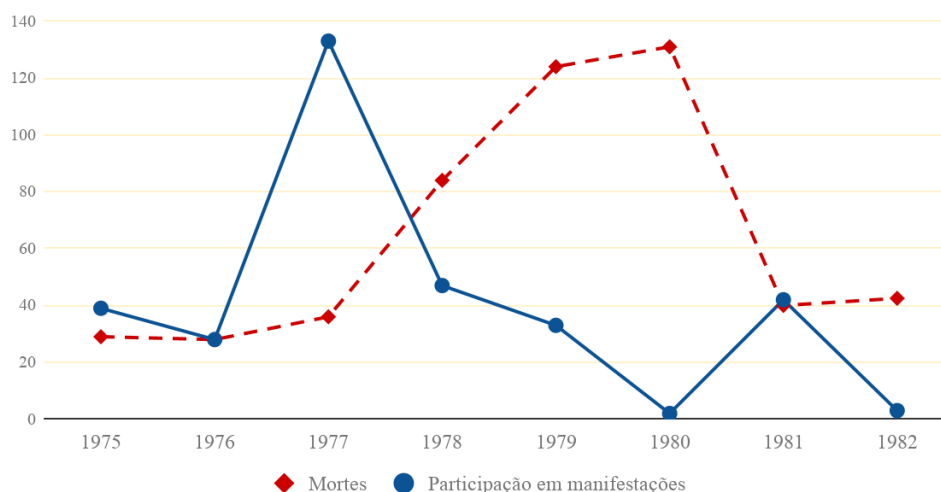
⁷⁹ Texto original: “ETA-m set itself up as the protagonist in an attempt to bring about the failure of the institutional reforms of the transition period”.

⁸⁰ Texto original: “ETA would have embarked on a campaign of creating an atmosphere of demoralization and fear in order to reduce participation in the referendum”.

⁸¹ Texto original: “ironically, violence may have facilitated the agreement between regime reformists and opposition moderates, as consensus was all the more urgent in the face of extremist attacks”.

como tentativa de superar seu isolamento e marginalização política, empunharam as armas com o objetivo de influenciar as massas, forçar negociações com o governo estatal e impedir a consolidação da democracia (CUENCA, 2009b; DIJK, 2018). Ao examinar o gráfico, percebe-se que a queda significativa no número de manifestantes é seguida por um rápido aumento no número de vítimas mortais, como se um ciclo substituísse o outro. O gráfico também mostra que em 1981 há um declínio na violência política, resultado do retorno das mobilizações após o fracassado golpe de Estado ocorrido em 23 de fevereiro daquele ano.

Figura 4– Gráfico dos ciclos de manifestações e violência política



Fonte: elaboração própria a partir de Cuenca & Aguilar (2009).

É interessante observar que a violência política irrompeu na fase final da Transição ao invés de eclodir no início, quando a ditadura estava desmoronando e as novas “regras do jogo” ainda não haviam sido estabelecidas. “Os radicais poderiam ter tentado empregar a violência política para influenciar o tipo de regras que foram adotadas ou impedir a aprovação de quaisquer regras, criando assim uma situação de crise”⁸² (CUENCA; AGUILAR, 2009, p.438-439, tradução livre). Todavia, de acordo com Cuenca (2009a), não o fizeram porque logo após a morte de Franco, o ETA enfrentou problemas organizacionais, impasses na relação entre as diferentes forças nacionalistas bascas e reverses na relação entre a mobilização popular e a violência política. Ademais, a divisão entre o ETA-pm (maioria) e o ETA-m (minoria), gerou dificuldades para que o ETA-m obtivesse armas, recursos e recrutasse novos

⁸² Texto original: “radicals might have tried to employ violence to influence the kind of rules that were adopted or to prevent the approval of any rules at all, thereby creating a crisis situation”

ativistas, problemas que somente começaram a se resolver com a integração dos *berezis*, cruciais para a ofensiva lançada no final do ano.

A repercussão social das atividades do ETA era amplificada por meio do Movimento de Libertação Nacional Basco, que servia como guarda-chuva para a organização clandestina. O MLNV era um movimento heterogêneo, composto não apenas por partidos políticos e sindicatos (como o *Langile Abertzaleen Batzordeak*– LAB), mas também por uma variedade de organizações e associações que apoiavam o ETA, como órgãos midiáticos (jornais *Egin* e *Emen*), programas de defesa do euskera (*Euskalherrian Euzkaraz* e *Alfabetatze Euskalduntze Koordinakundea*), programas antidrogas (*Azkagintza*), associações juvenis (*Jarrai*, *Segi*), estudantes (*Ikasle Abertzaleak*, *OMEV*), mulheres (*Egizan*), ambientalistas (*Eguzki*), prisioneiros do ETA (*Etixerat*) e até grupos responsáveis por oferecer refúgio internacional para os bascos que eram procurados pela polícia espanhola (*Kanporako Harremanak Komitea*) (DIJK, 2018; CASQUETE, 2006; MURO, 2019; LLERA; MATA; IRVIN, 1993). Segundo Fernando Molina, os ativistas do MLNV desenvolviam o papel de

selecionar potenciais vítimas do grupo terrorista, apoiá-lo publicamente, instalar seus comandos, canalizar o dinheiro das extorsões e sequestros e controlar espaço públicos, perseguindo os comportamentos públicos que expressavam discordância com essa violência ou com a narrativa nacional basca. O MLNV foi, portanto, configurado como um instrumento nacionalizador ativo que agia «de baixo» e de forma autônoma (embora, muitas vezes, complementar, principalmente devido à espiral de silêncio que favorecia) em relação à política de nacionalização institucional do PNV. Esta se atribuiu a esfera pública autônoma em seu aspecto formal (especialmente a administração autônoma e provincial), enquanto a facção pró-independência [MLNV] se atribuiu a semi-pública (rua, rede associativa política, cultural ou social, sociedade civil) e informal⁸³ (MOLINA, 2018, p.269, tradução nossa).

Por isso, Jesús Casquete (2003) caracterizou a sociedade basca como sendo uma “sociedade contenciosa” e argumentou que o MLNV foi o responsável por realizar grande parte dos protestos que ocorreram no País Basco. Ademais, com o apoio do MLNV, o ETA conseguiu penetrar em diferentes círculos sociais e atingir um maior número de pessoas,

⁸³ Texto original: “estos activistas se dedicaron a seleccionar potenciales víctimas de la banda terrorista, respaldar públicamente a esta, alojar a sus comandos, canalizar el dinero de las extorsiones y secuestros y controlar los espacios públicos, persiguiendo los comportamientos públicos que manifestaban disenso con esta violencia o con la narrativa nacional vasca. El MLNV se configuró, pues, como un activo instrumento nacionalizador que actuaba «desde abajo» y de forma autónoma (aunque, muchas veces, complementaria, especialmente por la espiral de silencio que favorecía) respecto de la política nacionalizadora institucional del PNV. Esta se asignó la esfera pública autonómica en su vertiente formal (especialmente la administración autonómica y provincial) mientras la facción independentista se adjudicó la semipública (la calle, la red asociativa política, cultural o social, la sociedad civil) e informal”.

importantes não apenas para criar laços de solidariedade coletiva, mas também para diversificar o apoio social, responsável pelo fornecimento de recursos e sobrevivência da organização.

3.3. Escalada de violência política do ETA (1978-80)

Os anos 1978-80, também chamados de “anos de chumbo”, foram marcados pelo maior nível de violência política da história do ETA. Durante esses anos, o ETA experimentou uma escalada de violência política enquanto as novas “autoridades se concentraram mais na construção político-institucional do novo regime político do que no problema basco”⁸⁴ (JIMÉNEZ, 2018, p.218, tradução livre). Estas não abordaram a violência nacionalista em seus momentos cruciais e não deram a devida importância ao grupo clandestino, pois “acreditavam que o fenômeno ETA – um problema que surgiu com o franquismo – desapareceria porque estava fora de contexto”⁸⁵ (JIMÉNEZ, 2018, p.217, tradução livre). Entretanto, o ETA não desapareceu, pelo contrário, intensificou a violência armada e conquistou mais manchetes.

Durante esses anos, o ETA-m realizou quase 550 ações armadas e foi responsável por mais de 200 assassinatos e o ETA-pm efetuou cerca de 120 ações armadas nas quais matou menos de 15 pessoas, sendo que o ano de 1978 foi o mais trágico com 107 mortes (IRIBARREN, 1998 *apud* DIJK, 2018; PORTA; MATTINA, 1986). O principal tipo de violência aplicado pelo ETA nesse período foi o assassinato, dirigido a, principalmente, policiais, guardas civis e militares. O segundo tipo de violência foi o sequestro, direcionado a empresários, sobretudo a industriais bascos. Os sequestros visavam captar recursos para suas atividades, chamar a atenção e influenciar a opinião pública. A organização também se financiou através de assaltos e extorsões (SOLDEVILLA, 2018). A mais notável forma de extorsão era voltada contra os industriais bascos, em que se cobrou uma considerável “taxa” anual, uma espécie de “imposto revolucionário”⁸⁶ em que normalmente se exigia o pagamento de determinada quantia para contribuir com a luta pela libertação da pátria e se advertia que

⁸⁴ Texto original: “epealdi horretan, euskal arazoan baino gehiago, erregimen politiko berriaren eraikuntza politiko-instituzionalean jarri zuten bere arreta agintariak”.

⁸⁵ Texto original: “uste zuten ETAREN fenomenoa –frankismoan sortutako arazoa zenez– desagertu egingo zela testuinguruz kanpo geratuko zelako”.

⁸⁶ Especula-se que o total obtido com sequestros, roubos e extorsões entre 1977 e 1982, resulta em aproximadamente 1 bilhão de pesetas, o equivalente a 6.000.000 de euros atualmente (SOLDEVILLA, 2012). Outras fontes afirmam que o ETA tinha um orçamento entre 4,5 e 6 milhões de euros anuais entre os anos 70 a 80 (ALDAMA, 2017, *apud* EL ECONOMISTA, 2017).

caso houvesse refusão, os bens do indivíduo, assim como sua família e ele próprio, estariam sob a mira da organização clandestina. Apesar de habitualmente o imposto ser cobrado em dinheiro, em alguns casos especiais o pagamento também ocorreu mediante a execução de alguns “favores” (RAMO, 1992a; SOLDEVILLA, 2012; BECK, 1999).

Entre as mais famosas operações do ETA-m que combinou os principais tipos de violência empregada pelo grupo durante aquele período, encontra-se sua campanha contra as obras da usina nuclear de Lemóniz (Biscaia), que foi palco de 246 atentados (SOLDEVILLA, 2018). A central nuclear que pertencia a Iberduero, uma empresa dedicada a gerar e distribuir energia elétrica, formava parte do projeto elétrico nacional empreendido por Franco que pretendia independizar o consumo elétrico da região. Entretanto, uma parcela dos cidadãos biscaínos se opuseram ao projeto e criaram um forte movimento antinuclear, do qual os *milis* também participaram e se apropriaram da causa, agindo oportunisticamente, visto que o movimento antinuclear e ecologista suscitou grande apoio popular.

O primeiro ataque contra o projeto da Iberduero não ocorreu dentro das instalações da usina, mas sim no posto da *Guardia Civil* que estava monitorando suas obras. Após esse “aviso”, no dia 17 de março de 1978, o ETA explodiu um dispositivo que acabou com a vida de dois operários: Alberto Negro Viguera e Andrés Guerra Pereda. Um ano depois, em 13 de junho de 1979, outra bomba causou a morte do montador Ángel Baños Espada. Duas semanas antes desse atentado, uma ativista antinuclear, Gladys del Estal, foi morta a tiros pela *Guardia Civil* em uma manifestação em Tudela (Navarra). As investidas contra a central nuclear foram aumentando e em 21 de janeiro de 1981, um comando especial do ETA sequestrou o engenheiro chefe, José María Ryan, e deu o prazo de uma semana para que as obras fossem paralisadas e as construções já levantadas fossem demolidas. Apesar das grandes mobilizações sociais e políticas que pediam pela liberação, o ETA assassinou Ryan e advertiu que outros técnicos poderiam ter o mesmo fim. A morte de Ryan causou grandes manifestações, comoção e indignação social, além de provocar a primeira greve contra o ETA⁸⁷, todavia, significou a paralisação *de facto* do projeto. Um ano depois, o engenheiro diretor Ángel Pascual Múgica também foi assassinado⁸⁸. Os ataques e boicotes foram constantes, até

⁸⁷ Segundo Soldevilla (2012, p.302, tradução nossa), “o PNV, o PSE, EE e o EPK, assim como os sindicatos CCOO, ELA e UGT, convocaram uma greve geral no dia 9 [de fevereiro]. Um setor significativo da sociedade basca demonstrou rejeição ao ataque, uma iniciativa à qual a UCD e AP se juntaram. A massiva marcha em Bilbao, segundo os organizadores, atingiu 150.000 pessoas, que o Governo civil aumentou para 200.000”.

⁸⁸ Segundo Soldevilla (2012, p.350, tradução nossa), “em rejeição [ao assassinato de Múgica], as forças democráticas convocaram os cidadãos a uma manifestação unitária sob o lema ‘Democracia e instituições,

que em 1984 o governo declarou moratória nuclear (SOLDEVILLA, 2012). O ETA viu este episódio como o princípio de sua vitória e no decorrer dos ataques consolidou o pensamento de que a violência era um instrumento eficaz para alcançar resultados políticos.

Esse atentado, assim como os demais daquela época, fazia parte da ofensiva do ETA, que tinha como fim pressionar o governo de Madrid para que aceitasse negociar a “Alternativa KAS” antes que fossem estabelecidas as “regras do jogo”, isto é, a Constituição. A “Alternativa KAS” foi o programa político da *Koordinadora Abertzale Sozialista* (Coordenação Patriótica Socialista) que estabeleceu as bases mínimas e indispensáveis para o peremptório cessar-fogo do ETA e por “negociar” se entende a discussão dos termos de sua implementação, visto que o conteúdo em si era inalterável, como o ETA comunicou ao *El País* (RAMO, 1992a; SOLDEVILLA, 2012; DIJK, 2018; PORTA; MATTINA, 1986; DOMÍNGUEZ, 2004; EL PAÍS, 1978). A segunda e definitiva versão do programa, lançada em 30 de janeiro de 1978, era composta por cinco pontos: i. anistia total, entendida taticamente como a legalização de todos os partidos políticos, incluindo os independentistas; ii. retirada da *Policia Nacional* e da *Guardia Civil* do País Basco; iii. adoção de medidas que melhorassem as condições de vida e de trabalho para a massa, especialmente para a classe trabalhadora; iv. reconhecimento da soberania nacional de Euskadi, que terá o euskera como língua oficial; submissão das forças de segurança (incluindo as Forças Armadas) à autoridade do governo autônomo do País Basco, assim como a substituição das atuais forças policiais repressivas pelas forças de defesa cidadã a serem criadas pelo governo basco e sujeitas apenas a ele, e; v. reconhecimento do direito à autodeterminação, que incluía poderes suficientes a Euskadi para estabelecer as estruturas econômicas, sociais e políticas que considerasse mais convenientes para seu progresso e bem-estar, assim como o poder de realizar qualquer mudança nas mesmas (EL PAÍS, 1988).

Considerando que o novo parlamento eleito no ano anterior já havia começado a trabalhar em uma nova constituição, o ETA percebeu uma certa urgência em se fazer ouvir e negociar a Alternativa KAS, por isso, “aumentou deliberadamente seu nível de atividade armada para deslegitimar e desestabilizar o governo espanhol, até o ponto em que ‘Madrid’

sempre; ditadura e terrorismo, nunca’. EE entrou na marcha, mas, dada a adesão da AP à marcha, ele preferiu desfilar separadamente e com slogans diferentes dos demais. O fato mostra que o partido ainda carregava certa intolerância dogmática, mas não demorou muito para se libertar desse tipo de prevenção. Assim, em fevereiro de 1983, após um atentado que custou a vida de três funcionários do Banco de Biscaia, Juan Mari Bandrés e Roberto Lertxundi [deputados de EE] não hesitaram em compartilhar a chefia da mobilização em massa com os líderes da UCD, CDS e AP. Essa foi a tendência geral a partir de então”.

cederia às suas demandas”⁸⁹ (DIJK, 2018, p.28, tradução livre). Somado a isso, Lisa van Dijk ressalta outras quatro motivações que levaram o ETA a aumentar sua violência política nesse período.

Em primeiro lugar, o ETA percebia cada vez mais as formas democráticas e institucionais de contenção como ineficazes para alcançar seus objetivos políticos. Nessa posição, o ETA foi fortalecido pelos resultados das eleições de 1977, em que a coalizão política que o ETA-pm preparou, EE, garantiu apenas um assento no Parlamento espanhol. Como consequência, o EE mostrou-se incapaz de definir a agenda ou avançar nas questões da independência basca, socialismo e reunificação de Euskadi. Além disso, aos olhos do ETA, a adoção da Constituição de 1978 e do Estatuto de Autonomia de 1979 provou ainda mais a ineficácia da contenção democrática e institucional. Embora a afirmação na Constituição da ‘unidade indissolúvel da nação espanhola’ por definição excluísse a independência do País Basco, o Estatuto de Autonomia estipulava ainda mais a autonomia regional basca dentro deste quadro constitucional. Mais importante ainda, este Estatuto forneceu ao País Basco seu próprio parlamento e executivo, jurisdição sobre assuntos como educação e cultura, uma força policial regional e total autonomia fiscal⁹⁰ (DIJK, 2018, p.28, tradução livre).

Visto que o ETA não via a política democrática como eficaz ou apropriada para atingir seus objetivos, continuou a endossar a “legitimidade da força” (DIJK, 2018; DENARDO, 1985).

Ainda no ano de 1978, o parlamento preparou uma nova constituição que foi submetida a referendo em 6 de dezembro. Por um lado, o Partido Socialista de Euskadi (PSE), União Centro Democrática (UCD), Aliança Popular (AP), Partido Comunista de Euskadi (EPK), Democracia Cristã Basca (DCV) e a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT), lançaram uma campanha favorável a aprovação. Por outro lado, partidos como *Euskadiko Ezkerra* (braço político do ETA-pm), *Herri Batasuna* (braço político do ETA-m) e a Liga Comunista Revolucionária (LKI) se posicionaram contra⁹¹. Um terceiro grupo de

⁸⁹ Texto original: “ETA deliberately stepped up its level of armed activity in order to delegitimise and destabilise the Spanish government up to the point that ‘Madrid’ would give in to its demands”.

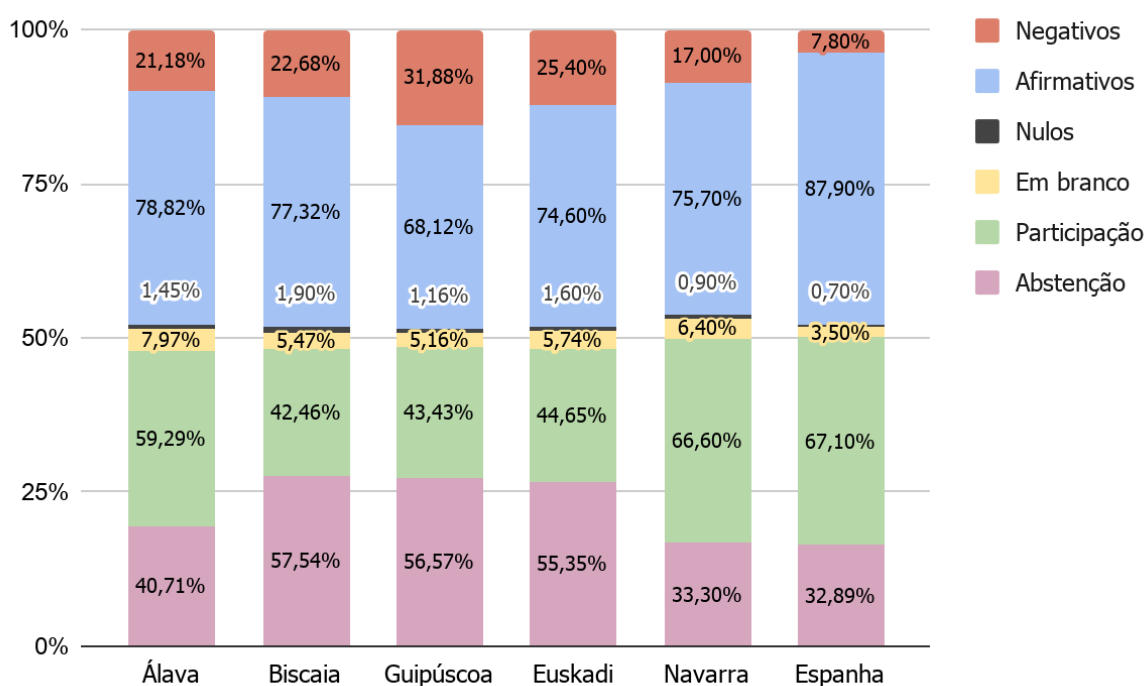
⁹⁰ Texto original: “firstly, ETA increasingly perceived democratic, institutional forms of contention as ineffective to achieve its political objectives. In this stance, ETA was strengthened by the outcomes of the 1977 elections, whereby the political coalition backing ETAp, EE, secured only one seat in the Spanish Parliament. As a consequence, EE proved unable to set the agenda or to advance the issues of Basque independence, socialism and the reunification of Euskadi. Moreover, in the eyes of ETA, the adoption of the 1978 Constitution and the 1979 Statute of Autonomy further proved the ineffectiveness of democratic, institutional contention. While the affirmation within the Constitution of the “indissoluble unity of the Spanish nation” by definition excluded independence for the Basque Country, the Statute of Autonomy further stipulated Basque regional autonomy within this constitutional framework. Most importantly, this Statute provided the Basque Country with its own parliament and executive, jurisdiction over matters such as education and culture, a regional police force and full fiscal autonomy”.

⁹¹ Enquanto o ETA-m lançava uma campanha muito agressiva contra a Constituição, chegando a afirmar que esta era uma “declaração de guerra”, a campanha do ETA-pm foi mais criativa. O ETA-pm sequestrou o diretor de uma companhia de aerotaxis e obrigou que um de seus pilotos sobrevoasse Bilbao lançando folhetos contra a

partidos formado pelo Partido Nacional Basco (PNV), a União dos Socialistas de Euskadi (ESEI) e alguns partidos de esquerda como o Movimento Comunista de Euskadi (EMK) pediram a abstenção (SOLDEVILLA, 2012).

Embora houvesse múltiplas campanhas na ala da esquerda, apenas uma venceu: a da aprovação. Como mostra o gráfico abaixo (figura 5), a Constituição foi aprovada por 87,9% dos eleitores espanhóis, enquanto 32,89% se abstiveram. No País Basco e em Navarra também prevaleceram os votos positivos (74,6% e 75,7%, respectivamente) sobre os negativos, ainda que a porcentagem destes últimos era maior em comparação a média espanhola (25,40% e 17,00% em comparação aos 7,8% nas demais regiões da Espanha).

Figura 5– Gráfico do resultado do referendo da Constituição espanhola (6 de dezembro de 1978)



Fonte: elaboração própria a partir do *Departament d'Estadística, Ajuntament de Barcelona* (s/d) e do *Departamento de Seguridad, Eusko Jaurlaritza* (s/d).

O resultado deu origem a um debate dentro de Euskadi, principalmente na ala nacionalista, dado que estes últimos, “fazendo uma interpretação política irregular, deslegitimaram o processo constitucional com a mensagem de que ‘os bascos rejeitaram a

Constituição. Para complementar a campanha, EE realizou uma feira popular com música, dança, desfiles, *stands* de diversos coletivos e organizações, comidas populares, um festival de rock e um programa de televisão que estavam sob o lema “40 urte eta gero hau” (40 anos e agora isso), acompanhado de um pedido de resistência à Constituição (SOLDEVILLA, 2012).

Constituição espanhola”⁹² (LINZ *et al*, 1981, s/p *apud* RAMO, 2000, p.569, grifo do autor, tradução nossa). Para amparar tal perspectiva, o PNV, HB e EE, somaram as cédulas negativas, nulas, em branco e as abstenções para exigir a suposta derrota da carta constitucional. Como afirmam José Luis de la Granja, Santiago de Pablo e Coro Rubio Pobes (2011, s/p, tradução nossa), deve-se concluir que os resultados do referendo “possibilitaram falar de uma sociedade conflituosa e de uma Constituição ‘contestada’ no País Basco, mas não de uma rejeição do texto fundamental já que logicamente as abstenções não podem ser contadas como votos contra”⁹³. Como acrescenta Gaizka Soldevilla (2012, p. 208-209, tradução nossa), “por outro lado, exceto HB, o restante do nacionalismo (incluindo EIA) reconheceu a legalidade do novo quadro constitucional e as autonomias que dele emanava”⁹⁴. Nesse sentido, embora os partidos nacionalistas questionassem a validade do processo constitucional, se submeteram ao novo quadro normativo e se esforçaram para participar dele, e isso inclui todos eles, inclusive HB (PABLO, 2000).

O ano de 1979 também foi cheio de surpresas para o País Basco, começando pelas eleições gerais e regionais do início do ano e terminando com o estabelecimento do novo Estatuto de Autonomia, que conferiu aos bascos a competência de decidir sobre questões fiscais, educacionais, midiáticas, jurídicas e até de ordem pública (GRANJA; PABLO; POBES, 2011).

Curiosamente, embora o ETA-m se recusasse a participar das políticas institucionais, as facções que apoiavam o grupo formaram uma coalizão política (HB) que optou por se candidatar às eleições gerais e regionais de 1979. HB se transformou na quarta formação mais votada no País Basco (149.685 votos– 14,99%) e em Navarra (22.425 votos– 8,86%), entretanto, mantendo seu caráter de partido antissistema, não ocupou os assentos parlamentares que ganhou e novamente reafirmou que a alternativa parlamentar não se encaixava dentro dos objetivos bascos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 2013). Tal peripécia revelou certa contradição na postura do ETA no tocante a política institucional democrática, já que apesar de se mostrar contra, acabou participando indiretamente. Este episódio resultou no

⁹² Texto original: “haciendo una interpretación política irregular, deslegitimó el proceso constituyente con el mensaje de que ‘los vascos han rechazado la Constitución Española’”.

⁹³ Texto original: “hacían que se pudiera hablar de una sociedad conflictiva y de una Constitución ‘contestada’ en el País Vasco, pero no de un rechazo al texto fundacional ya que lógicamente las abstenciones no pueden contabilizarse como votos en contra”.

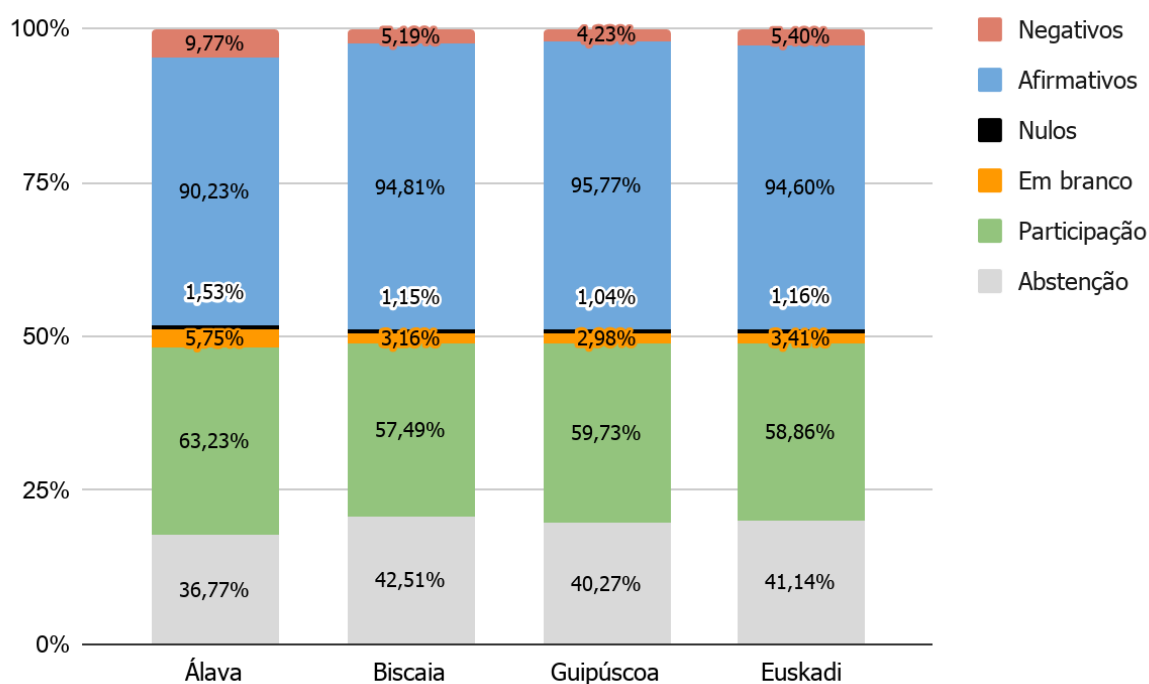
⁹⁴ Texto original: “por otra parte, excepto HB, el resto del nacionalismo (incluyendo a EIA) reconoció la legalidad del nuevo marco constitucional y del Estado de las autonomías que de él emanaba”.

“efeito colateral” do fortalecimento do PNV (partido mais votado), uma vez que ao não ocupar as cadeiras ganhas, os moderados do PNV controlaram o novo governo pré-autônomo, *Consejo General Vasco* (CGV) e lideraram a elaboração do Estatuto (em consenso com o PSOE, EE e ESEI e com apoio da UCD—embora fizesse reservas) (GRANJA; PABLO; POBES, 2011; DIJK, 2018; SOLDEVILLA, 2012). Embora houvesse dificuldades para conciliar o receio e preocupação por parte do presidente do governo espanhol, Adolfo Suárez, em criar um excessivo autogoverno e o presidente do CGV, Carlos Garaikoetxea, buscasse a máxima autonomia, ambos líderes conseguiram superar suas diferenças e chegar a um acordo mútuo para o Estatuto, marcando a “chegada da democracia” em Euskadi, uma vez que, como ressaltam de la Granja, Pablo e Pobes (2011,s/p,tradução nossa), “o contrário teria suposto o fracasso definitivo da Transição no País Basco”⁹⁵.

Para concretizar o processo, o Estatuto de Autonomia, também chamado de Estatuto de Guernica, cidade carregada de conotações políticas referentes ao fascismo e à Guerra Civil, foi submetido a referendo em 25 de outubro do mesmo ano. Como mostra o gráfico abaixo (figura 6), o estatuto foi aprovado com uma participação de 58,86% com 94,60% de votos a favor. Tendo em vista que a maioria dos partidos (PNV, PSE, UCD, EE, PCE, EPK, PTE, ORT, EHKA, IR, ESEI) defenderam a aprovação e entre eles, alguns que compunham a esquerda *abertzale*, enquanto HB, EMK, OIC e LKI pediram abstenção, houve cisão na esquerda nacionalista. Por outro lado, alguns partidos de direita (AP e UN) pediram o voto em contra por considerar que a autonomia representava uma ameaça à unidade da Espanha (SOLDEVILLA, 2012).

Figura 6– Gráfico do resultado do referendo do Estatuto de Autonomia do País Basco (25 de outubro de 1979)

⁹⁵ Texto original: “Lo contrario hubiera supuesto el fracaso definitivo de la Transición en Euskadi”.



Fonte: elaboração própria do Departamento de Segurança, *Eusko Jaurlaritza* (s/d).

Devido a alta abstenção, HB disse que isso seria um boicote ao referendo e que a população basca estaria rejeitando a autonomia. Contudo, de acordo com Gaizka Soldevilla (2012), essa afirmação seria insustentável visto que ao comparar a porcentagem de cidadãos que não votaram (41,14%) com as cifras registradas tanto anteriormente nas eleições municipais de 1979 (37,98%) quanto nas autonômicas de 1980 (40,24%), não há grandes variações, significando que o número de abstenções daquele referendo estava dentro da média de não participação do País Basco. Ademais, a porcentagem registrada é semelhante à do referendo do Estatuto da Catalunha (40,3%) (ver figura 9) celebrado no mesmo ano e consideravelmente inferior ao plebiscito da Galícia (71,73%) de dezembro de 1980.

Em virtude do ETA ter aumentado a violência política durante os anos 1978-80, seus contínuos ataques deixaram o grupo mais exposto e, portanto, mais vulnerável às ações de inteligência da polícia. Esse fator somado às mudanças significativas nas forças de segurança do Estado em razão do novo regime democrático, tornou possível que a polícia seguisse o rastro do grupo e que realizasse, segundo Cuenca (2009a; 2009b) e Llera, Mata e Irvin (1993), o maior número de detenções já realizadas em relação ao ETA. A polícia também conseguiu apreender uma carga considerável de explosivos e de armamento, conforme demonstrado na tabela abaixo. O material confiscado incita a reflexão sobre a capacidade bélica da organização, já que se esses grandes números estavam sob seu domínio, quais são os números

dos explosivos e dos armamentos utilizados? Não há como saber com precisão, mas os diversos atentados violentos do ETA oferecem uma noção ao respeito.

Tabela – Armas apreendidas ao ETA (1978-1992)

Ano	Armas curtas	Subfusis	Fusis	Granadas	Explosivos (em kg)
1978	125	29	43	36	250
1979	86	43	25	55	1.038
1980	88	24	32	75	1.007
1981	75	35	50	70	663
1982	67	15	366	26	366
1983	29	21	19	48	120
1984	69	33	12	56	124
1985	39	17	20	97	2.082
1986	97	33	17	98	222
1987	55	26	7	102	1.883
1988	23	4	1	24	409
1989	16	5	3	45	621
1990	27	11	0	34	800
1991	38	10	5	29	676
1992	38	14	6	16	377

Fonte: elaboração própria a partir de DOMÍNGUEZ, 2017.

Como consequência das prisões e apreensões, no ano de 1981 o ETA se viu obrigado a desacelerar o ritmo de violência política, visto que além de perder recursos, também perdeu parte de seus integrantes, que não poderiam ser rapidamente substituídos devido ao grupo estar na mira da polícia e não disponibilizar de tempo suficiente para treinar novos recrutas.

3.4. Redução da violência política (1981-92)

O progressivo enfraquecimento do ETA fez com que a organização reduzisse o número de atentados. Para compensar a diminuição dos números, os etarras aumentaram a intensidade. Assim, durante a década de 1980, a utilização de carros-bomba se tornou

habitual, pois ao mesmo tempo que tornava os ataques mais destrutivos e aumentava o número de vítimas, também reduzia o risco de serem presos, visto que havia menos exposição, já que a bomba poderia ser auto-programada ou acionada remotamente (CUENCA, 2009a). Através desse novo método, foram repetidas as vezes que com apenas um carro-bomba o ETA matou agentes de segurança e deixou dezenas de feridos, como ocorreu em 25 de abril de 1986, por exemplo, em que morreram cinco guardas civis em Madri ou em 14 de julho do mesmo ano, em que faleceram doze guardas civis, também em Madri pelas mãos do “comando de Madri”.

Embora os ataques tenham diminuído, isso não significa que tenham chegado ao fim. Os *milis* continuaram com algumas campanhas iniciadas durante a fase de escalada do conflito, como os atentados a usina nuclear de Lemóniz, e iniciaram novas campanhas mais seletivas, como a série de ataques contra as instituições bancárias espanholas em 1982-84 por considerá-la defensoras do regime repressivo e exploratório (além de precisarem de recursos financeiros), ou como a campanha de 320 ataques que deixaram 23 vítimas mortais contra “tudo que é francês” devido aos esforços constantes das autoridades francesas em prender os etarras que lá viviam a partir de 1984, postura que destruiu o “santuário”⁹⁶ francês (DIJK, 2018; SOLDEVILLA, 2018; SOLDEVILLA 2012). Além dessas ações, o ETA também investiu contra o turismo em 1985-86, realizou cerca de 200 ataques às construções da rodovia de Leizarán que ligava Navarra a Guipúscoa por representar um impacto para o meio ambiente durante os anos 1989-92 e, ameaçou o governo de empreender atentados contra os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992 (DIJK, 2018; ABC, 2008).

O ano de 1981 foi marcante na história da Espanha e do ETA. Em 23 de fevereiro daquele ano houve a tentativa falida de um golpe de Estado. Naquela ocasião, Adolfo Suárez havia renunciado e no dia da posse do seu sucessor, Leopoldo Calvo Sotelo, um grupo de guardas civis liderados pelo tenente-coronel Antonio Tejero, em sintonia com setores do Exército, tentaram dar um golpe de Estado para minorar o ritmo da autonomia concedida a outras regiões e preservar a “unidade da Espanha”. A principal motivação dos golpistas estava calcada no grande índice de violência política por parte do ETA e na alta quantidade de

⁹⁶ O “santuário” francês era um lugar localizado no sul da França em que os ativistas do ETA, principalmente os procurados pela polícia espanhola, se refugiavam. Recebeu esse nome porque o governo francês não tomava nenhuma atitude quanto a isso e tampouco atendia aos pedidos de extradição da justiça espanhola, vendo os ativistas como “refugiados políticos”. A França manteve essa postura em especial durante o governo de Valéry Giscard d’Estaing (1974-1981) e acreditava que ao conceder liberdade de movimentação para os etarras, estaria contribuindo para o fim do regime franquista.

assassinatos de guardas civis (SOLDEVILLA, 2012; CARVALHO, 2015). A tentativa conhecida como 23-F ou “Tejerazo”, provocou diversas manifestações pela defesa da democracia e da Constituição em distintos lugares da Espanha. Esse episódio resultou no fortalecimento do processo de democratização e das instituições estatais, especialmente da monarquia (MURO, 2010).

A intentona também afetou as duas principais facções do ETA. Por um lado, o ETA-m reafirmou a ideia da continuidade do franquismo durante o regime democrático e da farsa das instituições, posição que foi reiterada no ano seguinte com a adoção da *Ley Orgánica de Armonización del Proceso Autonómico* (LOAPA)⁹⁷. Diante da convulsão do cenário, os *milis* ficaram inertes por um mês, mas depois retomaram suas campanhas de assassinatos contra militares (SOLDEVILLA, 2012).

Por outro lado, o 23-F desencadeou no ETA-pm uma trégua definitiva com o Estado espanhol e a dissolução da organização⁹⁸, que não ocorreu de forma imediata. O ETA-pm já estava negociando com o governo o “perdão”, mas devido a situação não pôde fazer grandes demandas, visto que pairava a ideia de que o Tejerazo foi consequência de seus atentados e que a continuidade da violência política justificava o golpe. Ainda assim, os líderes do ETA-pm conseguiram a liberdade para centenas de presos e exilados que foram “reinseridos socialmente”⁹⁹ e os *polimilis* livres aderiram a uma ação pacífica em *Euskadiko Ezkerra* (RAMO, 1992a; MURO, 2010; DOMÍNGUEZ, 2012). Todavia, a LOAPA também foi considerada *casus belli* pela ala mais radical dos *polimilis*. Dessa forma, EE se articulou com o PNV e EPK para protestar e derrubar a lei por considerá-la inconstitucional, visto que esta permitia a recondução, isto é, a revisão unilateral pelo governo espanhol, dos acordos estabelecidos entre os grupos nacionalistas e o Estado sobre a autonomia das comunidades autônomas (SOLDEVILLA, 2012).

⁹⁷ A Lei Orgânica de Harmonização do Processo de Autonomia foi vista pelos nacionalistas periféricos e comunistas como uma tentativa de interferência do poder central na atuação normativa das comunidades autônomas, porque conferia competências exclusivas ao Estado espanhol para limitar os estatutos já aprovados mediante referendos e restringia a transferência de poderes de “Madri” para as comunidades autônomas. Após grandes mobilizações políticas e populares, em agosto de 1983, catorze artigos da LOAPA foram declarados inconstitucionais (EL PAÍS, 1986; DIJK, 2018; SOLDEVILLA, 2012).

⁹⁸ Como mostra a pesquisa de opinião de Ramo (1992b), a dissolução voluntária de ETA-pm provocou distintas reações e foi vista pela maioria (46%) dos cidadãos bascos como uma decisão séria e que deveria ser definitiva, enquanto 6% julgou que se tratava de um jogo político, 12% não concordava e um terço (36%) não sabia se posicionar a respeito.

⁹⁹ A reinserção social foi um passo muito importante para tratar a questão ETA de forma pedagógica, fomentando, com o tempo, a convivência entre etarras arrependidos e vítimas e/ou familiares de vítimas, uma realidade, sem dúvida, que ainda precisa progredir muito.

Uma vez que os militares não tiveram êxito no golpe de Estado, estes formaram grupos paramilitares para combater o ETA clandestinamente. Assim, durante os anos 1983-1987, surgiram organizações como os *Grupos Antiterroristas de Liberación* (GAL) com o objetivo de eliminar os etarras e travar uma “guerra suja” contra o ETA, usando táticas semelhantes às dos *milis* (MURO, 2010). Segundo Soldevilla (2012, p.359, tradução nossa), a organização “praticou um ‘terrorismo vigilante’ e que, como ficou juridicamente demonstrado, esteve financiado e patrocinado por alguns dos cargos mais altos do Ministério [do Interior]”¹⁰⁰. Como consequência, “a questão GAL fortaleceu a curto e médio prazo o apoio popular ao ETA e prejudicou a legitimidade do Estado no País Basco”¹⁰¹, além de fornecer “munição dialética” aos etarras para justificar a violência política por causa do franquismo disfarçado (CUENCA, 2009a, p.620, tradução livre; DIJK, 2018; DOMÍNGUEZ, 2003 *apud* SOLDEVILLA, 2012).

Cabe destacar que os *euskadikos*, integrantes do partido *Euskadiko Ezkerra* (EE) e agora *ex-polimilis*, protestaram contra os GAL e os atentados em resposta do ETA, ao que os etarras reagiram com violentas contra-manifestações ultranacionalistas, referindo-se aos *ex-polimilis* como “espanholistas” e traidores, visto que os *milis* consideravam que os *euskadikos* haviam perdido o “certificado *abertzale*” e se tornaram apenas lesas-pátrias¹⁰² (SOLDEVILLA, 2012).

Em 1986, o ETA começou diálogos secretos com as autoridades da Espanha na capital da Argélia¹⁰³, em busca de uma trégua inicial para posteriormente barganhar a Alternativa KAS. Como demonstração de força para pressionar a negociação ao seu favor, o “comando de Barcelona” do ETA perpetrou o maior atentado da história do grupo e o terceiro mais grave da história da Espanha, atrás apenas do ataque de 11 de março de 2004 em Madri e do ataque

¹⁰⁰ Texto original: “practicó un «terrorismo vigilante» y que, como ha quedado jurídicamente demostrado, estuvo financiada y patrocinada por algunos de los más altos cargos del Ministerio”.

¹⁰¹ Texto original: “the matter of the GAL strengthened in the short and medium term the popular support for ETA and damaged the legitimacy of the State in the Basque Country”.

¹⁰² Ademais, retomando a perspectiva do nacionalismo radical basco como religião política, a dissolução do ETA-pm seria vista, por esse ângulo, como uma vantagem simbólica para os *milis* para instrumentalizar a figura do renegado. A partir dessa figura, o ETA-m conseguiria demonstrar e ilustrar aos seus apoiadores o risco de perder a fé e transgredir os dogmas sagrados, visto que tais renegados cairiam em desgraça, sofreriam rejeição social e seriam expulsos da comunidade dos eleitos (SOLDEVILLA, 2013). Esse prisma de apostasia agravou a noção de desertor e traidor da pátria, dificultando a aceitação dos *ex-polimilis* nas zonas mais tradicionais e radicais do País Basco, porque como afirma Voltaire, todos “sabemos o ódio implacável que todos os sectários sentem pelos que abandonam sua seita” (2000, p.42).

¹⁰³ O motivo dos diálogos terem ocorrido em Argel está calcado no fato de que o país argelino estava tornando-se o novo santuário dos etarras. Ali, o ETA possuía liberdade de ação, assim como campos de treinamento, alguns deles, paralelos ao da polícia local.

duplo do Estado Islâmico em 17 de agosto de 2017 em Cambrils e Barcelona (MURO; LLOSERÀ, 2016). No dia 17 de junho de 1987, o ETA deixou um carro-bomba no estacionamento do shopping Hipercor (em Barcelona) com uma carga de 200 kg de explosivos que ao serem detonados mataram 21 pessoas e deixaram outras 45 feridas¹⁰⁴ (SOLDEVILLA, 2018). Seis meses depois, em 11 de dezembro do mesmo ano, o “comando Argala” realizou um ataque contra a casa quartel da *Guardia Civil* em Zaragoza e deixou 11 vítimas fatais e 88 feridos, a maioria civis.

A violência se tornou massiva e indiscriminada, dando lugar a “socialização do sofrimento”, fator que foi alvo de críticas pela própria liderança HASI, que não demorou a ser eliminada do círculo etarra (BECK, 1999). Diante desse cenário, as Conversações de Argel foram desestimuladas e paralisadas pelo governo após o sequestro do empresário Emiliano Revilla, que esteve 249 dias em cativeiro (SOLDEVILLA, 2018).

As Conversações só foram retomadas em 1989, período em que o diálogo foi mais constante e seguido de pequenas tréguas, entretanto, chegaram ao fim no mesmo ano devido a que, apesar de se acordar um cessar-fogo bilateral, o ETA o rompeu. Dessa forma, após o homicídio do sargento da *Guardia Civil*, José Calvo de la Hoz, em 10 de abril de 1989, o governo espanhol decidiu pôr fim às negociações (SOLDEVILLA, 2012; EL PAÍS, 2011). A partir de então, como sinal de protesto, demonstração de poder e pressão, o ETA assassinou o tenente do exército Juan Bautista Castellanos em 25 de abril; realizou um atentado em 08 de maio contra um funcionário carcerário na prisão de Alcalá de Henares (Madri), que resultou na morte dos agentes da *Polícia Nacional* José Antonio Montes Gila e Juan Antonio García Andrés e; um ataque com um carro-bomba em Bilbao, o qual matou três policiais que tentaram desativar a bomba (EL PAÍS, 2011; DIARIO YA, 2012; RTVE, s/d). Desde então, o ETA anunciou outras dezenas de cessar-fogo, entretanto, não tiveram credibilidade por parte do Estado, até que em 2011 houve o “cessar-fogo definitivo”, em 2017 seu desarmamento unilateral e em 2018 sua declaração de dissolução definitiva¹⁰⁵ mediada por um Comitê Internacional de Verificação (DOMÍNGUEZ, 2012; EL PAÍS, 2018).

¹⁰⁴ Anos depois, a Justiça espanhola reconheceu a responsabilidade patrimonial parcial do Estado porque os autores do ataque fizeram três ligações a *Guardia Civil* avisando da explosão iminente e os policiais, após buscarem o explosivo e não o encontrarem, decidiram que não era necessária a evacuação (ABC, 2009; EL PAÍS, 1994; EL PAÍS, 2009).

¹⁰⁵ Para mais informações sobre os acontecimentos relacionados ao fim do ETA ver *El fin de ETA. Dirección: Justin Webster. Produção: Quality Media. 2017. 1 vídeo (01h46m06s), son. col.*

Os atentados supracitados, em especial o de Barcelona e Zaragoza, levaram à unificação de distintos partidos políticos a denunciar a falta de legitimidade do ETA para expressar a vontade do povo basco. Essa união de forças foi demonstrada por meio do Acordo de Madri (1987) e o Pacto de Ajuria Enea (1988), em que se consensuaram e coordenaram as políticas contra a violência política clandestina, além de reiterar que os únicos interlocutores dos problemas do País Basco eram os partidos que compunham o Parlamento Basco (SOLDEVILLA, 2018; SOLDEVILLA, 2012; RAMO, 1992b). Nessa mesma esfera de confluência, começaram a aparecer timidamente movimentos pacifistas na sociedade civil do País Basco, como o *Denon Artean* e *Gesto por la Paz*, que se mobilizaram contra cada atentado do ETA e pediram a liberação daqueles que foram sequestrados pela organização. Paralelamente, a polícia elaborou uma “estratégia muito mais seletiva e efetiva, assim como a política de dispersão¹⁰⁶ dos presos do ETA, que buscava incentivar sua desvinculação do grupo”¹⁰⁷ (SOLDEVILLA, 2018, p.308, tradução nossa). Dessa forma, no final da década de 1980, o ETA se viu completamente marginalizado politicamente, sem apoio popular e fortemente combatido, não apenas na Espanha e em Euskadi, mas também no País Basco francês.

A expressão clara do combate ao ETA e da cooperação entre Espanha e França, pode ser observada no episódio de 1992, em que devido a colaboração dos dois países, a polícia francesa prendeu em Bidart (no País Basco francês) a liderança do ETA. A desarticulação da liderança que dirigiu o ETA por mais de uma década, resultou em um duro golpe para a organização, não apenas por haver tardado anos em construir a cúpula e os comandos a ela submetidos, mas também porque acabou-se com o mito de que o ETA era indestrutível e, na esquerda *abertzale* já desmoralizada, começou a crescer a ideia de que o grupo poderia ser derrotado policial e juridicamente (SOLDEVILLA, 2018).

A derrocada do aparato militar, político e logístico do ETA, assim como sua desmoralização, foram fatores que contribuíram para a progressiva decadência da organização que, apesar de ter se reconstruído ao longo dos anos, não voltou a ser o que era antes, perdeu forças, redes de apoio, recursos e grande parte de sua capacidade de influenciar as massas.

¹⁰⁶ Essa política modificou a concentração dos etarras nas prisões. Ao invés de prender todos os militantes em apenas um centro penitenciário, por meio dessa política, os etarras foram redistribuídos a diferentes prisões espalhadas por toda a Espanha, a fim de que houvesse o desvinculamento dos membros do grupo, ou seja, o rompimento das comunas dos líderes do ETA na prisão (DIJK, 2018).

¹⁰⁷ Texto original: “una estrategia policial mucho más selectiva y efectiva, así como a la política de dispersión de los presos de ETA, que buscaba alentar su desvinculación de la banda”.

Além disso, os documentos apreendidos e as detenções em Bidart possibilitaram uma maior tranquilidade a respeito dos Jogos Olímpicos de Barcelona; todavia, não significava a garantia de sucesso dos mesmos, pois havia outros grupos que também praticavam a violência política clandestina e que poderiam representar uma ameaça para esse evento internacional, como o GRAPO ou o próprio Terra Lliure.

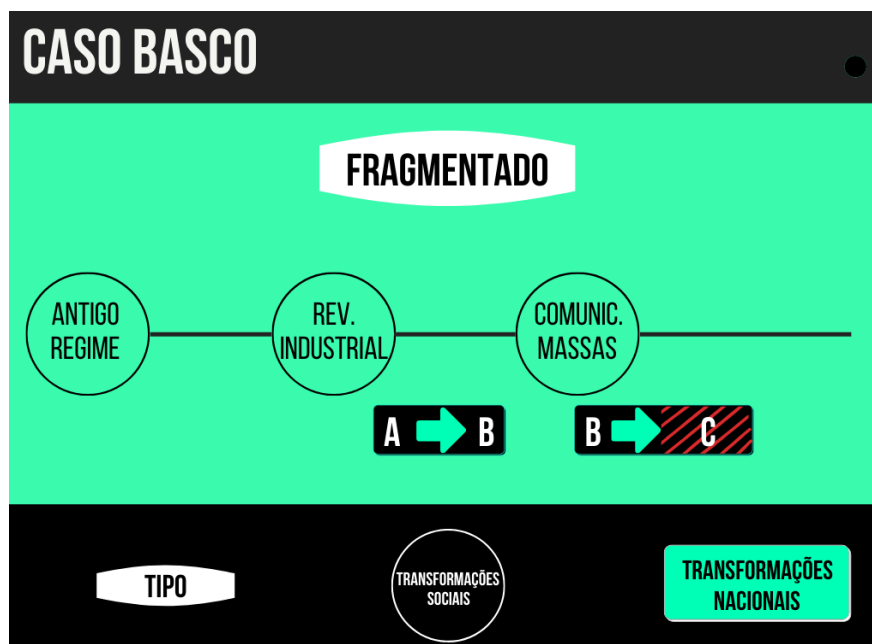
3.5. Aplicação das lentes teóricas

Como citado no capítulo anterior e comprovado no atual, o nacionalismo basco se tornou um movimento de massas quando já havia ocorrido a transição da sociedade feudal para a capitalista e o Estado espanhol já estava consolidado, com uma Constituição à qual se submeter. Seguindo o esquema de desenvolvimento dos movimentos nacionais de Hroch, o movimento nacional basco pertence ao tipo 4, mais conhecido como “fragmentado” ou “desintegrado”, em decorrência de que a fase protonacionalista do nacionalismo basco, isto é, a fase A, corresponde ainda à época de Agustin Chaho, Fidel Sagarminaga e Arturo Campión, ou seja, durante a primeira metade do século XIX, quando já estava ocorrendo a Primeira Revolução Industrial na Espanha e; a fase B somente se iniciou com Sabino Arana, em que graças a agitação patriótica, se criou o Partido Nacional Basco em 1895, dando início à fase de massas, a fase C (BERIAIN; UBIETA, 1999).

Pode-se observar no diagrama abaixo (figura 7) que uma vez alcançada a fase B, Euskadi chegou relativamente rápido a fase C, entretanto, teve um desenvolvimento mais retardatário nas outras duas fases. Apesar do movimento nacional basco ter iniciado a fase de massas e ter se intensificado com a Segunda República (1931-1939), este não atingiu o status de “nação integrada” e não logrou sucesso em sua construção nacional, pois como afirma Santamaría, “o sucesso da nação é medido pela disseminação da consciência nacional entre a população”¹⁰⁸ e no caso basco essa disseminação não logrou envolver todo o pensamento coletivo (SANTAMARÍA, 2018, s/p, tradução nossa).

Figura 7– Diagrama da aplicação do esquema de Miroslav Hroch no caso basco

¹⁰⁸ Texto original: “el éxito de la nación se mide por la difusión de la conciencia nacional entre la población”.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados já analisados.

Cabe destacar ainda que devido ao foco inicial do movimento nacional basco ter sido a defesa do integrismo católico, o antiliberalismo, a anti-industrialização, o romantismo agrário e algumas demandas sociais relacionadas à “invasão *maketa*” e ao trabalho desenvolvido pelos imigrantes, houve, segundo Hroch (1995), o desvio do foco do movimento nacional e em consequência disso, o atraso da consolidação do movimento. A falta de ênfase total à etnia fragmentou o movimento nacionalista, que, aliado à Revolução Industrial, provocou a diminuição da integração nacional e reconduziu sua identificação com ideologias radicais (PORTA; MATTINA, 1986).

Esse radicalismo, resultou, no País Basco, no ódio à Espanha e a tudo que fosse espanhol. Começaram as divisões maniqueístas entre nós *versus* eles, bascos oprimidos *versus* espanhóis opressores e Euskadi invadida *versus* Espanha invasora. É importante salientar que o nacionalismo basco já surgiu, nas bases aranistas, como um nacionalismo radical, que anos depois se personificou em Ekin e ETA, sendo o ETA a materialização de sua radicalização tática e ideológica.

Como visto anteriormente, no País Basco o nacionalismo radical foi predominantemente armado e propagou e defendeu a violência política clandestina através do MLNV e do seu braço político, *Herri Batasuna*. Ao contrário do independentismo catalão, que foi majoritariamente pacífico e em que os próprios cidadãos combateram a minoria violenta, o independentismo pacífico basco foi insólito e refletido em partidos com pouca

representação social e de escassa vida política, como o *Eusko Alkartasuna* (EA) que posteriormente foi absorvido pela coalizão *Euskal Herria Bildu* (EH Bildu), coalizão eleitoral que herdou as bases sociológicas de HB (MOLINA, 2018).

Em razão da intensidade da violência política perpetrada pelo ETA, Cuenca (2009a) distingue quatro fases que estão intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento estratégico do grupo. A primeira fase corresponde ao período do regime ditatorial, iniciada em 1973 com o assassinato do primeiro ministro e provável sucessor de Franco, Luis Carrero Blanco, e termina com as primeiras eleições democráticas em junho de 1977. Esse primeiro ciclo de violência foi baseado na estratégia de ação-reação-ação e apesar de buscar incitar uma insurreição popular, a intensidade da violência permaneceu baixa, com menos de 10 mortes por trimestre. Durante esses anos “os bascos não prestaram muita atenção à mensagem revolucionária do ETA [e] a morte de Franco mal afetou o padrão de ataques letais dos terroristas”¹⁰⁹ (CUENCA, 2009a, p.612, tradução livre). Consta-se que nesse ínterim já havia a radicalização tática e precoce, isto é, o surgimento da violência, que agravou-se na segunda fase e ali atingiu o status de radicalização reforçada, ou seja, escalada de violência (ALIMI; DEMETRIOU; BOSI, 2015).

A segunda fase diz respeito a grande ofensiva contra o Estado durante os anos de chumbo, isto é, durante a segunda metade de 1977 até 1980. Essa segunda parte é caracterizada pelo início da guerra de desgaste e pela insistência em forçar o governo a negociar a Alternativa KAS. Marcado por ser um período de grandes turbulências e mudanças políticas, foi aqui que o ETA se decidiu pela violência clandestina, em alta escala, letal e seletiva, em que colaboradores do Estado e, principalmente, agentes de segurança, se tornam seus alvos prediletos, tática semelhante a aquela desenvolvida pelo *Irish Republican Army* (IRA) durante a década de 1920 (MATUSITZ, 2013).

Em 1981 começou a terceira fase, marcada pela redução de vítimas mortais pelas mãos do ETA. Contudo, essa redução não ocorreu de forma voluntária, mas sim forçada, tendo em vista o ponto central dessa fase: a eficaz atividade anti-terrorista do Estado. Dessa forma, embora esse período corresponda ao prolongamento do conflito até 1992, também há uma certa estabilização da guerra de atrito, ou seja, equilíbrio entre a atividade repressiva do Estado e atividade violenta do ETA, o que não ocorreu nos ciclos anteriores (CUENCA,

¹⁰⁹ Texto original: “the Basques did not pay a great deal of attention to ETA’s revolutionary message. The death of Franco barely affected the pattern of lethal attacks of the terrorists”.

2009a). Se faz mister ressaltar que durante essa fase, o ETA teve importantes picos de violência, como os atentados ao shopping Hipercor e à casa quartel da *Guardia Civil* em Zaragoza em 1987 ou o ataque à sede da *Guardia Civil* em Vic em 1991. Além disso, o ETA mudou suas táticas e passou a utilizar carros-bomba para executar seus ataques, o que significou a mudança de sua violência política clandestina seletiva para a violência política clandestina indiscriminada.

Por fim, o último ciclo de violência diz respeito à queda da cúpula etarra em Bidart em 1992, o que deu início ao processo de declínio da organização. De acordo com Cuenca (2009a, p.626, tradução livre), “o efeito de Bidart não é circunstancial, é estrutural: o ETA nunca se recuperou desse golpe”¹¹⁰, o que permite a extensão dessa fase até a dissolução definitiva do grupo em 2018. Após a queda em Bidart, os etarras mudaram novamente de tática: ao invés de assassinar agentes das forças de segurança, passaram a atacar políticos e funcionários do Estado, como ministros, juízes e promotores, tendo em vista que estes não apenas eram alvos mais frágeis, como também causavam maior impacto na opinião pública e gerava mais repercussão social, tática que ficou conhecida como “socialização do sofrimento” (CUENCA, 2009a; BECK, 1999).

Ao abordar o comportamento violento do ETA através da lente teórica tridimensional elaborada por Porta, observa-se que a radicalização ou a própria moderação do grupo foi influenciada por fatores nacionais ou globais (nível macro) que eram delimitados pela estrutura de oportunidades políticas que resultaram na definição das respostas dadas pelo grupo ao ambiente e das reações das autoridades (PORTA, 2013; MURO; LEVI, 2014; TEJERINA, 2001). Nesse nível analítico, percebe-se, como sinalizaram Tilly (1978) e Porta (2013), que a violência tende a progredir, especialmente, em períodos de grandes transformações sociais devido à emergência de novos grupos sociais que procuram se inserir no cenário político enquanto os antigos atores se negam a abandonar o palco, o que produz a intensificação dos conflitos.

Dessa forma, ao atentar para o período abordado durante este capítulo, se constata que a transição à democracia tornou o ambiente favorável para novas oportunidades políticas, visto que haveria uma maior capacidade de influenciar as regras do novo jogo democrático. Assim, o ETA percebeu e aproveitou o fato da Transição ser pactuada e gradual, o que

¹¹⁰ Texto original: “the effect of Bidart is not circumstantial, it is structural: ETA has never recovered from this blow”.

significou a presença de elementos do regime anterior, para desenvolver a ideia da continuidade do franquismo para se valer de uma narrativa de resistência aos setores fascistas que ainda permaneciam no novo marco democrático. Essa nova oportunidade política, assim entendida pelo ETA, lhe conferiu uma certa representação da oposição basca e o ETA usou dessa reputação para insuflar o ódio às instituições espanholas e instigar uma ação coletiva insurgente (MOLINA, 2018).

A adoção da Lei da Reforma Política em 1976, a forte repressão policial e a não legalização de todos os partidos políticos nas eleições de 1977 foram os primeiros fatores que deram substância a tese do franquismo disfarçado. Somado a isso, outros aspectos como a percepção de que a Constituição ampliaria a estrutura de oportunidades políticas e levaria à institucionalização dos atores políticos, além de exigir a substituição de práticas radicais transgressivas de ação coletiva para formas moderadas e institucionais, o que resultaria no abandono da insurgência do ETA, levou a organização a lançar uma campanha de violência política na tentativa de provocar o fracasso das reformas institucionais e assim continuar com suas práticas transgressivas. Vale mencionar também que o crescente êxito dos movimentos anticoloniais do Terceiro Mundo influenciou a criação do MLNV e motivou a escolha deliberada pela violência política como estratégia mais atrativa e eficaz para lograr seus objetivos (ELORZA, 2006).

No cenário dos anos 1978-1980, valendo-se de que o governo estava concentrado na construção político-institucional do novo regime, o ETA aproveitou a oportunidade para intensificar sua ofensiva armada, o que produziu a maior escalada de violência política de sua história. Essa ofensiva estava motivada não apenas pela intenção de mostrar o grupo como ator revolucionário que lutava em prol da autodeterminação, mas também pelo propósito de frustrar a aprovação da Constituição e do Estatuto. Em virtude do fracasso de sua missão e das políticas contraterroristas cada vez mais acertadas, o ETA usou do cenário das Conversações de Argel para tentar se impor e pressionar o governo a aceitar a Alternativa KAS.

Nesse sentido, as Conversações serviram de experimento para ver o quão “desgastado” estava o Estado e se a guerra de atrito estava dando os resultados esperados. Seguindo esse raciocínio, não haveria, por parte do ETA, um interesse real em depor as armas. As pequenas tréguas das Conversações de Argel (1989), então, poderiam ter sido empregadas com a intenção de reorganizar e fortalecer a organização para potencializar novas investidas contra o Estado. Todavia, é provável que sim houvessem intenções reais por parte do governo

espanhol em resolver o conflito basco, pelo fato da Espanha ter ingressado recentemente na Comunidade Econômica Européia (CEE) (junho de 1985) e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (maio de 1982), o que resultaria na internacionalização do conflito, na pressão internacional e em maiores vontades de resolvê-lo.

Além disso, o 23-F, a implementação da LOAPA e a guerra suja contra o ETA descreditaram o Estado perante a sociedade basca, o que animou os etarras e os levou a usar mais esses episódios para justificar e continuar recorrendo a violência política. Nesse contexto, houve um alto nível de fragmentação do sistema de partidos bascos em geral e dos partidos nacionalistas em particular, o que produziu um conflito entre as elites políticas e gerou dificuldades na obtenção de acordos a respeito das estratégias para combater o comportamento violento do ETA, resolvidas somente a partir do Pacto de Ajuria Enea (TEJERINA, 2001).

Ainda no nível macroanalítico, pode-se observar que os momentos de maior desaceleração da violência política empregada pelo ETA ocorreram principalmente por causas externas, como as políticas contraterroristas que propiciaram prisões precisas e apreensões de equipamentos, resultando no desengajamento forçado dos ativistas. Desse modo, como já foi apresentado pela literatura (CRENSHAW, 1991; REINARES, 2003; JONES; LIBICKI, 2008; CRONIN, 2009; WILKINSON, 2011; MURO; LEVI, 2014;), constata-se que táticas que insistem na força excessiva podem ser contraproducentes para combater a violência política e acabar contribuindo significativamente para um aumento no comportamento violento da organização, visto que “uma repressão desproporcionada contribui para deslegitimar não apenas os policiais, mas o Estado como um todo, favorecendo a radicalização dos oponentes”¹¹¹ (ROMO, 2016, p.259, tradução nossa). Dessa forma, um dos principais erros iniciais do governo espanhol foi abordar a violência no País Basco como uma questão meramente policial, excluindo estratégias multifacetadas apoiadas no sistema de inteligência, na sociologia, na ciência política e no sistema judiciário (JIMÉNEZ, 2018; MURO; LEVI, 2014). É apenas quando se forma este guarda-chuva que o Estado consegue se diferenciar daqueles que o agridem. Por outro lado, naquela época não havia doutrinas modernas de contraterrorismo, o que impediu a clareza dessa perspectiva. Devido a essa nova postura do

¹¹¹ Texto original: “una represión desproporcionada contribuye a deslegitimar no solo a los policías, sino al Estado en su conjunto, favoreciendo la radicalización de los oponentes”.

Estado e da ampla cooperação da França, foi possível capturar a liderança etarra em Bidart e frear o ciclo de violência política do ETA.

Partindo da perspectiva mesoanalítica, embora as escolhas da liderança do ETA estivessem influenciadas pelo contexto autoritário, pela narrativa nacionalista e pelos modelos internacionais (nível macro), considera-se que o ETA escolheu deliberadamente usar a violência política com base na disponibilidade de seus recursos (SOLDEVILLA, 2012; TEJERINA, 2001). Nesse sentido, o ETA optou pela estratégia da violência política por efeito de seus recursos humanos e materiais serem limitados, buscando, através dela, ampliar a captação dos mesmos. Foi devido à falta de recursos, à repressão e aos debates internos que fragilizaram e dividiram a organização durante a primeira metade da década de 1970 que o ETA tornou-se incapaz de aumentar a intensidade e o número de suas ações armadas naquele período.

Na tentativa de solucionar essa escassez e mobilizar recursos, o ETA se vinculou repetidamente à luta de massas e adotou táticas radicais para se diferenciar de seus “concorrentes” políticos, isto é, a ala nacionalista moderada (PNV) e outros grupos semelhantes (ETA-pm), procurando, assim, criar seu próprio “nicho” dentro da esquerda nacionalista e estabelecer sua base de apoio (DIJK, 2018). O plano de ação-reação-ação e a guerra de desgaste não serviram somente para pressionar o Estado, mas principalmente como meio de propaganda da organização.

De acordo com Casquete (2018), a violência política é acima de tudo uma estratégia de comunicação que é usada como recurso para comunicar e influenciar a opinião pública das sociedades democráticas a fim de que essas sociedades compartilhem de sua causa e objetivos. Dado que a liberdade de imprensa e liberdade de expressão costumam ser direitos garantidos constitucionalmente nas democracias, os grupos clandestinos sem muitos recursos optam por usar a violência política para chamar a atenção da mídia e assim usá-la como meio de propaganda para conquistar mais membros. Seguindo esse raciocínio, entende-se porque o ETA intensificou a violência política durante a transição à democracia e não antes, visto que em um sistema ditatorial, como era o Regime Franquista, a mídia, sob controle estatal, poderia facilmente censurar tais ações. Entretanto, em um sistema político aberto, como a democracia, os grupos clandestinos têm uma rede de comunicação mais livre e plural, possuindo condições mais favoráveis para elaborar estratégias midiáticas. Tendo em vista que o ato violento é indissociável do seu efeito comunicativo, “o terrorista necessita ser notícia de

primeira página e diariamente, se possível”¹¹²(LLERA, 1991, s/p, tradução nossa). “Sem cobertura da mídia, os terroristas não existem diante da opinião pública porque sua causa não pode alcançar seus potenciais destinatários e uma causa sem publicidade é uma causa perdida”¹¹³ (CASQUETE, 2018, p.171, tradução livre).

Outro fator que merece destaque no tocante a estratégia do ETA é a instrumentalização de movimentos sociais a seu favor. A organização clandestina usou o movimento ambiental e ecológico para investir contra a usina nuclear de Lemóniz e a rodovia de Leizarán, tornando questões ambientais pontos cruciais para a nação basca. Além disso, pode-se observar que os maiores e mais violentos atentados ocorreram fora do País Basco. Desse modo, o ETA estaria impactando diretamente a Espanha e, caso civis viessem a ser atingidos, “não importaria” porque seriam espanhóis ou espanholistas, dignos de enfrentar as consequências da ocupação espanhola de Euskadi.

De acordo com Dijk (2018) e Cuenca e Aguilar (2009), a motivação para o ETA aumentar sua violência política durante os anos de chumbo reside em dois motivos: por um lado, re-mobilizar as massas e, por outro, compensar a desmobilização social com o poder da violência. Cabe ressaltar que durante aquele período, o ETA havia incorporado os comandos especiais do ETA-pm (*berezis*), recrutado novos membros na Marcha pela Liberdade, recebido etarras que outrora estiveram exilados, além de possuir uma crescente arrecadação de recursos materiais em decorrência de extorsões, roubos e sequestros executados. A ampla disponibilidade e a capacidade de mobilizar mais recursos tornou possível realizar a escalada de violência. Porém, essa ofensiva foi interrompida em 1992, quando a liderança foi presa em Bidart. Dessa forma, a violência diminuiu não por uma ação racional e voluntária, mas por falta de recursos disponíveis e apoio popular para manter o nível de violência.

Por fim, o recurso mais importante da organização clandestina foi o apoio social recebido, pois este foi determinante para o comportamento violento do ETA. De acordo com Beck (1999), pode-se distinguir o apoio popular em três tipos. A primeira forma é a mais comum e representa o nível mais baixo de envolvimento, em que o indivíduo se abstém de desaprovar publicamente a violência política, isto é, não há condenação popular à organização. A prova dessa aceitação tácita ou desse “apoio passivo” ou “indireto” está refletido no fato de que em 1978 apenas 7% dos adultos bascos viam os etarras como

¹¹² Texto original: “el terrorista necesita ser noticia de primera página y diariamente a ser posible”.

¹¹³ Texto original: “oihartzun mediatikorik gabe, terroristak ez dira existitzen iritzi publikoaren aurrean, beren kausa ezin delako beren hartzaile potentzialengana heldu, eta publikorik gabeko kausa galdutako kausa da”.

criminosos comuns e quase metade da população os chamaria de patriotas ou idealistas (REINARES, 2003).

A partir daí, gradualmente ocorreu o segundo nível de envolvimento, caracterizado por ser um “apoio ativo” que fez uso de medidas que tentavam “marcar território” nos lugares públicos que representavam o Estado e o capitalismo. Essa tentativa de marcar presença se deu a partir da queima de prédios do governo espanhol, destruição de bancos, assim como pichações nas ruas como forma de protesto e ameaças às pessoas que discordassem do nacionalismo radical.

O mais alto grau de envolvimento diz respeito ao compromisso direto com as ações do ETA, retratado no uso de medidas mais práticas e objetivas, como a participação em manifestações, petição de anistia para os presos etarras, apoio eleitoral, oferecimento de refúgio aos “ilegais”, coleta e difusão de informações, participação em sequestros, bombardeios, assassinatos, etc. Este último tipo de apoio era mais limitado e se tornou mais reduzido, principalmente após o estabelecimento do Estatuto de Autonomia. Prova disso é que em 1989, menos da quarta parte da população se referia aos etarras como patriotas ou idealistas e a parcela dos cidadãos que os descreviam como apenas criminosos quadruplicou em comparação à década anterior (REINARES, 2003). Ao chegar no ano de 1991, 86% da opinião pública basca considerou bastante grave ou muito grave a violência perpetrada pelo ETA e oito em cada dez bascos acreditavam que o ETA se tornou um obstáculo para o progresso basco e que a organização deveria se desmanchar (RAMO, 1992b).

No que diz respeito ao máximo grau de envolvimento, Reinares (2004) identificou que, durante os anos 1970-1995, os militantes do ETA¹¹⁴ eram, em média, homens jovens e solteiros com idade entre 19-27 anos, com bagagem político-teórica limitada, de classe média urbana e provenientes de ambientes com forte “herança nacionalista”, isto é, transmissão da rejeição (ou até mesmo ódio) à Espanha e uso ou conhecimento do euskera. Embora não seja fácil saber com exatidão o tamanho da organização, Clark (CLARK, 1984 *apud* RAMO, 1992a) apontou que durante a década de 1960, o ETA contava com 200 a 300 membros e na década de 1970 a cifra oscilava entre 100-400, aumentando até quase 2.000 em 1981, o que é

¹¹⁴ Para mais informações sobre o perfil do militante do ETA e as gerações de recrutamento, ver: Robert Clark, *The basque insurgents. ETA, 1952-1980*, 1984, 352p; Francisco J. L. Ramo, *ETA: ejército secreto y movimiento social*, 1992; Fernando Reinares, *Who Are the Terrorists? Analyzing Changes in Sociological Profile among Members of ETA*, 2004.

um número muito significativo se considerado o tamanho da população basca (pouco mais de 1.550.000 habitantes em 1980, segundo o Eusko Jaurlaritza– Governo Basco).

Por fim, diante dos dados supracitados, percebe-se que durante a década de 1970 o ETA contava com o amplo apoio da sociedade basca, mas que após a promulgação da Constituição e, principalmente, da criação do Estatuto de Guernica, a aprovação aos discursos e métodos radicais da organização clandestina caiu drasticamente. Com isso, o ETA ficou à deriva, isolado política e socialmente, produzindo conteúdo propagandístico na contramão do que era necessário para recuperar o apoio popular.

4. Terra Lliure e o nacionalismo catalão

Esta seção se propõe identificar as origens do nacionalismo catalão e compreender como este se radicalizou; explicar em que momento surgiu o grupo Terra Lliure (TLL) e com qual propósito; apurar a conexão entre o TLL e o nacionalismo radical catalão; distinguir as fases de atuação deste grupo; tipificar a violência política exercida pelo TLL; verificar qual foi sua base de apoio popular e; averiguar qual possível relação se estabeleceu entre o ETA e o Terra Lliure a fim de comparar o *modus operandi* destes.

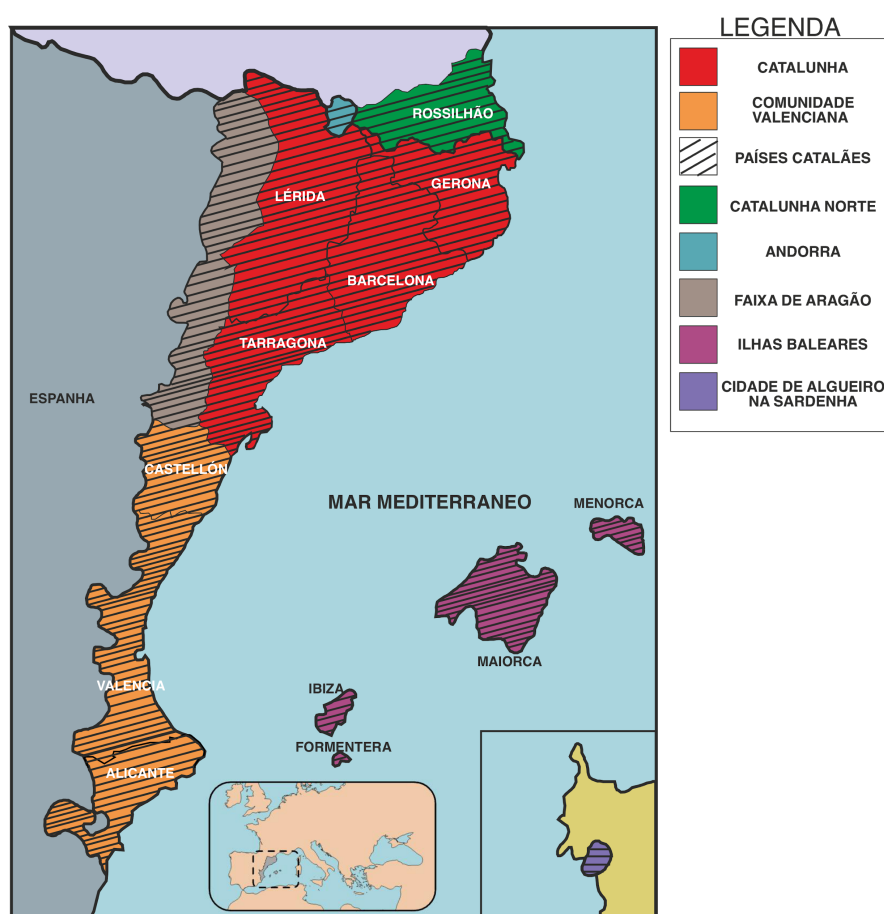
4.1. Nacionalismo radical catalão

O nacionalismo catalão, semelhantemente ao basco, também é considerado um nacionalismo periférico. Sua origem moderna é atribuída ao movimento cultural de “La Renaixença” (O Renascimento), um movimento iniciado durante a primeira metade do século XIX que pretendia redescobrir e fazer renascer a cultura catalã, a consciência nacional e, principalmente, recuperar seu idioma, o catalão. Durante a segunda metade do século XIX, esse movimento adquiriu caráter político, não apenas por concentrar diversos movimentos culturais, mas principalmente devido a obra “Lo Catalanisme” de Valentí Almirall e a estruturação das Bases de Manresa, documento que estabelecia os alicerces para a Constituição Regional Catalã (uma espécie de projeto de estatuto de autonomia) e que reivindicava o restabelecimento das antigas Cortes e Constituições Catalãs que outorgavam um considerável grau de autonomia à Catalunha até 1714 (SOLÀ, 2009; BALCELLS, 1994). Vale ressaltar que esse movimento não pretendia romper com o Estado espanhol, mas reformá-lo, reorganizá-lo em outro sistema político, como o federalismo ou autonomismo, a fim de obter maior liberdade de administração territorial, pois, segundo Almirall, a Catalunha representava um modelo de desenvolvimento para Espanha e, por isso, necessitava de mais autonomia para potencializar seu progresso e ao mesmo tempo influenciar o crescimento espanhol (LLUCH, 2010; CARVALHO, 2015).

Um dos principais passos para o despertar nacional foi dado por Valentí Almirall ao criar o Centre Català (uma organização interclassista que defendia os interesses culturais, morais e materiais da Catalunha) e publicar o primeiro jornal integralmente em catalão chamado “Diari Català” (PICH I MITJANA, 2008; BALCELLS, 1994). Devido aos seus esforços em tentar formar uma consciência catalanista, Almirall é acreditado como o fundador do catalanismo político, isto é, do movimento nacional catalão que advoga pelo

reconhecimento político, histórico, linguístico, cultural e nacional da Catalunha e, em alguns casos, dos Países Catalães (*Països Catalans*), ou seja, da entidade cultural imaginada composta pela Comunidade autônoma da Catalunha, Comunidade Valenciana, Ilhas Baleares, Faixa de Aragão, Andorra, a cidade italiana de Algueiro (na Sardenha) e parte do atual estado francês, a região do Rossilhão, que seria a Catalunha do Norte, conforme ilustrado no mapa abaixo (figura 8) (GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA, 2014a; GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA, 2014b).

Figura 8– Mapa da Catalunha e dos Países Catalães



Fonte: elaboração própria a partir da adaptação de Wikimedia Commons (2009).

Ao longo da história, a Catalunha recebeu importantes fluxos migratórios, como os fenícios, gregos e romanos na Antiguidade e francos e árabes na Idade Média. Durante o século XX não foi diferente, a Catalunha continuou a passar por ondas migratórias que produziram um *boom* populacional. A primeira onda ocorreu no primeiro quarto de século e durou até 1929, caracterizada por uma grande quantidade de mão de obra francesa e de outras

regiões da Espanha que participaram da próspera industrialização em Barcelona, contribuindo com o desenvolvimento econômico ao proporcionar mão de obra barata e em abundância. A segunda ocorreu durante a década de 60 até 1977 e foi responsável por 75% do crescimento total da população catalã, que aumentou em 1,5 milhões de pessoas em apenas 15 anos. A última onda se formou a partir de 1996 e estava caracterizada pela grande quantidade de migrantes de fora da Espanha, com porcentagem significativa de latinoamericanos e de números cada vez mais crescentes de migrantes do leste europeu (CLUA I FAINÉ, 2011). Devido a isso, estima-se que mais de 60% da atual população catalã tem origem imigrante, porcentagem que incluiu especialmente deslocados internos mas também migrantes internacionais (EL PAÍS, 1999).

Historicamente a sociedade catalã englobou uma considerável parcela de população imigrante e de seus descendentes. Em razão disso, geralmente promoveu um discurso integrador, formando o que comumente se denomina nacionalismo cívico-integrador ou nacionalismo político-territorial, pois este está baseado em características culturais e não em étnico-raciais, como o nacionalismo basco aranista do século XIX, por exemplo, o que vai na contramão da formulação clássica do nacionalismo (ZABALO, 2004; LLUCH, 2010; CLUA I FAINÉ, 2011). Esse discurso não somente reconhece que os imigrantes são parte da realidade histórica da Catalunha e da construção de sua nação, como também expande os limites da identidade nacional, posto que, como inúmeras vezes disse o Presidente da *Generalitat* Jordi Pujol ¹¹⁵, “é catalão aquele que vive e trabalha na Catalunha e quer ser catalão”¹¹⁶ (CLUA I FAINÉ, 2011, p.65, tradução nossa). Dessa forma, Pujol abriu as portas da “catalanidade” para todos aqueles que morassem dentro desse território e quisessem formar parte dessa nação, sem importar a descendência ou o local de nascimento. Assim, as fronteiras entre “nós” e “eles” poderiam ser facilmente transpostas, bastava querer. Essa ação voluntária de querer pertencer à nação catalã era expressa pelo aprendizado e uso do catalão, já que para os catalães o idioma é considerado o principal elemento de aglutinação e demonstra o respeito à cultura e tradição da região (CLUA I FAINÉ, 2011; CARVALHO, 2015).

Todavia, as narrativas nacionalistas não são imutáveis e no caso catalão, sofreram modificações ao longo do tempo, sendo influenciadas por seu contexto histórico e mudando os critérios de pertencimento ao “nós” e de distanciamento do “eles”. Apesar de normalmente

¹¹⁵ Jordi Pujol, nacionalista conservador, foi o máximo representante do governo autónomo catalão, a *Generalitat* de Catalunha, durante os anos 1980 até 2003 pelo partido de Convergència i Unió (CiU).

¹¹⁶ Texto original: “Es catalán quien vive y trabaja en Cataluña, y quiere ser catalán”.

haver uma certa abertura aos imigrantes, a Catalunha também conheceu a xenofobia e discursos depreciativos, especialmente durante a década de 60 e 70. Cabe destacar que durante esse período, a Catalunha recebeu mais de um milhão e meio de pessoas que, sem planejamento urbano e estando ainda sob a ditadura franquista em que se desconhecia o estado de bem-estar social e políticas de acolhimento social, se viram obrigadas a ocupar subúrbios urbanos e experimentar precárias condições de vida. Esse fluxo migratório intenso levou ao constrangimento local e sentimento de ameaça à identidade nacional catalã, pois além de esta ser perseguida pelo regime franquista, a nova população não falava nem compreendia o catalão, o que representava, segundo os catalães, a completa desintegração social e, em alguns casos, era vista como tentativa planejada e deliberada de Franco em acabar com a identidade diferenciada dos catalães por configurar uma “ameaça” à nação espanhola e ao centralismo franquista. Como consequência, começou-se a usar o termo pejorativo de “xarnego”¹¹⁷ para denominar os imigrantes e, sobretudo, os descendentes de casamentos “mistos” entre a população local e os estrangeiros (CLUA I FAINÉ, 2011). Entretanto, essa denominação caiu em desuso e com o advento da democracia e a presidência da *Generalitat* nas mãos de Pujol, esse tipo de discurso discriminatório perdeu força.

Contrariamente ao nacionalismo basco, o catalão nasceu em bases moderadas, com uma perspectiva de que a Catalunha era uma nação incluída na Espanha e até o final do século XIX “a burguesia industrial catalã manteve uma posição de conformidade provincial e, até manifestou sentimentos nacionalistas espanhóis [(espanholismo)] sobre a eclosão da segunda guerra cubana e o surgimento da guerra nas Filipinas”¹¹⁸ (BALCELLS, 1996, p. 33, tradução livre).

Em razão disso, pode-se diferenciar duas grandes correntes ideológicas dentro do catalanismo político. A primeira e mais conservadora foi iniciada por Enric Prat de la Riba e Francesc Cambó, de cunho autonomista e representada pelo partido *Lliga Regionalista*, que estava ligada à burguesia industrial, financeira e comercial que cooperava com Madrid a fim de obter vantagens regionais. A segunda surgiu após as guerras em Cuba e nas Filipinas, tendo

¹¹⁷ O termo “xarnego” tem sua origem no espanhol antigo do século XV, na palavra “nocharniego” que era usada para se referir a uma raça de cães adestrada para caçar durante a noite. Ao longo do tempo, sofreu alterações ao ser inserida no catalão e no occitano-gascão, passando a se referir a mestiçagem de cães e aves e, posteriormente, a mistura racial de pessoas, estrangeiros e marginais, adquirindo conotações cada vez mais pejorativas (GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA, 2015).

¹¹⁸ Texto original: “the Catalan industrial bourgeoisie maintained a position of provincial conformity, and even displayed Spanish nationalist feelings on the outbreak of the second Cuban War and the rising in the Philippines”.

em vista que devido a estes conflitos foi restabelecido o serviço militar obrigatório e isso fez com que os catalães tivessem maior contato com as colônias revolucionárias, aproximando o nacionalismo catalão da classe trabalhadora às ideologias de esquerda, sobretudo do anarquismo e do marxismo-leninismo.

Com isso, se formou uma nova corrente nacionalista catalã, o catalanismo de esquerda, que aos poucos se tornou o nacionalismo radical catalão, representado por Francesc Macià e pelo partido *Estat Català* (EC), que posteriormente daria origem ao *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERC), atual hegemonia política na Catalunha. A partir do EC, começou-se a cogitar a independência total da Espanha, sendo o independentismo a característica mais importante deste partido e com Macià se traçou os primeiros passos para a luta armada como meio de atingir a independência. Entretanto, esse ultracatalanismo progressista iniciado por uma pequena-burguesia mas paulatinamente formado por uma base mais popular, só ganhou força após a ditadura de Primo de Rivera em 1930 e na década de 60, com o surgimento do “novo nacionalismo”, apresentou sua face mais obscura através de manifestações xenofóbicas, impulsadas pela perseguição cultural, linguística e simbólica do regime franquista, pela onda migratória do sul da Espanha e influenciada internacionalmente pelos movimentos anticoloniais (ZABALO, 2004; BALCELLS, 1994).

Como destaca o historiador Albert Balcells (1994, p.42, tradução livre), o catalanismo formava “parte de uma tendência europeia geral em favor do reconhecimento político de pequenas nacionalidades que haviam perdido sua independência no processo de formação dos Estados europeus modernos”¹¹⁹. Desta forma, desde o início, o catalanismo se interessou por outros movimentos nacionalistas a fim de traçar estratégias eficazes para conseguir a autodeterminação. Assim, não apenas apoiou o movimento irlandês de Charles Parnell e a transição pacífica da independência da Noruega em 1905, como também se espelhou no exemplo tcheco para utilizar os termos “nação” e “nacionalismo” em seu discurso, além de posteriormente partidos como o *Partit Socialista d'Alliberament Nacional- provisional* (PSAN-p) e *Esquerra Catalana dels Treballadors* (ECT) terem assinado a Carta de Brest (BALCELLS, 1994; MOLINA, 2018; BASSA, 2007).

Durante o declive da ditadura de Francisco Franco, isto é, o tardofranquismo, período compreendido desde 1969 até 1975, as forças nacionalistas catalãs formaram uma plataforma

¹¹⁹ Texto original: “part of an overall European trend in favour of the political recognition of small nationalities which had lost their independence in the process of the formation of modern European states”.

unificada para combater o regime franquista. Em 1971 a maioria dos partidos políticos catalães, associações culturais e sindicatos se reuniram para formar a Assembléia da Catalunha, um organismo que não apenas unificava as forças nacionalistas mas que também funcionava como catalisador das aspirações nacionais catalãs (VILAREGUT, 2002; BALCELLS, 1994). A organização chegou a contar com mais de 10.000 participantes e apoiadores e por meio desta, se perseguiu quatro objetivos principais: i. anistia para os presos políticos e exilados; ii. liberdades democráticas fundamentais; iii. restauração do Estatuto de Autonomia de 1932, definido como o caminho para alcançar o pleno direito a autodeterminação e; iv. coordenação da luta pela democracia; constituindo o slogan “*Llibertat, Amnistia, Estatut d’Autonomia*” (SELLARÈS, 2011; BALCELLS, 1994). Essa unidade do nacionalismo catalão expôs a posição marginal que ocupavam as facções radicais, tendo em vista que estas representavam as fissuras do movimento nacional. Esse fato contrasta com o cenário político relativamente fragmentado e radicalizado do País Basco durante o mesmo período (DIJK, 2018).

Em outras palavras, a homogeneidade do nacionalismo catalão e a gradativa abertura de formas institucionais de contenção, encorajou os atores políticos a defenderem seus interesses a partir do nacionalismo cívico e buscar formas não-transgressivas de reivindicação política, sendo esta a característica principal do moderno movimento nacional catalão (PORTA; O’CONNOR; PORTOS, 2019; LLUCH, 2010). Todavia, tal movimento também deu origem a alguns grupos que utilizavam maneiras violentas de contenção por não perceberem alternativas institucionais para expressar suas demandas políticas, como o Exército Popular Catalão (*Exèrcit Popular Català*; EPOCA), a Frente de Libertação Catalã (*Front d’Alliberament Català*; FAC), a Organização da Luta Armada (*Organització de la Lluita Armada*; OLLA) e o PSAN-p, entretanto, estes correspondem a anomalias do movimento nacional e, com exceção do EPOCA, os grupos dissidentes não conseguiram sobreviver até a Transição (SOLDEVILLA, 2018).

Segundo Dijk (2018), as formas transgressivas de contenção não se estabeleceram dentro do movimento nacional por causa da eficácia da repressão franquista. Devido aos grupos supracitados serem praticamente minúsculos, as prisões de seus militantes impediram a consolidação de tais organizações e resultaram no desmantelamento das mesmas. Ainda, de acordo com Dijk (2018, p.42, tradução livre), em comparação ao País Basco, “a escala de repressão não foi grande o suficiente para energizar uma radicalização adicional dentro do

círculo eleitoral nacionalista catalão”¹²⁰, o que por consequência significou o cessamento da violência política na Catalunha. Pelo menos até a chegada do Terra Lliure.

A Espanha ainda viveria uma fase conturbada em sua história: a Transição. Abalada por diferentes forças e ideologias, caminhou em direção à democracia com cautela, buscando convergir os interesses franquistas com as demandas da oposição de maneira pacífica, o que resultou em uma gradual e pactuada transição à democracia de forma oficial, mas também em operações e violência política em faces clandestinas.

4.2. Formação do Terra Lliure e primeiras atuações (1975-1983)

Com a morte de Francisco Franco e o início da transição à democracia, começou-se um processo de abertura institucional para outras alternativas de reivindicação política, com formas não transgressivas de fazer-se ouvir. Nesse contexto, a Assembleia da Catalunha continuou unida e a partir dela se estabeleceu o Conselho de Forças Políticas da Catalunha (*Consell de Forces Polítiques de Catalunya*) para negociar as demandas nacionalistas com o novo regime. As demandas mínimas dos nacionalistas radicais foram integradas às dos nacionalistas moderados e o objetivo geral convergiu na ideia de que a autonomia seria um estágio intermediário para a autodeterminação, além de perseguir os outros alvos da Assembleia (anistia para os presos e políticos, liberdades democráticas fundamentais e restauração do Estatuto). Como o Conselho aglutinava as forças políticas regionais de oposição ao Estado, a estratégia padrão foi continuar as negociações por meio do Conselho, significando que quaisquer reivindicações fora desse âmbito seriam um desvio não representado nem apoiado pela oposição em geral e tampouco seria ouvido pelo governo central, por isso, forças *sui generis* não percorreram este caminho, o que reforçou a barganha nacionalista do Conselho (DIJK, 2018; BALCELLS, 1996).

Os resultados dessa unidade de forças se apresentaram ainda durante os primeiros anos da Transição. O slogan “Liberdade, Anistia, Estatuto de Autonomia” teve suas demandas amplamente cumpridas. Reflexo disso foi a supressão da proibição de publicações em catalão¹²¹ (1976), restauração provisória do governo autónomo catalão (*Generalitat de Catalunya*)¹²²

¹²⁰ Texto original: “the scale of repression was not large enough to energise a further radicalisation within the Catalan nationalist constituency”.

¹²¹ O jornal *Avui* (Hoje), primeiro jornal diário em catalão desde a Guerra Civil, voltou a circular e ainda em 1976, criou-se a primeira estação de rádio na língua catalã, *Ràdio 4* (BALCELLS, 1996).

¹²² O governo estatal convidou o presidente da *Generalitat*, Josep Tarradellas, que estava no exílio desde 1954 para presidir o novo governo provisório. A presença de Tarradellas fortaleceu a esquerda política e contribuiu na

(1977), promulgação de uma lei de anistia (1977), eleições democráticas e legalização de diversos partidos (a maioria de esquerda, o que cativou grande parte do eleitorado catalão, visto que a região era conhecida como “Catalunha vermelha” devido à sua influência anarquista e comunista) (1977), a Constituição de 1978 que garantiu “o direito à autonomia das nacionalidades”¹²³ e um novo Estatuto de Autonomia aprovado mediante referendo (1979) (DIJK, 2018; CARVALHO, 2015). Cabe destacar que as propostas da Assembleia receberam grande apoio e mobilização popular, chegando ao ponto de ser o título da marcha do Dia Nacional da Catalunha (*Diada*) de 1977, em que participaram mais de um milhão de pessoas e, cabe ressaltar, também, que o Estatuto foi uma grande conquista dos catalães dado que este, entre outras coisas, restabeleceu a *Generalitat* permanentemente, restituiu o parlamento catalão, criou uma polícia autônoma (*os Mossos d’Esquadra*)¹²⁴, a língua catalã recebeu o status de co-oficial e diversas questões educacionais e culturais passaram a ser de competência regional (BABY, 2018; DIJK, 2018). Os resultados obtidos a partir de meios convencionais-democráticos foram suficientes para incentivar a maioria dos partidos políticos catalães a permanecerem dentro do marco legal-institucional para perseguir seus objetivos políticos.

aprovação do referendo da Constituição, além de colaborar com a legitimação da Transição (CARVALHO, 2015; FERNÁNDEZ I CALVET, 1986) Ademais, embora não tenha exercido poder real, seu retorno teve suma importância simbólica porque demonstrava que o governo central reconhecia a legitimidade da autonomia catalã (BABY, 2018).

¹²³ A comissão responsável pela elaboração da carta magna incluiu dois catalães, Miquel Roca Junyet (CDC) e Jordi Solè Tura (PSUC), considerados parte dos “pais da constituição”, privilégio que não contemplou os bascos, apesar de Adolfo Suárez ter ciência de que a legitimidade da Constituição requeria principalmente a aprovação dessas duas nações. Após o art.2 da Carta Magna declarar a “unidade indissolúvel da nação espanhola, pátria comum e indivisível a todos os espanhóis”, reconheceu e prometeu garantir o “direito à autonomia das nacionalidades e regiões”. Embora não especifique o que seriam tais nacionalidades e quais regiões seriam estas, é um tímido avanço na aceitação da Espanha como um Estado plurinacional e uma abertura para a descentralização do governo (BALCELLS, 1996; CARVALHO, 2015; CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA, 1978).

¹²⁴ Semelhantemente, o estatuto basco também tornou possível a criação de sua própria polícia autônoma, denominada *Ertzaintza*. Poucas comunidades autônomas possuem essa delegação de poder do Estado e, as demais que a possuem, não é de forma tão abrangente quanto as competências dos *Mossos* e da *Ertzaintza*. Esses novos corpos policiais conferiram mais legitimidade à democracia e amenizaram as críticas dos agentes de segurança pública serem autoritários e franquistas.

Entretanto, após as eleições gerais de 1977¹²⁵, o Conselho se desfez e com ele a Assembleia, visto que o Partido Socialista de Catalunha-Congresso (PSC-C) ganhou e que os demais partidos, de agora em diante, necessitavam se diferenciar uns dos outros para angariar votos para as próximas eleições. À vista disso, iniciaram-se as divisões dentro do movimento nacional e este se decantou nas posições esquerda-direita em vez de manter o nacionalismo como ideologia base, fato que levou à desmobilização popular em geral (PORTA, O'CONNOR, PORTOS, 2019; CARVALHO, 2015; DIJK, 2018).

A partir dos anos 1977-78, os principais partidos catalães, o Partido Socialista da Catalunha (PSC), o Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC) e Convergência Democrática da Catalunha (CDC), adotaram posturas pragmáticas que desencadearam o atenuamento de suas demandas nacionalistas (DIJK, 2018). Após os primeiros rascunhos da Constituição, as pequenas facções nacionalistas radicais viram que a estratégia “pacto pela liberdade” (*pacte per la llibertat*) não satisfiz completamente suas demandas, dado que a Carta Magna impôs uma divisão territorial que separava os *Països Catalans* e, por esse motivo, alegaram que este caminho havia sido um erro, pois este levou a nação catalã a um beco sem saída e que estariam “presos a autonomia” e nunca conseguiriam adquirir um status de independência, o que lhes gerou frustração com os resultados do processo democrático.

Assim, o PSAN-p, um dos partidos não legalizados previamente às eleições gerais de 1977¹²⁶, conjuntamente com outros grupos independentistas, traçou um plano não reformista que se enfrentava ao Estado e a burguesia. A primeira parte do plano executou-se na formação do Comitê Catalão Contra a Constituição Espanhola a fim de mobilizar o independentismo revolucionário em toda a região dos *Països Catalans*. A segunda parte do plano consistiu em criar uma organização militar “capaz de dinamizar a luta, de abrir novas frentes de ação, de intensificar as contradições do poder [e] combater, com as armas, se necessário, as contínuas

¹²⁵ As primeiras eleições livres desde 1936 culminaram na vitória da direita reformista sobre a direita franquista, e da esquerda moderada sobre a radical, expressando o desejo da população de deixar a ditadura e as velhas políticas no passado. Todavia, durante o tardofranquismo, a Espanha atingiu crescimento médio de 7,3% ao ano e o país deixou de ser uma economia rural para se tornar a 10ª potência industrial do mundo, chegando a aumentar o seu PIB *per capita* de USD 300 para USD 3.360, superior ao de Portugal, Grécia e Irlanda. Tal fato contribuiu para que o eleitor não quisesse a ruptura total com antigo regime, queria mudanças políticas, sim, mas também a manutenção das conquistas econômicas, o que talvez a oposição radical não iria conseguir. Por isso tal resultado eleitoral (CARVALHO, 2015).

¹²⁶ Segundo Sophie Baby (2018), o PSAN-p não foi legalizado porque não solicitou tal medida, pois em decorrência de seu caráter anti-sistema, sua estratégia se baseou em manter uma posição de confronto total à reforma e principalmente ao Estado espanhol.

agressões contra o povo catalão”¹²⁷ (SASTRE, 1998, p.32 *apud* VILAREGUT, 2002, p.10, tradução nossa; BASSA, 2007). Dessa forma, em 1978, nasceu o Terra Lliure (terra livre) (TLL), uma organização formada a partir de dissidências de grupos independentistas com o objetivo de independência, socialismo e reunificação dos *Països Catalans* (MURO; LLOSERÀ, 2016; FERNÁNDEZ I CALVET, 1986).

O grupo independentista radicalizou seu discurso e métodos e estipulou a violência política como forma predominante de ação coletiva por esta ser entendida como um “ponto essencial” e o “motor de vanguarda do movimento”, além de ser, nas palavras do ex-militante Josep Serra, a maneira de “progredir na política” (BASSA, 1997 *apud* DIJK, 2018). Todavia, essa estratégia apresentava um diferencial em comparação a aquela adotada pelo ETA: alta seletividade de alvos e aversão ao assassinato. Suas ações violentas eram direcionadas a edifícios e instituições que representassem as “forças de ocupação”, isto é, o Estado espanhol. Este *modus operandi* foi batizado pelo grupo como “independentismo combativo”. Cabe destacar que apesar da organização ter nascido em 1978, esta só se deu a conhecer publicamente em 1981 (MURO; LLOSERÀ, 2016).

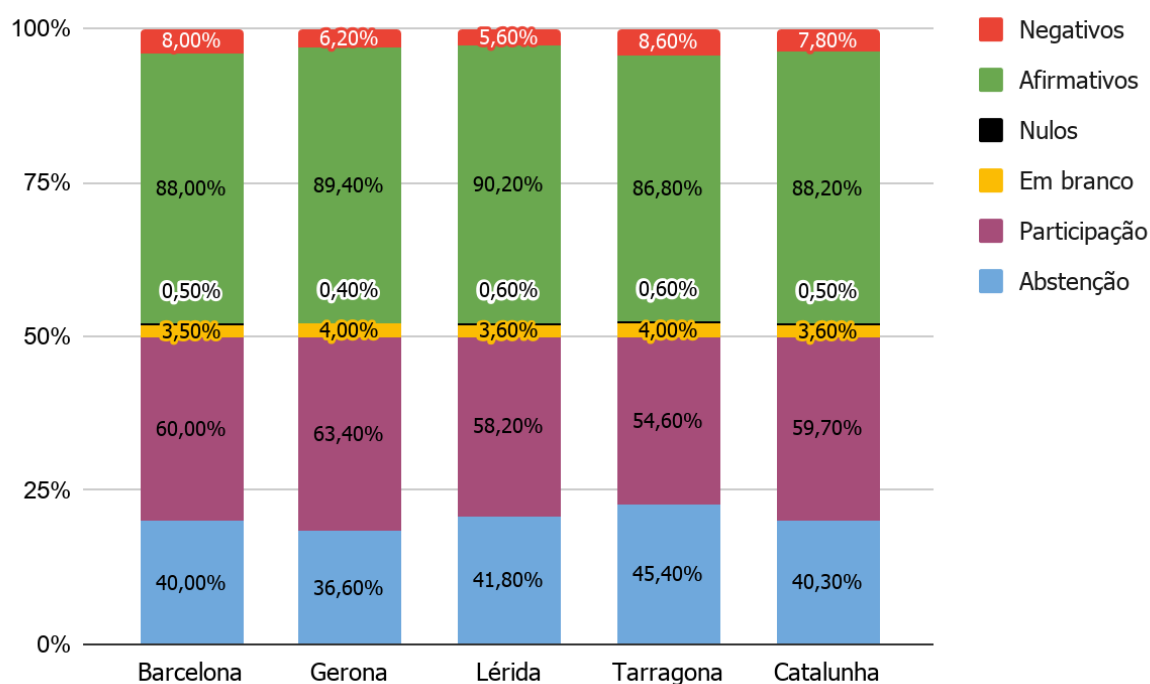
Até o momento de sua estreia oficial, o Terra Lliure se manteve praticamente inoperante, usando esse período inicial para estruturar as bases da organização, mobilizar recursos para minimamente poder entrar em ação e recrutar pessoas. Além disso, estabeleceu contato com outras organizações clandestinas que também usavam a violência política, como o EPOCA e o ETA-pm, a fim de definir colaborações em troca de informações, treinamento técnico ou até mesmo, armas (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986; BABY, 2018).

Durante esse período de pouca atividade (1978-1981), apesar da insatisfação das facções radicais, a Constituição espanhola foi aprovada e, na Catalunha, contou com a participação de 67,9% do eleitorado catalão dos quais 90,5% deram seu voto favorável, percentual superior ao da média espanhola de 88,5% (AJUNTAMENT DE BARCELONA, s/d a; MINISTÉRIO DO INTERIOR, 2013). Embora também houvesse oposição dos independentistas ao Estatuto de Autonomia, estes não conseguiram impedir a aprovação do documento e tampouco mudar os rumos que tomava a Transição, já que como mostra o gráfico abaixo (figura 9), o referendo registrou a participação de 59,7% e uma ampla maioria de votos favoráveis (88,2%), demonstrando a anuência popular ao documento e certa

¹²⁷ Texto original: “fos capaç de dinamitzar la lluita, d'obrir nous fronts d'acció, d'aguditzar les contradiccions del poder, combaten, amb les armes, si fes falta, les agressions continuades contra el poble català”.

acomodação, já que os catalães não buscaram nenhuma relação tributária especial como fizeram os bascos¹²⁸ (AJUNTAMENT DE BARCELONA, s/d b; CARVALHO, 2015).

Figura 9– Gráfico do resultado do referendo do Estatuto de Autonomia da Catalunha (25 de outubro de 1979)



Fonte: elaboração própria a partir do *Departament d'Estadística, Ajuntament de Barcelona* (s/d)

Durante as eleições gerais de 1979, a coalizão secessionista Bloco de Esquerda para Libertação Nacional (BEAN) não conseguiu obter sequer uma cadeira no parlamento, pois os votos recebidos foram insuficientes. Nas eleições regionais de 1980 a cena se repetiu, não só com o BEAN, mas também com a recém-formada aliança independentista, Nacionalistas de Esquerda (NE). Tal resultado demonstra que a massa não queria a secessão e que estavam, no mínimo, de acordo com a situação atual de autonomia regional. Todavia, a Conferência das Organizações da Esquerda Independentista dos Países Catalães que outrora recusaram a

¹²⁸ Como explica Carvalho (2015), os bascos negociaram um concerto fiscal com o Estado central baseados na primeira cláusula das Disposições Adicionais da Constituição de 1978, em que se “ampara e respeita os direitos históricos dos territórios forais”. Na prática, essa cláusula faz com que existam dois sistemas fiscais na Espanha: um válido apenas para o País Basco e Navarra (territórios forais) e o outro para todas as demais comunidades autônomas. No regime foral, os territórios arrecadam todos os impostos e “pagam” Madri pelos serviços prestados pelo Estado. No regime comum, o Estado arrecada os tributos e posteriormente repassa às comunidades. A grande diferença entre estes sistema está em que tanto o País Basco como Navarra, não participam do “fundo de solidariedade” que “faz com que recursos arrecadados em comunidades autônomas de maior renda sejam repassados às mais pobres. Este fato traz consequências políticas importantes, já que várias comunidades se ressentem dessa assimetria” (CARVALHO, 2015, p.112).

violência como meio de obter resultados políticos, haviam mudado de parecer devido ao “caso Bultó”¹²⁹ (DIJK, 2018). A partir disso, o TLL viu a oportunidade perfeita para justificar o motivo de sua criação e liberar os *Països Catalans* a toda custo, além de encarar o apoio social à organização *Socors Català* e aos Comitês de Solidariedade com os Patriotas Catalães (CSPC) como o suporte a luta armada (BASSA, 2007). Nas palavras do ex-militante Jaume Fernàndez i Calvet (1986, s/p, tradução nossa), o apoio aos comitês foi um “fenômeno de solidariedade política que mostrou a identificação de um setor do povo catalão com a linha política independentista e com o papel da luta armada dentro dela”¹³⁰. Graças a esse impulso, o Terra Lliure entrou em ação.

Todavia, uma de suas primeiras atividades armadas resultou na morte de um integrante do grupo, Fèlix Goñi vulgo “Bruc”. O nervosismo e a falta de experiência em manusear bombas foram os principais fatores que levaram a morte de Goñi enquanto este tratava de instalar um explosivo dentro de uma concessionária em Barcelona. Com a explosão, Goñi morreu e o outro ativista do TLL que estava consigo, Quim Pelegrí, resultou gravemente ferido (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986; BABY, 2018). Essa ação foi executada pelo TLL a pedido do ETA como forma de pagamento de armas que o segundo disponibilizou ao primeiro (GISPERT *et al*, 2008).

Um ano mais tarde, em 25 de julho de 1980, o TLL começou uma campanha de ataques contra a empresa de produção e distribuição de energia elétrica, Fuerzas Eléctricas de Cataluña S.A, mais conhecida como FECSA. Tal campanha foi responsável por 32 ataques a distintas filiais da empresa como uma forma de demonstrar o apoio ao movimento antinuclear da Catalunha (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986; BABY, 2018).

Apesar do TLL ter entrado em ação, seu nível de violência permaneceu baixo durante os anos 1981-1983. Entretanto, foi precisamente no ano de 1981 que o grupo realizou a ação mais famosa de sua história: o sequestro e tiro no joelho¹³¹ do jornalista Federico Jiménez

¹²⁹ José María Bultó foi um exitoso industrial sequestrado pelo EPOCA e obrigado a pagar 500 milhões de pesetas para sua liberação, o equivalente a 3 milhões de euros atualmente. Bultó negou-se e foi instalada uma bomba no seu peito. A bomba explodiu e os responsáveis pelo crime fugiram da Espanha. Em decorrência desse “exílio”, *Socors Català* pediu anistia aos procurados independentistas e formou uma série de Comitês para dar apoio a aqueles que lutavam pela independência empunhando as armas e fazendo o que era necessário para atingir tal status (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986).

¹³⁰ Texto original: “fenomen de solidaritat política que va mostrant la identificació d’un sector del poble català amb la línia política independentista i amb el paper de la lluita armada al seu si.”

¹³¹ A prática do *kneecapping* (tiro no joelho) era uma das “assinaturas” do IRA e, posteriormente, se tornou habitual entre as Brigadas Vermelhas italianas. A prática se tornou “moda” entre os grupos de extrema esquerda da década de 1970, pois além de ferir a vítima, esta era impedida de voltar a andar normalmente e ficava

Losantos por ter sido um dos principais responsáveis pela redação e publicação do “Manifesto dos 2.300”, um documento assinado por pouco mais de 2.300 profissionais e intelectuais que residiam na Catalunha que expressavam certa preocupação pelo status de co-oficial que ocupava a língua catalã e alegavam que os falantes do espanhol sofriam discriminação (MURO; LLOSERÀ, 2016; BALCELLS, 1996; BASSA, 2007). Pouco tempo depois, concretamente 2 meses, a polícia prendeu 23 membros do TLL que haviam se envolvido no sequestro.

A rápida prisão dos ativistas da organização, conjuntamente com a intensa vigilância policial em decorrência de um atentado realizado pelo ETA-pm com apoio do PSAN na Catalunha e a detenção de membros do EPOCA que estavam associados ao TLL, contribuíram para a baixa atividade da organização. Cabe destacar que durante 1981 a organização do ETA-pm se extinguiu e com ela caiu parte da infraestrutura do comando de Barcelona, que outrora cooperou com o PSAN-p e TLL (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986; BABY, 2018; BASSA, 2007). Além disso, como afirma Dijk (2018), fatores como (a) a decisão do Terra Lliure de proibir a filiação dupla, isto é, participar do grupo e simultaneamente estar filiado a um partido político, dificultou o recrutamento; (b) as discrepâncias internas em relação ao uso da violência política levaram a expulsão de membros críticos em 1983 e; (c) o escasso apoio popular e as dificuldades em obter colaborações políticas¹³², se tornaram verdadeiros gargalos para que a violência política do TLL não decolasse naquele período.

Ainda no ano de 1981, marcado pelos episódios do 23-F e pela LOAPA, vistos pelos nacionalistas como a continuação do franquismo, o TLL fez sua primeira aparição pública na manifestação organizada pela “*Crida a la Solidaritat*” (“apelo à solidariedade”) com o título “*Som una nació*” (“somos uma nação”) como resposta ao Manifesto dos 2.300 (BASSA, 2007). A manifestação terminou no estádio do clube de futebol do Barcelona, Camp Nou. Dado o cenário propício, ali o TLL distribuiu seu manifesto chamado “*Crida de Terra Lliure*”, em que deixava claro seu objetivo de lutar pela independência dos *Països Catalans* e

“marcada” pelo resto da vida como um inimigo de determinada causa e, supostamente, isso era motivo de vergonha pública (MATUSITZ, 2013).

¹³² Essas dificuldades de apoio político ocorreram principalmente porque os principais partidos catalães, a saber CiU, PSC e PSUC, combateram a estratégia de violência política do TLL. Ademais, o eleitorado catalão não estava disposto a radicalizar sua posição, prova disso é que nas eleições regionais de 1980 foi eleito Jordi Pujol como presidente da *Generalitat*, candidato que formava parte de um partido nacionalista conservador (CiU) que era pequeno e que para ter suas medidas políticas apoiadas realizava acordos com o governo central (DIJK, 2018; BALCELLS, 1996).

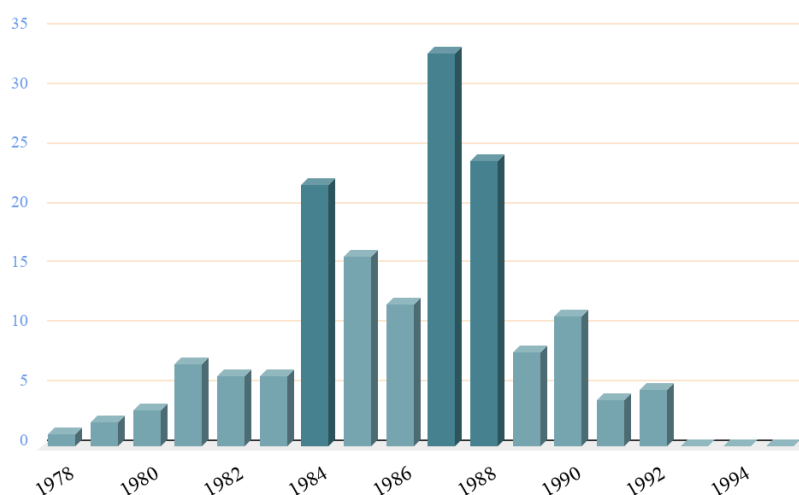
convocava a população a se unir a luta armada (MURO; LLOSERÀ, 2016; BALCELLS; 1996).

Em suma, se por um lado os nacionalistas radicais ainda viam o franquismo presente na sociedade catalã e espanhola, por outro, o grosso da população não estava disposto a recorrer à violência política e os partidos políticos não iriam legitimar esta prática para mudar tal cenário. Tanto as forças da sociedade civil quanto as da política permaneceram comprometidas com a democracia aos moldes do Estado espanhol.

4.3. Escalada de violência política (1984-1988)

Embora as vicissitudes encontradas no período anterior tivessem limitado e impedido a intensificação da atividade armada, em 1984 o TLL ensaiou o voo para uma escalada de violência política. Como mostra o gráfico abaixo (figura 10), pode-se identificar dois picos de violência na história do TLL, sendo que o primeiro (1984) marcou uma nova fase de violência e o segundo (1987-1988) sinalizou o apogeu da organização, seguido, posteriormente, de sua decadência.

Figura 10– Gráfico do número de ações armadas do Terra Lliure



Fonte: elaboração própria a partir de Dijk (2018).

Conforme Dijk (2018), a razão pela qual o TLL conseguiu escalar a violência política reside no fato de que o grupo se planejou com antecedência e estabeleceu uma meta: a campanha contra os Jogos Olímpicos que ocorreriam em 1992 em Barcelona, denominada

“*Olimpiades 1992, resistir o morir*”. Segundo o boletim interno do TLL de outubro daquele ano, intitulado *Alerta*, o evento internacional era visto como a “espanholização da Catalunha” e concomitantemente era a oportunidade ideal para que a causa independentista dos *Països Catalans* conquistasse atenção e apoio internacional (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986).

Diante disso, o planejamento se executou em quatro aspectos. O primeiro passo foi a expulsão dos membros críticos aos métodos violentos, conseguindo assim, a superação das dissidências internas. Em segundo lugar, no ano de 1984 houve a redução de prisões de ativistas do TLL, o que resultou no terceiro fator: o aprimoramento de suas capacidades operacionais. Tais capacidades foram ampliadas com a criação de um ramo político, o Movimento de Defesa da Terra (MDT), que não somente apoiava seus discursos e métodos, mas também tornava o TLL mais simpático à massa, resultando no quarto e último aspecto do planejamento (DIJK, 2018). Cabe ressaltar que o MDT estava em gestação desde 1981, mas não conseguiu se estabelecer em decorrência das tensões entre os IPC (*Independentistes dels Països Catalans*) e os CSPC e o PSAN. Após ter se firmado, o MDT serviu como plataforma de debate e de instrumento na luta pela independência, unindo os diferentes núcleos separatistas que outrora destoaram (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986). Com o MDT, o TLL deixou sua posição isolacionista, tendo em vista que foi introduzido na política e através dessa plataforma unificada, conseguiu mais recursos e recruta, o que significou o aumento do apoio popular.

Entretanto, a organização não conseguiu sustentar a escalada no ano seguinte. Já no início de 1985 ocorreu a diminuição no nível de violência como consequência direta da detenção de parte da liderança em janeiro daquele ano (FERNÁNDEZ I CALVET, 1986; MURO; LLOSERÀ, 2016). As prisões afetaram a mobilização de recursos e a capacidade operacional do TLL, fatores que obstruíram a prática de ações armadas complexas. Ademais, devido a precariedade de financiamento do grupo e a ausência de formação técnica para preparar, colocar e detonar explosivos, alguns ataques foram frustrados e outros mal-sucedidos, resultando na morte de mais dois ativistas durante a preparação de bombas, Josep Antoni Villaescusa em 1984 e Quim Sánchez em 1985 (MURO; LLOSERÀ, 2016). Tais fatos acarretaram em uma guinada na estratégia de violência política. Por alguns meses, devido aos fatores supracitados, o TLL priorizou a mobilização popular e as manifestações para tentar captar recursos para retomar a violência política (DIJK, 2018). Nesse sentido, houve um maior protagonismo dos CSPC e do MDT para sensibilizar a massa sobre a

importância do independentismo combativo enquanto o TLL “descansava” à sombra destes. Pode-se dizer que os anos de 1985-1986 foram o *pit-stop* do TLL e uma das últimas freadas significativas no uso da violência até o desmantelamento total da organização em 1995.

Paralelamente à redução do nível de violência do TLL, surgiu em 1985 um grupo de extrema direita denominado *Milicia Catalana* que visava combater não só o TLL mas o todo o catalanismo de esquerda. Esse grupo se assemelhava ao BVE que apareceu em 1975 no País Basco (BASSA, 2007). Contudo, da mesma forma que a maior parte da sociedade catalã não aceitava a violência política perpetrada pelo TLL, esta tampouco foi condescendente com a violência da *Milicia* e o grupo de irrelevante apoio popular desapareceu no mesmo período em que o TLL foi extinto.

Paradoxalmente, enquanto aparentemente as mobilizações populares e o suporte social estavam ascendendo, ocorreu em 1987 uma cisão no independentismo organizado em geral e no MDT em particular. As divergências a respeito do papel da luta de classes na causa independentista fragmentou o braço político do TLL em MDT-PSAN e MDT-IPC. As duas correntes alegadamente irreconciliáveis impactaram no funcionamento do TLL (VILAREGUT, 2002; BASSA, 2007). De acordo com Dijk (2018), essa divisão forma parte dos três “contratempos” que motivaram um novo pico de violência política por parte do TLL em 1987. O segundo contratempo se deu com a reorientação política de ERC, que passou a ser assumidamente independentista e se incorporou à plataforma separatista da *Crida a la Solidaritat*, sendo qualificada como “independentismo café com leite”¹³³. O último acontecimento, na opinião de Dijk (2018), foi o atentado do ETA ao Hipercor em junho de 1987. Devido a tal ataque ser indiscriminado em um local onde praticamente havia apenas civis, isto provocou a desaprovação massiva aos métodos transgressivos do ETA. A associação dos métodos do ETA aos do TLL, minou a base de apoio social dos ativistas catalães.

Não obstante ter atingido um novo ápice em sua atividade armada, em setembro daquele ano a violência política sofreu uma leve diminuição. Esse fato pode ser explicado pelas consequências que a crise política do independentismo de esquerda provocou no seio do TLL e pelo ataque executado por este grupo aos tribunais de Borjas Blancas (Lérida) que causou a morte de Emilia Aldomà (MURO; LLOSERÀ, 2016; BASSA, 2007). Esse óbito foi considerado um “erro” pelo grupo catalão, posto que Aldomà não era o alvo do atentado mas

¹³³ Expressão original “independentismo descafeinado”.

resultou fatalmente ferida quando a detonação do explosivo instalado nos tribunais derrubou sobre si uma das paredes de sua casa enquanto dormia (EL PAÍS, 1987). Tal episódio provocou a indignação popular e a união de distintas forças políticas e sociais para pôr fim à violência política na Catalunha. Sobre isso, o presidente da *Generalitat*, Jordi Pujol, declarou que “todo tipo de terrorismo deve ser rejeitado: o importado, que vem de fora, e o que pode nascer entre nós; o que busca matar pessoas e o que não busca matar pessoas, mas que, de fato, também mata, como aconteceu agora”¹³⁴ (EL PAÍS, 1987, s/p, tradução nossa).

Se antes havia poucas possibilidades de dissociar a prática do ETA da do TLL, a partir da morte de Emilia Aldomà, tais possibilidades foram reduzidas a zero, já que o diferencial de não causar vítimas mortais não existia mais. O TLL voltou ao isolacionismo e insistiu em provar que apesar do “erro” que resultou em morte, o independentismo combativo era viável. Devido a isso, enquanto ainda tinha recursos disponíveis, sustentou, como pôde, a violência política no ano de 1988.

4.4. Redução da violência política e desmantelamento (1989-1992)

Todavia, em 1988, houve novas prisões que reiniciaram o ciclo de esmorecimento do grupo catalão. Porém, aquela ocasião seria o ciclo definitivo de sua decadência, já que, mesmo com novos pequenos estímulos, o TLL não conseguiu se reerguer. As causas disso residem nos contratempos acima citados, que tiveram dupla importância na história do TLL, pois, se por um lado estes suscitaram o aumento da violência política, por outro lado, estes mesmos fatores foram a razão da insustentabilidade da escalada a longo prazo, posto que tais facetas corroeram o apoio da sociedade civil ao TLL. Logo, o resultado foi o progressivo enfraquecimento operacional e organizacional; operacional porque estavam gastando recursos enquanto não os conseguiam repor, e organizacional porque a fragmentação do MDT provocou uma cisão no TLL em 1989, dividindo-o em TLL-III Assembleia (apoiadores do MDT-IPC) e TLL-IV Assembleia (simpatizantes do MDT-PSAN) (BASSA, 2007; DIJK, 2018).

Essa partição pode ser explicada por fatores como (a) o independentismo de ERC não ter resultado tão “café com leite” quanto os nacionalistas julgaram ser, uma vez que a partir de 1989 o partido conseguiu reunir sob si tanto independentistas radicais quanto independentistas

¹³⁴ Texto original: “todo tipo de terrorismo debe ser rechazado: el importado, que viene de fuera, y el que pueda nacer entre nosotros; el que busca matar gente y el que no busca matar gente, pero que, de hecho, mata también, como ha pasado ahora”.

pacifistas, se tornando um guarda-chuva do catalanismo de esquerda e uma representação institucional das mesmas causas separatistas do TLL e; (b) a facção do TLL-IV Assembleia, liderada por Pere Bascompte, ter abandonado a violência política como resultado de um acordo entre Bascompte e ERC, dando passos em direção à luta institucionalizada e inserindo os seus ex-ativistas no partido de ERC em 1991 (BASSA, 2007; DIJK, 2018).

Cabe ressaltar que o TLL-IV Assembleia não somente se dissolveu unilateralmente porque as diversas vicissitudes tornaram as condições internas insubsistentes, mas também porque percebeu uma maior abertura nas instituições europeias e por isso pretendia se candidatar às eleições ao Parlamento Europeu em 1989. Porém, para isso, deveria abandonar a luta armada. Suas percepções foram confirmadas com os referendos que levaram à independência dos países balcânicos e com a queda do Muro de Berlim, o que serviu para reiterar sua posição de perseguir a soberania a partir de formas democráticas de contenção, visto que com a luta armada não havia se atingido os resultados esperados (DIJK, 2018; BASSA, 2007).

Enquanto o TLL-IV Assembleia abandonava a violência política, paralelamente o TLL-III Assembleia renovava seu compromisso com o independentismo combativo e mantinha a ambiciosa meta de sabotar os Jogos Olímpicos que ocorreriam de 25 de julho a 9 de agosto de 1992. Contudo, suas pretensões foram frustradas em decorrência da mega operação policial e judicial encabeçada pelo juiz Baltasar Garzón (razão pela qual a operação é popularmente conhecida como “*Operación Garzón*”), em que se desmantelou a organização catalã (DIJK, 2018; BASSA, 2007). Essa foi a maior operação realizada pelo Estado até então e embora já estivesse sendo planejada há dois anos, as prisões só foram efetuadas entre 29 de junho e 14 de julho (primeira fase), em setembro (segunda fase) e em dezembro (última fase) de 1992 (LA VANGUARDIA, 1992a). Por meio dessa, mais de 50 pessoas foram detidas e acusadas de pertencer e/ou colaborar com o TLL. Devido à grande quantidade de detidos, ERC comparou estas prisões às prisões da época do regime franquista e a *Crida* manifestou seu apoio a tal argumentação, alegando que “detenções indiscriminadas [como] a dos últimos dias são impróprias de um Estado democrático”¹³⁵ (LA VANGUARDIA, 1992, p. 16, tradução nossa). Como efeito colateral, as detenções causaram alvoroço no catalanismo político e, por um momento fugaz, conseguiu unir o movimento separatista contra o Estado espanhol.

¹³⁵ Texto original: “detenciones indiscriminadas de los últimos días, que son impropias de un estado democrático”.

Além disso, 19 detidos denunciaram maus-tratos e tortura. Em resposta, os médicos forenses examinaram os supostos torturados e afirmaram que as marcas que os detentos possuíam não correspondiam a lesões típicas de maus-tratos, mas sim de golpes fortuitos e autolesões. Em decorrência disso, o juiz Baltasar Garzón não autorizou a investigação das denúncias e estas foram arquivadas (EL PAÍS, 1992; LA VANGUARDIA, 1992b). Todavia, 15 dos detidos reafirmaram as denúncias e processaram o Estado espanhol perante o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, localizado em Estrasburgo, na França (ECHR, 2004). Em 2004, o Tribunal afirmou que a Espanha não cometeu maus-tratos ou tortura, mas a condenou por não ter investigado de forma efetiva as denúncias, visto que, se o tivesse feito, teria esclarecido a situação. Apesar disso, sentenciou o Estado espanhol a indenizar com 8.000 euros a cada um dos demandantes, contabilizando um total de 120.000 euros (LA VANGUARDIA, 2004).

Perante esse cenário, em 1995 o TLL emitiu um comunicado oficial anunciando sua dissolução. No ano seguinte, como forma de colocar um ponto final ao episódio da violência política clandestina catalã, o governo espanhol indultou todos os 18 condenados do TLL (EL PAÍS, 1996; MURO; LLOSERÀ, 2016;).

A década de 90 revelou-se promissora para o governo espanhol, não somente pelo logro da realização dos Jogos Olímpicos em Barcelona e da Exposição Universal em Sevilha, mas também por causa da queda da liderança etarra em Bidart e da desarticulação da organização clandestina mais influente da Catalunha.

4.5. Aplicação das lentes teóricas

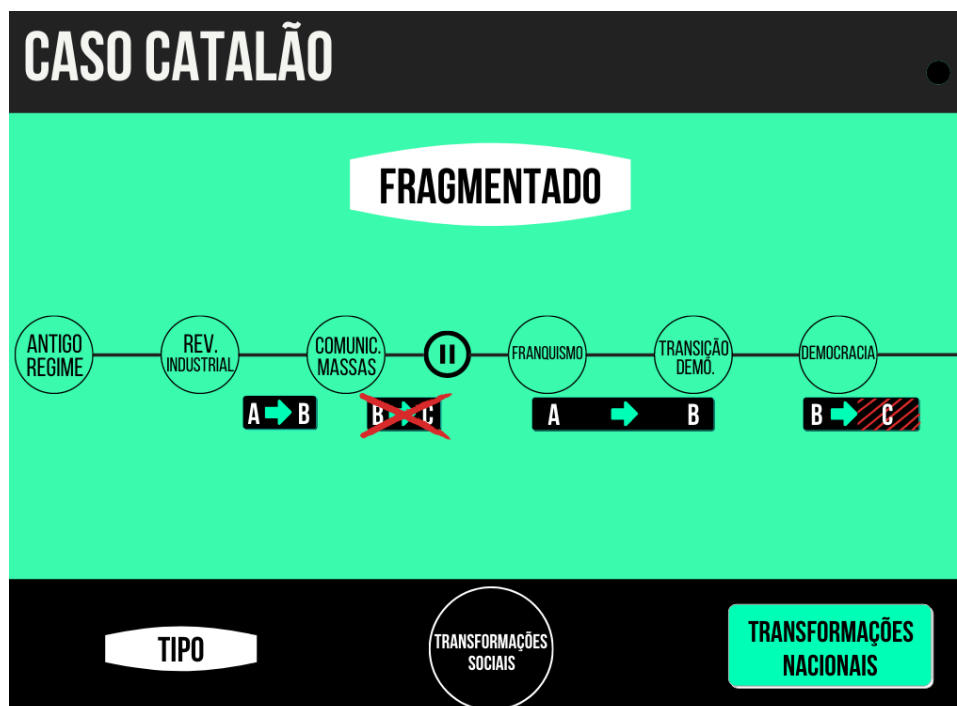
Ao olhar para o caso catalão através da lente do esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais, percebe-se que o movimento cultural de *La Renaixença*, ícone da fase A, surgiu tardiamente, principalmente quando comparado a outros movimentos nacionais como o tcheco, o esloveno ou o grego, que apresentaram interesse por estudar suas respectivas línguas no século XVIII, enquanto na Catalunha o movimento começou apenas no século XIX (SANTAMARÍA, 2018). Assim sendo, quando apareceu o catalanismo, a Espanha já havia passado o primeiro estágio de transformação social, isto é, a transição da sociedade feudal para a capitalista e o sistema liberal já estava consolidado. Em decorrência disso, o movimento nacional catalão passou por diversas vicissitudes para permanecer e construir sua nação.

Um dos obstáculos foi a dificuldade em definir e difundir a identidade nacional, dado que esta era constantemente confundida com regionalismo ou territorialismo (SANTAMARÍA, 2018). Exemplo disso é o próprio nome de um dos principais partidos políticos catalanistas do século XIX, a *Lliga Regionalista*. Segundo Moisés García (2015), até as Bases de Manresa, a *Renaixença* foi dominada pela ala regionalista da *Lliga* e mesmo a partir de 1895, quando o partido *Unió Catalanista* se tornou prevaiente na *Renaixença* e mudou os discursos que utilizavam o termo “região” por “nação”, na prática se comportavam como regionalistas e não como nacionalistas. Isso se deve, em parte, pelo sentimento de “duplo patriotismo” ou “dupla identidade” dos catalães, já que embora houvesse determinado apego ao idioma e uma certa nostalgia às tradições do Antigo Regime, havia também um sentimento de pertencimento à nação política, que é a Espanha (FRADERA, 1999). Nesse sentido, os catalães careciam de identidade nacional e a expressão mais clara disso é que durante o ápice da fase B, ou seja, as Bases de Manresa, o pensamento foi o de construir as bases da Constituição *Regional Catalã* (grifo nosso) e não de uma nação soberana.

Durante a fase B, momento propício para o surgimento de partido políticos nacionalistas, uma das principais forças políticas na Catalunha, a *Lliga Regionalista*, conseguiu atrair importantes setores da burguesia catalã, principalmente a industrial, porém não logrou aglutinar a classe operária e esta última foi absorvida pelo anti-catalanismo. Devido a isso, segundo Santamaría (2018), o movimento catalanista, apesar de ter se tornado um movimento de massas, não conseguiu integrar o movimento operário e por isso não logrou passar à fase C naquele período. Logo, o movimento nacional perdeu força e adormeceu.

Ainda de acordo com Santamaría (2018), foi durante a ditadura de Francisco Franco que o catalanismo recobrou forças. Passou novamente pela fase A ao longo do regime franquista e reviveu a fase B no decurso do enfraquecimento de Franco e da transição à democracia. Porém, como ilustrado no diagrama abaixo (figura 11), ainda não logrou atingir plenamente a fase C e adquirir o status de “nação integrada” e isso se deve aos traços da dupla identidade.

Figura 11– Diagrama da aplicação do esquema de Miroslav Hroch no caso catalão



Fonte: elaboração própria a partir dos dados analisados.

Outro fator apontado por Hroch (1995) como empecilho na construção nacional é ter como objetivos iniciais questões culturais e linguísticas. No caso catalão, houve um grande destaque do papel da cultura e da centralidade do idioma na gênese do movimento – ênfase que permanece até os dias de hoje. Esses elementos somados ao aspecto da dificuldade em definir e difundir uma identidade nacional foram os motivos pelos quais o movimento nacional catalão não conseguiu prosperar e desintegrou-se. Por isso, segundo o esquema de Hroch, o catalanismo pertence ao tipo 4, de perfil fragmentado.

Diferentemente do País Basco, onde propagou-se um pensamento maniqueísta entre Euskadi invadida *versus* Espanha invasora, que levou à dicotomia e ao ódio, na Catalunha das fases A e B do século XIX, as elites catalãs se esforçaram para fazer parte da construção do Estado espanhol moderno e buscaram ser o carro-chefe da modernização e industrialização, não apenas dando exemplo como região, mas também impulsionando as demais regiões atrasadas do país (CARVALHO, 2015; SANTAMARÍA, 2018). Nota-se que os catalães não queriam destruir a Espanha, mas sim modernizá-la, reformá-la e conduzi-la na extração de seu máximo potencial, aspirando, assim, a desenvolver um papel hegemônico nestes processos. Como consequência, o catalanismo surgiu em bases moderadas que deram lugar a um

nacionalismo cívico¹³⁶ ao invés de étnico, como ocorreu no País Basco (PORTA, 2013; ZABALO, 2004; LLUCH, 2010; CLUA I FAINÉ, 2011).

Entretanto, a partir da década de 1960 – período de *boom* populacional –, o nacionalismo radical catalão passou a ser mais agressivo e espelhado no País Basco, teceu uma narrativa semelhante a este, em que situava o Estado espanhol e seus representantes na posição de “forças de ocupação” e, simultaneamente, os Países Catalães adquiriram o status de “território ocupado”. Com base nessa narrativa, surgiu o TLL, se propondo a ser o libertador da opressão catalã.

Todavia, o surgimento de um grupo clandestino que praticava a violência como meio de atingir objetivos políticos e o fato deste contar com alguma representação política, demonstra que o nacionalismo catalão passou por um processo de radicalização tática e ideológica. O início da violência política, ou seja, o período de radicalização precoce, corresponde aos anos de 1978-1983 e esta aumentou até atingir em 1984-1988 o grau de radicalização reforçada (ALIMI; DEMETRIOU; BOSI, 2015).

Ao abordar o caso catalão a partir da análise multinível desenvolvida por Porta (1995; DIANI, 2006; 2013) e da estrutura de oportunidades políticas (nível macro), percebe-se que os catalães fizeram uma leitura de cenário distinta da dos bascos, posto que os primeiros entenderam a mudança de sistema político como um contexto de abertura institucional propício para a negociação de maiores condições de autonomia ao invés de perceber essa mudança como a oportunidade de se separar da Espanha.

É verdade que no início os catalães eram a favor de uma ruptura total com o franquismo, mas após o referendo da Lei da Reforma Política (1976) – aprovado por 93,5% dos votantes catalães, com 25,9% de abstenção –, ficou demonstrado que a sociedade civil apoiava a reforma e, como consequência, a oposição seguiu os passos da população e deliberou por defender seus interesses a partir de uma plataforma conjunta, o Conselho de Forças Políticas da Catalunha (MINISTÉRIO DO INTERIOR, s/d; BALCELLS, 1996; DIJK, 2018). Tendo em vista que as demandas realizadas por meio do Conselho foram cumpridas nos primeiros anos da Transição, a ampla maioria da oposição catalã considerou eficaz os

¹³⁶ Um dos traços mais visíveis desse nacionalismo integrador pode ser observado no hino do FC Barcelona, (símbolo da catalanidade e promovedor do nacionalismo catalão) que manifesta seu caráter aberto e integrador em não fazer acepção de pessoas em decorrência de sua origem geográfica. Tal declaração é eternizada na estrofe “não importa de onde viemos, seja do Sul ou do Norte, agora estamos de acordo que uma bandeira nos une em fraternidade” (FC BARCELONA, s/d, tradução nossa).

meios institucionais e decidiu continuar a perseguir seus interesses políticos dentro do marco legal. Em razão disso, a violência política não se apresentou durante este período, mas após ele, como forma de frustração com os rumos do novo regime democrático. Paradoxalmente, o aparecimento do TLL se deu quando as demandas do Conselho já estavam quase todas cumpridas, quando a violência perpetrada pelo grupo catalão já não poderia mudar o curso da Transição. Nesse sentido, o TLL não foi um ator ativo, mas reativo, produto do desapontamento com a Transição.

Com o caso Bultó, entendido pelos catalanistas radicais como o momento oportuno para agir e se manifestar, houve o aproveitamento da polêmica dos “patriotas catalães” para contrastar as diferenças entre aqueles que lutavam com unhas e dentes por uma Catalunha livre e aqueles que arruinavam a Catalunha e impediam sua libertação. Em outras palavras, a partir do caso Bultó começou-se a separação entre catalanistas e espanholistas a fim de moldar uma consciência nacional catalã. Em sequência, os acontecimentos do 23-F e da LOAPA foram considerados pelo nacionalismo radical como a continuidade do franquismo e, embora os ativistas do TLL se propusessem a reagir contra tais eventos, havia remotas possibilidades de sucesso, visto que não dispunham da infraestrutura necessária devido às prisões que ocorreram naquele ano como resposta ao sequestro de Losantos e também no meio de seus cooperadores, isto é, EPOCA, além do abandono da luta armada pela parte do ETA-pm.

Com a criação do MDT, o TLL viu suas oportunidades políticas aumentarem. Entretanto, embora o primeiro fosse a representação política do segundo, na prática nenhum dos dois conseguiu se inserir politicamente, pois ambos pediam a abstenção em quaisquer votações e isso resultou no distanciamento da política convencional e na alienação das causas sensíveis à população (DIJK, 2018). A Catalunha não conheceu um partido separatista capaz de conquistar o eleitorado e ganhar votos, como ocorreu com *Herri Batasuna* no País Basco, por exemplo (BALCELLS, 1996). No caso basco, HB ganhou assentos parlamentares e inclusive aliados, já que nem todos os partidos políticos refutavam os métodos do ETA. Em contrapartida, na Catalunha, nem o BEAN nem os NE conseguiram obter votos suficientes para uma cadeira no parlamento, além da rejeição à violência política na Catalunha ter sido praticamente unânime, combatida tanto no meio político quanto no civil (BABY, 2018).

Em suma, os principais motivos do TLL não ter prosperado, a nível macro, são a falta de apoio social, a impotência política e as contínuas prisões, que contabilizam mais de 300

(SELLARÈS, 2011; MURO; LLOSERÀ, 2016). Cabe destacar que as prisões faziam parte de fortes políticas antiterroristas, já consolidadas quando o TLL atingiu seu ápice de violência, visto que estas já estavam em desenvolvimento e sendo colocadas em prática contra o ETA e o GRAPO (MURO; LLOSERÀ, 2016). A pressão policial constante impediu o fortalecimento da organização e o atentado ao Hipercor intensificou os motivos supracitados de sua decadência, sendo a Operação Garzón seu ponto final. Assim, seu baixo nível de violência não se deve a uma escolha racional, mas a questões externas adversas que tolheram suas oportunidades políticas.

Ao considerar o TLL como um ator racional, entende-se que este escolheu, deliberadamente, usar a violência política e que, a nível meso, tomou tal decisão com base na disponibilidade de seus recursos materiais e imateriais. Esta preferência ocorreu como (a) uma forma de substituir a mobilização social, ou seja, como alternativa de último recurso devido a que os meios institucionais não cumpriram com as expectativas dos nacionalistas radicais dos *Països Catalans*; (b) como meio de cativar nacionalistas radicais e criar seu próprio nicho para se diferenciar de outras forças nacionalistas moderadas e; (c) através deste nicho, obter os recursos necessários para influenciar a política ao seu favor, buscando re-mobilizar a massa através do caminho aberto e guiado pelo TLL (OBERSCHALL, 1973; DENARDO, 1985; PORTA; DIANI, 2006; CUENCA; AGUILAR, 2009; DIJK, 2018;).

O TLL buscou mobilizar recursos através da violência política por entendê-la não como um fim em si mesma, mas como forma de catalisar o Movimento Catalão de Libertação Nacional (*Moviment Català d'Alliberament Nacional*, MCAN). Seguindo esse raciocínio, desenvolveu um discurso que pretendia marcar os limites do *nós* e do *eles*, distinguir os catalães dos espanhóis com o objetivo de eliminar o sentimento de dupla identidade e através de suas ações procuraram sensibilizar e mobilizar o eleitorado (DIJK, 2018).

Nesse sentido, nos primeiros anos de atuação (1978-1983), o TLL não possuía recursos suficientes (dinheiro, material bélico, treinamento, experiência) para atingir um nível elevado de ações armadas e por isso não conquistou tantas atenções. Todavia, assim que obteve os recursos necessários para escalar a violência política, assim o fez. Logo, os Países Catalães viram a intensificação das ações perpetradas pelo TLL nos anos 1984-85 até que, não por decisão própria, mas em razão de causas sistêmicas como os “contratempos” da divisão do MDT, a reorientação política de ERC e atentado ao Hipercor, seu nível de violência foi freado. Em 1987-88 usou os recursos que lhe restavam na tentativa de demonstrar a

viabilidade do independentismo combativo, evitar a corrosão do apoio social e utilizar a violência política como meio de ampliar sua base de apoio. Por esse motivo, naqueles anos logrou atingir um novo pico. Cabe destacar que, ainda que as ações do TLL fossem violentas, estas não geravam grande repercussão midiática em decorrência de não serem tão agressivas quanto aquelas executadas pelo ETA, dado que as ações do grupo basco constantemente causavam vítimas mortais, enquanto as do TLL não. Assim, sem vítimas mortais, o alcance midiático do TLL foi limitado e, portanto, sua capacidade de influenciar a opinião pública foi reduzida, além de sua propaganda armada não ter sido tão exitosa quanto poderia ter sido.

O *modus operandi* do TLL, isto é, o independentismo combativo, corrobora a afirmação de Porta de que as organizações clandestinas também possuem “limites normativos”, isto é, uma moral pela qual se guiam, já que “algumas formas de ação não são sequer avaliadas em termos de sua eficácia, pois suas implicações morais são consideradas duvidosas ou claramente erradas”¹³⁷ (PORTA, 2013, p. 17, tradução livre). Nesse sentido, por isso os alvos do TLL eram tribunais, oficinas do Instituto Nacional de Emprego (INEM), instalações da operadora de ferrovias espanholas (Renfe), empresas e bancos, mas não pessoas, fossem elas militares ou civis, espanholas ou catalãs (LA VANGUARDIA, 1992a; BABY, 2018). Esse modo de agir contrasta totalmente com o *modus operandi* do ETA, em que se visavam representantes do Estado espanhol e empresários bascos, ou seja, tanto militares quanto civis, e tanto espanhóis como bascos que cooperassem com a alegada opressão à Euskadi.

Outra disparidade dos atentados do ETA em relação aos do TLL é que no primeiro caso os ataques mais violentos ocorreram fora do País Basco, enquanto no segundo caso a maioria ocorreram dentro da Catalunha e, em alguns casos, na Comunidade Valenciana, permanecendo sempre dentro dos Países Catalães. Isso se deve ao fato de que o independentismo combativo criou a ilusão de que o TLL executava ataques inofensivos e, por isso, não haveria problema de ocorrerem dentro da própria nação, já que não eram direcionados a pessoas, mas a bens materiais carregados de importância simbólica.

Entretanto, os atentados do TLL não eram inofensivos e também provocaram várias vítimas e, embora tenha atacado diretamente apenas a Losantos – o tiro na perna do jornalista foi mal-visto até pelo setor independentista e por isso essa prática não se repetiu –,

¹³⁷ Texto original: “Some forms of action are not even assessed in terms of their efficacy, as their moral implications are considered dubious or plainly wrong”.

indiretamente suas ações armadas resultaram na morte de Emilia Aldomà (1987), dos militantes Martí Marcó (1979), Fèlix Goñi (1979), Toni Villaescusa (1984) e Quim Sànchez (1985), além de deixar dezenas de feridos, tanto civis, quanto parte de seus próprios ativistas como Quim Pelegrí (1979) e Jordi Puig (1990). Cada uma dessas vítimas abalou, de distintos modos, a organização catalã e, Quim Pelegrí reconheceu que “se houve algumas mortes, temos que refletir que fomos nós que os matamos e que cada um assuma sua parte de culpa, nós somos os assassinos [...] e isso é imperdoável”¹³⁸ (GISPERT *et al*, 2008, 00h58m40s).

Observa-se, conforme o historiador Agustí Colomines declarou em entrevista (BASSA, 2007, 00h09m06s, tradução nossa), que o TLL tinha uma “certa fascinação pelo País Basco”¹³⁹, vivendo o que Molina (2018) classificou de “basquitis”. Devido à capacidade do ETA de mobilizar as massas durante o final da década de 1970 e sua efetividade em suscitar a violência do Estado, o que acarretou em mais simpatia popular, isto fez com que os grupos nacionalistas catalães e galegos passassem a admirar as táticas do ETA. De acordo com Frederic Bentanachs, um dos cofundadores do TLL, os primeiros contatos com o ETA aconteceram anteriormente à fundação do TLL, quando seus futuros criadores ainda pertenciam ao PSAN-p e ao EPOCA, e foi por meio da Carta de Brest que ocorreram “os primeiros cursos de formação militar, as primeiras armas e os primeiros explosivos [...] [que] se realizaram no País Basco francês, o chamado Iparralde”¹⁴⁰ (BASSA, 2007, 00h11m05s, tradução nossa). A partir dessa colaboração, quando criou-se o TLL, os novos membros apenas continuaram a “tradição” de intercambiar informações, treinamento e armamento com os bascos, já que ambos possuíam um inimigo em comum: o Estado espanhol. Porém, durante a década de 80, as relações foram se enfraquecendo pela liderança do TLL ter percebido que era contraproducente manter este vínculo, pois a violência praticada pelo ETA era muito mal-vista na Catalunha e isso resultava no afastamento do apoio popular à grupos que também praticassem a violência política, mesmo que esta não fosse mortal (BASSA, 2007).

Embora houvesse esse mimetismo, na prática isso se traduzia em amadorismo. O TLL aspirava a conquistar na Catalunha o mesmo apoio que o ETA logrou no País Basco, mas não possuía os recursos para isso. Suas bombas, método predileto de suas ações armadas, eram

¹³⁸ Texto original: “si hi han hagut uns morts, hem de fer la reflexió que qui els ha matat hem sigut nosaltres i que cadascú assumeixi la seva part de culpa, nosaltres som el assassins [...] això és imperdonable”.

¹³⁹ Texto original: “amb una certa fascinació pel País Basc”.

¹⁴⁰ Texto original: “van rebre els primers cursos de formació militar i també les primeres armes i els primers explosius. Aquells cursos i intercanvis d’armes van tenir lloc al País Basc francès, anomenat Iparralde.”

feitas de “4 ou 5 kg de cloratita –um material explosivo de fabricação doméstica– inseridas em botijões de gás [...], com detonadores elétricos ou químicos que utilizavam temporizadores a base de pilha”¹⁴¹, enquanto o ETA usava, entre outras coisas, bombas com “relógios digitais de até 9.999 horas, isto é, de mais de um ano de duração, como os usados nas campanhas contra áreas turísticas”¹⁴² (LA VANGUARDIA, 1992a, p.16, tradução nossa; VILAREGUT, 2002).

Seguindo os passos do ETA, o TLL tentou instrumentalizar movimentos sociais como o antinuclear (campanha de ataques contra a FECSA) e a campanha contra as drogas (ataques a bares conhecidos por traficarem drogas) (BABY, 2018; FERNÁNDEZ I CALVET, 1986). Além disso, espelhou-se no MLNV para fortalecer o MCAN, mas este último não conseguiu obter metade da capacidade influenciadora que o MLNV teve no País Basco e isso se deve, em parte, pelo MCAN não ser a força centrípeta do movimento nacional catalão e pelo TLL não ter sido um grupo potente (VILAREGUT, 2002).

Em razão dos fatores supracitados, a violência exercida pelo TLL é qualificada como não letal – considerando que as mortes anteriormente citadas não formavam parte da estratégia do grupo, mas foram efeitos colaterais –, seletiva e de baixa escala, correspondendo ao tipo 1 da categorização de Porta (2013), em que o grupo exerce violência política em baixo nível e possui uma fraca estrutura organizacional.

No que tange à base de apoio social a luta armada, o próprio Bentanachs reconheceu que “era tudo muito pequeno, bem pouca coisa, [praticamente] não era nada”¹⁴³, principalmente quando comparado ao apoio que a Assembleia ou o Conselho receberam ou até mesmo ao suporte popular que o ETA recebeu no início no País Basco (SELLARÈS, 2011).

Se tratando de apoio social e seguindo os três níveis de envolvimento apontados por Beck (1999), observa-se que no grau mais baixo de envolvimento não houve aceitação tácita por parte da sociedade e que esta rechaçava sistematicamente a violência política. No segundo nível, em que há manifestações públicas em favor do grupo, isto é, apoio ativo, houve insignificantes demonstrações de suporte, reduzidas a pichações. No grau mais alto de

¹⁴¹ Texto original: “cuatro o cinco kilos de cloratita –un material explosivo de fabricación doméstica– dentro de una bombona de camping gas, un detonador eléctrico o químico y un temporizador alimentado mediante pilas”.

¹⁴² Texto original: “relojes digitales de hasta 9.999 horas, es decir, de más de un año de duración, como es el caso de los usados en las campañas contra zonas turísticas”.

¹⁴³ Texto original: “era tot molt petit, molt poca cosa, no era res”.

envolvimento, em que ocorrem mobilizações populares, apoio eleitoral, coleta e difusão de informações e militância na organização, nota-se que a maior parte da base de apoio do TLL era formada pelos próprios membros, visto que estes não possuíam uma grande rede de contatos para colaborar nas tarefas de informação, que as participações nas mobilizações atingiram níveis razoáveis apenas a partir da criação do MDT e que seu apoio eleitoral foi irrisório. Nesse sentido, o que sustentou a organização foram os membros do TLL e seus aliados do IPC e do PSAN (que depois se fundiram no MDT), sendo estes últimos os responsáveis por lhe fornecer armas, explosivos, refúgio, documentação falsa e outras questões logísticas (VILAREGUT, 2002; BABY, 2018). Em outras palavras, a solidariedade contra a repressão entre grupos independentistas foi o principal fator que permitiu a sobrevivência do TLL. Em razão da debilidade da organização, esta não conseguiu cobrar impostos revolucionários ou taxas de adesão, como fizeram o ETA e o EPOCA, respectivamente, pois a liderança do TLL não logrou se impor nem internamente nem externamente (VILAREGUT, 2002).

Segundo Bentanachs, as organizações extraparlamentares que praticavam a luta armada eram formadas por não mais de 50 pessoas, o que demonstra sua limitada rede de solidariedade (SELLARÈS, 2011). A extensão do TLL também não conheceu longos horizontes, pois de acordo com Vilaregut (2002) esta era formada por 15-25 pessoas, entretanto, em função do número de prisões executadas contra seus militantes, cerca de 300, é possível que o número de membros do TLL seja levemente mais alto, sem extrapolar a quantidade de 50 pessoas.

Em suma, a precariedade organizacional, as divisões internas, a dificuldade de financiamento, os métodos rudimentares, o isolamento político e o escasso apoio social foram os principais fatores, no nível meso, que contribuíram com a derrocada do TLL. No nível técnico, o TLL não logrou êxito; contudo, no nível de consciência nacional, foi um importante pontapé para o despertar de uma nação (GISPERT *et al*, 2008). Desde então, não somente a Espanha, mas o mundo todo, tem visto o recrudescimento do nacionalismo catalão, que alcançou seu ápice com a Declaração Unilateral de Independência (DUI) em 01 de outubro de 2017– embora esta tenha durado menos de um minuto. Esta é a prova de que, mesmo que o TLL tenha sido extinto, o sentimento nacionalista permanece vivo.

5. Considerações finais

Durante o século XX a Espanha passou por distintas mudanças políticas, econômicas, sociais e nacionais. O regime autoritário do contexto franquista provocou o enfrentamento dos nacionalismos periféricos contra o nacionalismo central que, associados ao contexto europeu de difusão do romantismo e irrupção dos novos nacionalismos, suscitou o surgimento de grupos nacionalistas dispostos a enfrentar a agressão que suas pequenas nações vivenciavam. Com a morte de Franco e a transição à democracia, novas oportunidades políticas foram criadas e o nacionalismo basco e catalão, em especial a corrente mais radical destes, serviu para que os grupos ETA e TLL buscassem barganhar, por meio da violência política, a secessão total do Estado espanhol.

Com base nisso, este trabalho teve como objetivo geral analisar de que forma o nacionalismo radical e a falta de apoio popular influenciaram a violência política promovida pelo ETA e pelo TLL durante os anos 1978-1992. Constata-se que o objetivo geral foi alcançado, uma vez que a pesquisa identificou a conexão entre o movimento nacional basco e catalão e o “nacionalismo revolucionário” empregado pelo ETA e TLL, além de ter apresentado possíveis explicações para que os altos índices de violência política nacionalista terem iniciado durante a Transição e terem continuado nos anos seguintes, demonstrando que o processo democrático na Espanha não foi tão pacífico quanto é imaginado popularmente.

Somados ao objetivo geral, este trabalho teve como objetivos específicos (a) verificar as similitudes e diferenças organizacionais do ETA e do TLL; (b) compreender por que o aumento da violência política ter ocorrido durante a transição à democracia e ter continuado após essa fase; (c) averiguar qual possível relação foi estabelecida entre o ETA e o TLL e; (d) analisar a relevância do apoio popular para o comportamento do ETA e do TLL. O primeiro objetivo específico foi cumprido porque efetivamente conseguiu-se não apenas comparar o *modus operandi* das duas organizações analisadas e assim qualificar o tipo de violência política que estas exerciam, como também foi possível contrastar o tamanho e poderio dos grupos (ver Apêndice).

O segundo objetivo específico foi atingido ao identificar que o aumento no índice de ações armadas estava diretamente ligado à abertura democrática e às novas oportunidades que dela emanava, representando um contexto mais influenciável que o regime ditatorial anterior e, portanto, mais favorável para o surgimento de novos atores políticos e novas demandas,

embora parte destes novos atores tivessem surgido como reação à insatisfação dos rumos do novo marco constitucional.

A meta estabelecida pelo terceiro objetivo específico também foi alcançada em decorrência de ter-se verificado que o ETA e o TLL intercambiaram informações, armas e, por vezes, colaboraram em atentados na Catalunha. A prática de grupos nacionalistas radicais cooperarem não ocorreu apenas entre o ETA e o TLL, mas como visto durante a pesquisa, por meio da Carta de Brest outras ligações e/ou inspirações ocorreram, seja entre o ETA e a UPG, o ETA e o PSAN-p, o ETA e o IRA ou o HB e o Sinn Féin. Para além da Carta de Brest, nota-se que a própria onda de movimentos sociais de caráter marxista-leninista e maoísta suscitaram o surgimento de organizações políticas análogas ao redor do globo, havendo semelhanças até mesmo entre o HB no País Basco e o PKK (*Parti Karkerani Kurdistan - Partido dos Trabalhadores do Curdistão*) no Curdistão.

Por fim, o quarto objetivo específico foi atendido em razão de ter averiguado quais parcelas da sociedade condenavam ou apoiavam o ETA e o TLL, além de ter identificado que o apoio social foi determinante para o êxito ou fracasso das organizações, pois, devido à posição de afastamento que o ETA adotou após o Estatuto de Guernica e o isolacionismo do TLL, houve o distanciamento das necessidades imediatas da população. Todas as vezes que tais posições foram adquiridas pelas organizações analisadas, houve perda de apoiadores e isso resultou na fragilização dos grupos, em especial do TLL. Um exemplo da fragilização do grupo catalão foi quando a liderança foi presa em 1985 e, se não fosse pelo MDT, certamente aquele momento teria sido a ruína do TLL, já que não havia recursos e nem apoio social suficientes para seu funcionamento. A existência do braço político do TLL foi essencial para sua sobrevivência, assim como o MLNV foi o principal articulador do ETA. As figuras 4 e 10 ilustraram de forma mais clara que quando ocorreu o isolamento político e social do grupo basco e do grupo catalão – e com ele a perda de apoio popular –, ocorreu também o aumento da violência empregada pelos grupos ETA e TLL, sendo no País Basco durante os anos 1978-1981 e na Catalunha na metade de ano de 1987 até 1988.

Deste modo, o último objetivo específico foi decisivo para corroborar a hipótese inicial de que devido ao escasso apoio popular ao ETA e ao TLL, ambos optaram por combater o novo sistema político através das margens e que impulsionados pelo nacionalismo radical, utilizaram a violência política como estratégia principal de pressão ao poder hegemônico para atingir seus objetivos. É verdade que nos anos anteriores a 1978 (início do

recorte temporal deste trabalho) houve sim um apoio popular significativo ao ETA; entretanto, este apoio foi diminuindo progressivamente, se tornando praticamente escasso após a aprovação do Estatuto de Guernica, justamente o período em que a violência praticada pelo grupo nacionalista radical aumentou. No caso catalão ocorreu algo semelhante; embora o apoio ao TLL tenha sido significativamente menor do que ao ETA, verificou-se que houve determinado apoio ao grupo nacionalista radical, especialmente durante a direção do MDT.

Diante do exposto, considera-se que a metodologia empregada foi adequada, pois tornou possível atingir os objetivos iniciais e corroborar a hipótese. Apesar disso, percebeu-se que as fontes bibliográficas relacionadas ao TLL eram menores que o esperado. Há pouca bibliografia sobre o tema e a maior parte da bibliografia eletrônica encontrada a respeito do TLL era biografia ou autobiografia, muitas vezes carregadas de grande conteúdo ideológico-propagandístico e de conteúdos subjetivos, visto que se abordavam experiências de vida e não se procurava explicar a temática a partir do rigor científico, como é característico desse gênero literário. Em razão disso, não foi possível encontrar detalhes operacionais e dinâmicas de organização do grupo. Ademais, tendo em vista que o ETA e o TLL se negaram a participar da política convencional, houve dificuldades em medir a quantidade exata de apoiadores passivos ou ativos, visto que a forma mais prática de realizar esse cálculo é a partir de resultados eleitorais ou enquetes, situações de exposição e, às vezes, risco, para os colaboradores dos grupos clandestinos.

A utilização do arcabouço teórico proposto serviu como ferramenta eficiente para organizar e analisar os resultados apresentados. As conceituações do segundo capítulo foram essenciais para compreender a temática da radicalização, violência política e movimentos sociais. A lente teórica do esquema de desenvolvimento dos movimentos nacionais de Miroslav Hroch atendeu satisfatoriamente às expectativas de fornecer instrumentos para análise do movimento nacional basco e do movimento nacional catalão, embora originalmente tenha sido pensada para as pequenas nações do leste europeu. Contudo, esta lente teórica possui suas próprias limitações e deve-se levar em conta, para próximas pesquisas, que é uma esquematização, ou seja, simplificação da realidade e que, por vezes, não será capaz de analisar outros movimentos nacionais, principalmente aqueles fora do continente europeu, já que tem caráter eurocêntrico.

Cabe destacar que a lente tridimensional elaborada por Donatella della Porta proporcionou múltiplos níveis de análise que abordaram a temática por distintas perspectivas,

fornecendo uma análise mais completa. Todavia, devido à complexidade e extensão do assunto proposto, optou-se por não incluir o nível micro por este não ser substancial. Entretanto, incentiva-se novas pesquisas a partir deste nível, pois percebeu-se que os aspectos simbólicos, psicológicos e emocionais, como o sentimento de revanche, por exemplo, serviram de gatilho para atitudes em nível meso. Ainda que se considere o ETA e o TLL como atores racionais, é importante salientar que tais organizações eram formadas por seres racionais e emocionais, fatores que adquirem relevância quando conectados aos elementos simbólicos e emocionais de pertencimento a uma nação. Ademais, as pesquisas a partir do nível micro talvez pudessem explicar boa parte das ações do TLL.

Observa-se, também, que a interessante relação entre repentinas mudanças sociais e a desintegração social presentes tanto no caso basco quanto no catalão merece mais atenção, pois é uma temática muito útil para compreender melhor os nacionalismos de tipo étnico e de tipo cívico-integrador e suas dinâmicas e importância para um movimento nacional, sobretudo se este almeja conseguir seu próprio Estado soberano. Tal investigação poderia oferecer maiores explicações do porquê dos nacionalismos basco e catalão terem se fragmentado ao longo de seu processo nacional e, talvez, apresentar razoáveis soluções. Relacionado a isso, também poderia ser proveitoso para explicar os motivos do nacionalismo basco ter esmorecido e o nacionalismo catalão ter recrudescido na última década, especialmente após a crise financeira de 2008.

6. Referências bibliográficas

ABC. **El fantasma de la autovía de Leizarán se cierne sobre la ‘Y’ vasca**. 2008.

Disponível em:

<https://www.abc.es/espana/abci-fantasma-autovia-leizaran-cierne-sobre-y-vasca-200812030300-911680189627_noticia.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

ABC. **Hoy se cumplen 22 años del atentado de Hipercor**. 2009. Disponível em:

<<https://www.abc.es/20090619/nacional-terrorismo/cumplen-anos-atentado-hipercor-200906191018.html>>. Acesso em: 18 maio 2020.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Referéndum Constitución Española 6 diciembre de 1978**. s/d, a. Disponível em:

<<https://www.bcn.cat/estadistica/castella/dades/telec/ref/ref78/r21.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Referéndum Estatuto de Cataluña 25 de octubre de 1979**. s/d, b. Disponível em:

<<https://www.bcn.cat/estadistica/castella/dades/telec/ref/ref79/r21.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ALDAMA, Izaskun Sáez de la Fuente. **Misivas del terror**. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2ª ed. 2017, 419p.

ALIMI, Eitan Y.; DEMETRIOU, Chares; BOSI, Lorenzo. Introduction: Social Movements, Contentious Politics, and Radicalization. *In: The Dynamics of Radicalization. A Relational and Comparative Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2015, cap. 1, p.1-23.

Disponível em: <<https://b-ok.lat/book/2491151/4f90d9>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo; tradução: Eduardo L. Suárez. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993, 157 p. Disponível em:

<https://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/anderson_benedict-_comunidades_imaginadas.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BABY, Sophie. **El mito de la transición pacífica**: Violencia y política en España (1975-1982). Madrid: Akal, 2018, 736p. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=DBReDwAAQBAJ&pg=PT123&lpg=PT123&dq=dimensiones+terra+lliure&source=bl&ots=pankB32LHo&sig=ACfU3U27mwbprQam9tZYc27XJa03dKRdHw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjzrZWvksPqAhXTctQKHSnGAQwQ6AEwC3oECAyQAQ#v=onepage&q=dimensiones%20terra%20lliure&f=false>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BALCELLS, Albert. **Catalan Nationalism**: Past and Present. Basingstoke: Palgrave

Macmillan UK, 1996, 244p. Disponível em: <<https://b-ok.lat/book/2675600/4a3f86>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BASSA, David. **L'independentisme armat a la Catalunya recent**. Sant Cugat del Vallès: Editorial Rourich, 1997, 124p.

BASSA, David. **Terra Lliure, punt final**. Direção: David Bassa. Produção: Batabat e Zeba Produccions em coprodução com Televisió de Catalunya. 2007. 1 vídeo (01h10m02s), son. col. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aFagTxCV-Yo>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BECK, Jan Mansvelt. **Territory and terror: conflicting nationalism in the Basque Country**. London: Routledge, 2005, 288p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/684669/8f4419>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BECK, Jan Mansvelt. The continuity of Basque political violence: a geographical perspective on the legitimisation of violence. **GeoJournal**, 1999, n°48, p.109-121. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/11019789/abc0c6>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BERIAIN, Josetxo; UBIETA, Roger Fernández (Orgs.). **La cuestión vasca: claves de un conflicto cultural y político**. Barcelona: Anthropos Editorial, 1999, 217p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=lb7kaOPaTVAC&pg=PA260&lpg=PA260&dq=movimiento+vasco+hroch&source=bl&ots=QBDi4MZJiV&sig=ACfU3U0PWtMEkNti8jgWZd6a1jIf73Be4w&hl=es&sa=X&ved=2ahUKEwiCzoiy8pznAhUaCrkGHXUHB14Q6AEwAHoECAgQAQ#v=onepage&q=movimiento%20vasco%20hroch&f=false>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CALLE, Luis de la; CUENCA, Ignacio Sánchez. La selección de víctimas en ETA. **Revista Española de Ciencia Política**, 2004, n.10, p.53-79. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/viewFile/37351/20869>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CARVALHO, Luís Fernando. **O recrudescimento do nacionalismo catalão: estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI**. Brasília: FUNAG, 2015, 274p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1139-O_Recrudescimento_do_Nacionalismo_Catalao_13_01_2016.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CASQUETE, Jesús. From imagination to visualization: Protest Rituals in the Basque Country. **Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB)**, 2003. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/11177/ssoar-2003-casquete-from_imagination_to_visualization.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CASQUETE, Jesús. Protest Rituals and Uncivil Communities. **Totalitarian Movements and Political Religions**, 2006, v.7, n°3, pp.283-301. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14690760600819473>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

CASQUETE, Jesús. Txabi Echebarrieta: kondairazko martiri bat edo martiri baten kondaira. In: Gaizka Fernández Soldevilla e Florencio Domínguez Iribarren (Orgs.). **Pardines: ETA erailtzen hasi zenean**. Madrid: Editorial Tecnos, 2018, p.169-196. Disponível em: <<http://www.memorialvt.com/wp-content/uploads/2019/01/Pardines-euskaraz.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CLARK, Robert P. **The Basque Insurgents**. ETA, 1952-1980. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984, 352p.

CLUA I FAINÉ, Montserrat. Catalanes, inmigrantes y charnegos: “raza”, “cultura” y “mezcla” en el discurso nacionalista catalán. **Revista de antropología social**, 2011, nº20, pp-55-75. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3733701>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CONNOR, Walker. **Etnonacionalismo**. Madrid: Trama, 1998, 212p. Disponível em: <<https://docplayer.es/82582261-Etnonacionalismo-por-walker-connor.html>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA. 1978. Disponível em: <<https://www.tribunalconstitucional.es/es/tribunal/normativa/Normativa/CEportugu%C3%A9s.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CRENSHAW, Martha. How terrorism declines. **Terrorism and Political Violence**, v.3, nº1, p.69-87. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/18767925/60b8bb>>. Acesso em: 29 maio 2020.

CRONIN, Audrey Kurth. **How terrorism ends**: understanding the Decline and Demise of Terrorist Campaigns. Oxford: Princeton University Press, 2009, 330p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/1171284/effb7b>>. Acesso em: 29 maio 2020.

CUENCA, Ignacio Sánchez; AGUILAR, Paloma. Terrorist Violence and Popular Mobilization: The Case of the Spanish Transition to Democracy. **Politics & Society**, 2009, v.37, nº3, p.428-453. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/41981163/10a4a9>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

CUENCA, Ignacio Sánchez. Analyzing temporal variation in the lethality of ETA. **Revista Internacional de Sociología (RIS)**, 2009a, v.67, nº3, pp. 609-629. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/44200721_Analyzing_temporal_variation_in_the_lethality_of_ETA>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CUENCA, Ignacio Sánchez. La violencia terrorista en la transición española a la democracia. **Historia del presente**, 2009b, nº14, 2ª época, pp.9-24. Disponível em: <<http://historiadelpresente.es/sites/default/files/revista/articulos/14/14.2ignaciosanchez-cuencalaviolenciaterroristaenlatransicionespernolalademocracia.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

DENARDO, James. **Power in Numbers**: The Political Strategy of Protest and Rebellion. New Jersey: Princeton University Press, 1985, 285p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/2884861/15d92f>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

DIARIO YA. **Negociaciones de Argel**: Una historia que empezó hace 23 años. 2012. Disponível em: <<http://www.diarioya.es/content/negociaciones-de-argel-una-historia-que-empez%C3%B3-hace-23-a%C3%B1os#>>. Acesso em: 17 maio 2020.

DIJK, Lisa Van. **Voting or violence? Analysing political violence by ETA and Terra Lliure during and after spanish transition to democracy**. 2018, 87 p. Dissertação (Master) – Faculty of Humanities, University of Utrecht, 2018. Disponível em: <<https://dspace.library.uu.nl/bitstream/handle/1874/363058/THESIS%20Lisa%20van%20Dijk.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

DOMÍNGUEZ, Florencio. ETA: un análisis de situación. **Cuadernos de pensamiento político**, 2004, p.93-116. Disponível em: <https://fundacionfaes.org/file_upload/publication/pdf/20130423140337eta-un-analisis-de-situacion.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

DOMÍNGUEZ, Florencio. Las claves de la derrota de ETA. **Informe del Centro Memorial de las Víctimas del Terrorismo**, nº3, 2017, 63p. Disponível em: <<https://fundacionvt.org/wp-content/uploads/2017/12/informe3.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

DOMÍNGUEZ, Florencio. **Las raíces del miedo**. Euskadi, una sociedad atemorizada. Madrid: Aguilar, 2003, 302p.

DOMÍNGUEZ, Florencio. Luces y sombras del “cese definitivo” del terrorismo de ETA. **Cuadernos de pensamiento político**, 2012, nº34, pp.123-137. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/10.2307/41444844>>. Acesso em: 16 maio 2020.

ECHR, European Court of Human Rights. **Affaire Martinez Sala et Autres c. Spagne, requête n°58438/00**. Strasbourg, 2004. Disponível em: <<https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22dmdocnumber%22:%5B%22706631%22%5D%2C%22itemid%22:%5B%22001-67287%22%5D%7D>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

EL ECONOMISTA. **Así era el negocio del impuesto revolucionario**: ETA logró millones de euros extorsionando a 10.000 personas. 2017. Disponível em: <<https://ecodiario.eleconomista.es/terrorismo/noticias/8221300/03/17/Asi-era-el-negocio-del-impuesto-revolucionario-de-ETA-40-millones-extorsionando-a-10000-personas.html>>. Acesso em: 19 maio 2020.

ELORZA, Antonio. La nación vasca: el mito a la historia. *In*: SEMINARIO SOBRE NACIÓN Y NACIONALISMO: PERSPECTIVAS DESDE LA TEORÍA POLÍTICA, 2006, Zaragoza. **Anais**. Disponível em: <<https://www.fundacionmgimenezabad.es/es/documentacion/la-nacion-vasca-el-mito-la-historia>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

EL PAÍS. **Comunicado íntegro de ETA en el que anuncia su disolución**. 2018. Disponível em: <https://elpais.com/politica/2018/05/03/actualidad/1525349964_905287.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.

EL PAÍS. **Cien mil personas pusieron término a la marcha de la libertad**. 1977. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1977/08/30/espana/241740025_850215.html>. Acesso em: 03 maio 2020.

EL PAÍS. **El atentado no supone un cambio en la táctica de Terra Lliure, según los políticos catalanes.** 1987. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1987/09/11/espana/558309617_850215.html>. Acceso em: 23 jul. 2020.

EL PAÍS. **El Estado, condenado por negligencia policial en el atentado de Hipercor.** 1994.

Disponible em: <https://elpais.com/diario/1994/05/21/espana/769471208_850215.html>. Acceso em: 18 maio 2020.

EL PAÍS. **ETA mintió en Argel.** 2011. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/2011/04/03/domingo/1301802754_850215.html>. Acceso em: 17 maio 2020.

EL PAÍS. **Indulto para 15 condenados por pertenecer a Terra Lliure.** 1996. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1996/06/29/espana/835999207_850215.html>. Acceso em: 28 jul. 2020.

EL PAÍS. **KAS insiste en negociar públicamente con el Gobierno.** 1978. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1978/07/05/espana/268437632_850215.html>. Acceso em: 11 maio 2020.

EL PAÍS. **La “Alternativa KAS”.** 1988. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1988/01/29/espana/570409204_850215.html>. Acceso em: 09 maio 2020.

EL PAÍS. **La LOAPA, un callejón sin salida.** 1986. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1986/06/08/espana/518565603_850215.html>. Acceso em: 17 maio 2020.

EL PAÍS. **Las heridas, todavía abiertas, del atentado de Hipercor.** 2007. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/2007/08/22/espana/1187733608_850215.html>. Acceso em: 18 maio 2020.

EL PAÍS. **Los independentistas catalanes detenidos no fueron torturados, según informes forenses.** 1992. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1992/07/29/espana/712360805_850215.html>. Acceso em: 28 jul. 2020.

EL PAÍS. **Más del 60% de la población de Cataluña es fruto de los flujos inmigratorios de este siglo.** 1999. Disponible em:

<https://elpais.com/diario/1999/10/02/catalunya/938826452_850215.html>. Acceso em: 14 jun. 2020.

FC BARCELONA. **L'Himne.** s/d. Disponible em:

<<https://www.fcbarcelona.cat/ca/club/identitat/himne>>. Acceso em: 30 jan. 2021.

FERNÁNDEZ I CALVET, Jaume. **Terra Lliure (1979-1985).** Barcelona: El Llamp, 1986, 229p. Disponible em: <<https://b-ok.lat/book/4772494/b4c2b4>>. Acceso em: 02 jan. 2020.

FRADERA, Josep Maria. El proyecto liberal catalán y los imperativos del coste del doble patriotismo. **Revista Ayer**, 1999, n°35, pp.87-100. Disponível em: <http://revistaayer.com/sites/default/files/articulos/35-3-ayer35_Espana_NaciondeNaciones_GarciaRovira.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GARCÍA, Moisés S. T. **El nacionalismo catalán**. 2015. 78p. Trabalho de Conclusão de Curso- Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de Jaén, 2015. Disponível em: <<http://tauja.ujaen.es/handle/10953.1/1919>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GISPERT, Oriol. **Retorn a la terra lliure**. Direção: Oriol Gispert, Marc Balfagón, Jordi Sanglas, Marc Parramón. Produção: La Lupa Produccions, Mallerich Paco Poch e LaQuimera Audiovisuals. Co-produção: Televisió de Catalunya. 2008. 1 vídeo (00h55m09s) son., col. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t0Sz0tmwX4c>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA. **Catalanisme**. 2014a. Disponível em: <<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0224838.xml>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA. **Els Països Catalans**. 2014b. Disponível em: <<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0048266.xml>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GRAN ENCICLOPÈDIA CATALANA. **Xarnego**. 2015. Disponível em: <<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0151556.xml>>. Acesso em 14 jun. 2020

GRANJA, José Luis de la; PABLO, Santiago; POBES, Coro Rubio. **Breve historia de Euskadi**. De los fueros a la autonomía. Barcelona: Debate, 2011, 318p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=O9x4ii9vcLIC&pg=PT224&lpg=PT224&dq=ac%C3%ADan+que+se+pudiera+hablar+de+una+sociedad+conflictiva+y+de+una+Constituci%C3%B3n+santiago+de+pablo&source=bl&ots=mVgYwAGBQ6&sig=ACfU3U0NcpEdDTtuAs69wLeTJuWDBvn9ww&hl=es&sa=X&ved=2ahUKewjCr-mJx67pAhXiILkGHfG0APAQ6AEwAHoECAoQAQ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 12 maio 2020.

HIMKA, John Paul. Review: Social preconditions of national revival in Europe: a comparative analysis of patriotic groups among the smaller european nations by Miroslav Hroch. **Harvard Ukrainian Studies**, Vol. 14, No. 1/2 (June 1990), pp. 197-198. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/10.2307/41036370>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

HROCH, Miroslav. Nationalism and national movements: comparing the past and the present of Central and Eastern Europe. **Nations and Nationalism**, 1996, v.2, n°1, p.35-44. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/14706922/a00781>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

HROCH, Miroslav. National Self-Determination from Historical Perspective. **Canadian Slavonic Papers/ Revue Canadienne des Slavistes**, 1995, v.37, n°3/4, p.283-299. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/28053278/05a00d>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

IRIBARREN, Florencio Domínguez. **ETA: Estrategia organizativa y actuaciones 1978-1992**. Bilbao: Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 1998, 286p.

JIMÉNEZ, Óscar Jaime. «Gerra iraultzaile»tik higaduraren gerrara. ETAren indarkeriaren kiribila (1968-1978). *In*: Gaizka Fernández Soldevilla e Florencio Domínguez Iribarren (Orgs.). **Pardines**: ETA erailtzen hasi zenean. Madrid: Editorial Tecnos, 2018, p.197-228. Disponível em: <<http://www.memorialvt.com/wp-content/uploads/2019/01/Pardines-euskaraz.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

JIMÉNEZ, Óscar Jaime; REINARES, Fernando. The Policing of Social Protest in Spain: From Dictatorship to Democracy. *In*: Donatella della Porta e Herbert Reiter (Orgs.). **Policing Protest**: The Control of Mass Demonstrations in Western Democracies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998, p.166-187. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/898660/9606eb>>. Acesso em: 03 maio 2020.

JONES, Seth G.; LIBICKI, Martin. **How Terrorist Groups end**: Lessons for countering al Qaeda. Santa Monica: RAND, 2ªed, 2008, 252p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/838057/14768f>>. Acesso em: 29 maio 2020.

JUNCO, José Álvarez; BERAMENDI, Justo; REQUEJO, Ferrán. **El nombre de la cosa**: debate sobre el término nación y otros conceptos relacionados. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2005, 117p. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/libros/colecciones?IDP=2084>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

LABORDA, Pérez de la. La inmigración en Bilbao: 1860-1910. **Bidebarrieta**, 2003, nº13, p.149-168. Disponível em: <<https://www.ehu.es/ojs/index.php/Bidebarrieta/article/view/18507>>. Acesso em: 28 maio 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5ª edição, 2003, 312 p. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 02 de jan. de 2020.

LA VANGUARDIA. **La Guardia Civil seguía desde hace dos años la piste de los miembros de Terra Lliure**. 1992a. Disponível em: <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/1992/07/29/pagina-16/33527697/pdf.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LA VANGUARDIA. **El Gobierno no tiene “nada que objetar” a las actuaciones policiales y judiciales**. 1992b. Disponível em: <<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/1992/07/29/pagina-15/33527134/pdf.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LA VANGUARDIA. **El Tribunal de Estrasburgo condena a España por no investigar una denuncia de tortura a independentistas catalanes**. 2004. Disponível em: <<https://www.lavanguardia.com/politica/20041102/51262800221/el-tribunal-de-estrasburgo-condena-a-espana-por-no-investigar-una-denuncia-de-torturas-a-independent.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LINZ, Juan J. *et al.* **Atlas electoral del País Vasco y Navarra**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1981, 190 p.

LLERA, Francisco J. R.; MATA, José M.; IRVIN, Cynthia L. ETA: From secret army to social movement – the post-Franco Schism of the Basque Nationalist Movement. **Terrorism and Political Violence**, 1993, v.5, n°3, p.106-134. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/37505082/a35100>>. Acesso em: 08 maio 2020.

LLERA, Francisco José. Terrorismo y opinión pública. **El País**. 1991. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1991/11/08/opinion/689554806_850215.html>. Acesso em: 31 maio 2020

LLUCH, Jaime. How nationalism evolves: explaining the establishment of new varieties of nationalism within the national movements of Quebec and Catalonia (1976-2005). **Nationalities Papers**, v°38, n°3, 2010, pp.337-359. Disponível em: <http://www.mwpweb.eu/JaimeLluch/publication_864.html>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MATUSITZ, Jonathan. **Terrorism & Communication: A critical introduction**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013, 499p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Ttc5DQAAQBAJ&pg=PA42&lpg=PA42&dq=kneecapping+ira&source=bl&ots=aRFwu4YIR_&sig=ACfU3U1nTcNs4eC38r9Km_ytOy4zVIBO5Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjk-6_7r8PqAhWbIbkGHSTkBUQ4ChDoATAMegQIChAB#v=onepage&q=kneecapping%20ira&f=false>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MESA, Cristian Rodríguez. El andalucismo de la Asamblea de Ronda a la Guerra Civil (1918-1936): aplicación de las propuestas de Miroslav Hroch. **International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences**, 7 (3), 2018, pp 243-266. Disponível em: <<http://doi.org/10.17583/rimcis.2018.3537>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MINISTÉRIO DO INTERIOR, 2013. Disponível em: <<http://www.infoelectoral.mir.es/>>. Acesso em: 04 maio 2020.

MOLINA, Fernando. El camino de la secesión. Nacionalización de masas e independentismo (1975-2017). In: Isidro Sepúlveda Muñoz *et al.* **Nación y nacionalismos en la España de las autonomías**. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2018, p. 255- 292. Disponível em: <https://www.boe.es/biblioteca_juridica/publicacion.php?id=PUB-PB-2018-91&tipo=L&modo=2>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MURO, Diego. Counter-terrorist Strategies in Western Europe: a comparative analysis of Germany, Italy, Spain and the UK. **European University Institute, Max Weber Programme**, 2010, jun. Disponível em: <http://diana-n.iue.it:8080/bitstream/handle/1814/13520/MWP_2010_06.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MURO, Diego; LEVI, Sandra. Disembedding Terrorists: Identifying New Factors and Models for Disengagement Research. **Institut Català Internacional per la Pau (ICIP)**, 2014. Disponível em:

<<http://icip.gencat.cat/web/.content/continguts/publicacions/workingpapers/2014/arxiu/WP-2014-04-ang.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2020.

MURO, Diego; LLOSERA, Simon Vall. ¿Cuándo fracasa el terrorismo? El papel de la política antiterrorista, la fragmentación organizativa y los costes individuales en el final de Terra Lliure. **Revista Española de Ciencia Política**, nº40, 2016, pp.39-61. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/download/38561/pdf_21>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MURO, Diego. Why terrorism fails? Lessons from ETA's terrorist campaign. *In*: Diego Muro (Org.). **When does terrorism works?** Routledge, 2019, pp.108-126. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/3700274/8787b1>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OBERSCHALL, Anthony. **Social Conflict and Social Movements**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1973, 192p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/3515400/5e19ba>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PABLO, Santiago de. El nacionalismo vasco ante el Estado español (1895-1937). **Studia historica. Historia contemporánea**, nº18, 2000, pp. 79-93. Disponível em: <https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/80142/El_nacionalismo_vasco_en_el_Estado_espan.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 maio 2020.

PICH I MITJANA, Josep. La génesis del catalanismo político. De los inicios de la Restauración a la crisis del Centre Català. **HISPANIA, Revista Española de Historia**, 2008, v. LXVIII, nº.229, p.437-470. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/download/85/87>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PORTA, Donatella della. **Clandestine political violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2ªed. 2013, 326p. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/10.1017/CBO9781139043144.002>> . Acesso em: 03 jan. 2020.

PORTA, Donatella della; DIANI, Mario. **Social Movements: An introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2ª ed. 2006, 356 p. Disponível em: <https://www.hse.ru/data/2012/11/03/1249193172/Donatella_Della_Porta_Mario_Diani_Social_Mov.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PORTA, Donatella della; MATTINA, Liborio. Ciclos políticos y movilización étnica: el caso vasco. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, 1986, nº35, p.123-148. Disponível em:<http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_035_08.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

PORTA, Donatella della; O'CONNOR, Francis; PORTOS, Martín. Protest cycles and referendums for independence: closed opportunities and the path of radicalization in Catalonia. **Revista Internacional de Sociología**, 2019, v.77, nº4, p.1-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.3989/ris.2019.77.4.19.005>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PORTA, Donatella della. **Social movements, Political Violence, and the State: a comparative analysis of Italy and Germany.** Cambridge: Cambridge Press, 1995, 270p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/922730/da782c>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

PORTA, Donatella della. Social movements, studies and political violence. **The Center for Studies in Islamism and Radicalisation (CIR)**, setembro, 2009. Disponível em: <http://pure.au.dk/portal/files/32769489/H_fte_>. Acesso em: 28 jan. 2020.

PORTILLA, Manuel González *et al.* **Los orígenes de una metrópoli industrial: la Ría de Bilbao.** Bilbao: Fundación BBVA, 2001, v.1. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qkd46VQ9zAkC&pg=PA131&lpg=PA131&dq=poblacion+vizcaya+1877+a+1930&source=bl&ots=ITgoMuBFde&sig=ACfU3U3WbHwG2swE8griHi92wP0aT-c-k&hl=es&sa=X&ved=2ahUKewjKv_WR7dbpAhXyGLkGHaH3DzkQ6AEwAXoECAsQAQ#v=onepage&q=poblacion%20vizcaya%201877%20a%201930&f=false>. Acesso em: 28 maio 2020.

RAE, Real Academia Española. **Definición de comunidad autónoma.** Disponível em: <<https://dej.rae.es/lema/comunidad-aut%C3%B3noma>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RAMO, Francisco J. Llera. ETA: Ejército secreto y movimiento social. **Revista de estudios políticos**, 1992a, n°78, pp.161-190. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=27192>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

RAMO, Francisco J. Llera. Política. In: EUSTAT. **Panorama Social de la C.A de Euskadi 2000.** 2000, cap. 15, pp.552-615. Disponível em: <https://www.eustat.eus/document/pano_so_c.html>. Acesso em: 26 jul. 2020

RAMO, Francisco J. Llera. Violencia y opinión pública en el País Vasco, 1978-1992. **Revista Internacional de Sociología**, 1992b, n°3, pp.83-111. Disponível em: <https://www.ehu.es/eu/web/euskobarometro/argitalpenak/-/asset_publisher/37dNLkQMSdfJ/content/llera-92-violencia-y-opinion/pop_up?_101_INSTANCE_37dNLkQMSdfJ_viewMode=print&_101_INSTANCE_37dNLkQMSdfJ_languageId=eu_ES>. Acesso em: 17 maio 2020.

REINARES, Fernando. Democratization and State Responses to Protracted Terrorism in Spain. In: Marianne van Leeuwen (org.) **Confronting Terrorism: European Experiences, Threat Perceptions and Policies.** The Hague: Kluwer Law International, 2003, pp.57-70. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/1004645/27902f>> Acesso em: 02 maio 2020.

REINARES, Fernando. Who Are the Terrorists? Analyzing Changes in Sociological Profile among Members of ETA. **Studies in Conflict & Terrorism**, 2004, v.27, p.465-488. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/35847256/34b1c5>>. Acesso em: 22 abr. 2020

ROMO, Raúl López. El oscuro continente de la violencia política clandestina. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, 2016, n°112, p.255-270. Disponível em: <https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/112/el_oscurito_continente_de_la_violencia_politica_clandestina>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ROMO, Raúl López; SOLDEVILLA, Gaizka Fernández. From ethnic exclusion to terrorism? The case of radical Basque nationalism. **Journal of Iberian and Latin American**, 2018, v.24, n°3, pp. 443-459. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/75264443/c01333>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

RTVE. **Memorias de vida**. s/d. Disponível em: <<https://www.rtve.es/memoriadevida/detalle.php?id=619>>. Acesso em: 17 maio 2020.

SANTAMARÍA, Antonio. Miroslav Hroch y el nacionalismo catalán. **El viejo topo**, n°363, 2018, pp.4-10. Disponível em: <<https://www.elviejotopo.com/articulo/miroslav-hroch-y-el-nacionalismo-catalan/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SASTRE, Carles. **Parla Terra Lliure**: els documents de l'organització armada catalana. Lleida: Editorial el Jonc, 1998.

SELLARÈS, Enric. **Principis ideològics de Terra Lliure**. Direção: Enric Sellarès. Contribuição: Frederic Bentanachs. 2011. (00h14m41s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q8vmSk5KXJA>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SMITH, Anthony D. **Nationalism**: theory, ideology, history. Cambridge: Polity Press, 2ª ed. 2010, 219 p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/5212953/cbb734>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SOLÀ, Lluís Duran. **Breu història del catalanisme, I**: del segle XIX a la Dictadura de Primo de Rivera. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2009, 240p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PIOZwoTKg_YC&pg=PA34&lpg=PA34&dq=fundador+del+catalanisme&source=bl&ots=YsiJfAVzaa&sig=ACfU3U1tF52UwN_3vsg6KWjMTgFVosENVw&hl=es&sa=X&ved=2ahUKEwj65mywv_pAhWwd98KHa1UD_sQ6AEwBHoECAgQAQ#v=onepage&q=fundador%20del%20catalanisme&f=false>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SOLDEVILLA, Gaizka Fernández. El precio de pasarse al enemigo. ETA, el nacionalismo vasco radical y la figura del traidor. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, 2013, v.35, pp. 89-110. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/rev_CHCO.2013.v35.42650>. Acesso em: 23 maio 2020.

SOLDEVILLA, Gaizka Fernández. **Historia de una heterodoxia abertzale. ETA político-militar, EIA y Euskadiko Ezkerra (1974-1994)**. 2012, 625 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Historia Contemporánea, Universidad del País Vasco, 2012. Disponível em: <<https://addi.ehu.es/bitstream/10810/11701/1/Tesis%20de%20Gaizka%20Fern%C3%A1ndez%20Soldevilla.pdf>> . Acesso em: 28 nov. 2019.

SOLDEVILLA, Gaizka Fernández. Matar por la patria. Nacionalismo radical y violencia terrorista en España (1975-2016). In: Isidro Sepúlveda Muñoz *et al.* **Nación y nacionalismos en la España de las autonomías**. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2018, p. 293- 326. Disponível em: <https://www.boe.es/biblioteca_juridica/publicacion.php?id=PUB-PB-2018-91&tipo=L&modo=2>. Acesso em: 07 dez. 2019.

TEJERINA, Benjamín. Protest Cycle, Political Violence and Social Movements in the Basque Country. **Nation and Nationalism**, n.º7, 2001, p.39-57. Disponível em: <<https://booksc.xyz/book/8991142/b51bea>>. Acesso em: 30 maio 2020.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1ªed. 1978, 337p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/2352845/6bc33e>>. Acesso em: 28 maio 2020.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2ªed. 2015, 288p. Disponível em:<<https://b-ok.cc/book/2620527/4470d7>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

VILAREGUT, Ricard. **Processos de desmobilitació de grups armats: el cas de Terra Lliure**. 2002. 64p. Trabalho de Conclusão de Curso - Universitat Oberta de Catalunya. Disponível em: <<http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/bitstream/10609/1216/1/20988tfc.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 221p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/3361852/d3654b>>. Acesso em: 23 maio 2020.

WEBSTER, Justin. **El fin de ETA**. Direção: Justin Webster. Produção: Quality Medias. 2017. 1 vídeo. (01h46m07s), son. col. Disponível em: <<https://www.eitb.tv/es/video/el-documental-arranca-con-las-conversaciones-entre-el-entonces-presidente-del-partido-socialista-de-euskadi-jesas-eguiguren-y-el-lader-de-batasuna-arnaldo-otegi-en-el-caserao-txillarre-de-elgoibar-fin-de-eta/6108/146107/gipuzkoa/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

WILKINSON, Paul. **Terrorism versus Democracy: The Liberal State Response**. London: Routledge, 3ª ed. 2011, 256p. Disponível em: <<https://b-ok.cc/book/1211874/c05e8a>>. Acesso em: 29 maio 2020.

ZABALO, Julen. ¿Es realmente cívico el nacionalismo catalán y étnico el vasco? **Papers**, v.72, 2004, p.67-85. Disponível em: <<https://papers.uab.cat/article/view/v72-zabalo>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GLOSSÁRIO

Abertzale	Neologismo em euskera criado por Sabino Arana para designar uma pessoa que ama a pátria basca. Em outras palavras, quer dizer “patriota” ou até mesmo “nacionalista basco”.
Berezis/bereziak	Termo de origem basca que pode ser traduzido para o português como “especial” ou “excelente”. O <i>Komando Bereziak</i> ou simplesmente os <i>Berezis</i> , faz referência a um grupo oriundo do ETA-pm especializado em ações armadas. Em outras palavras, era o “grupo de elite” da organização nacionalista basca.
Catalanidade	Vocábulo que expressa o conjunto de práticas e sentimentos de identificação e pertencimento à nação catalã.
Comunidade Autônoma	Entidades territoriais administrativas dotadas de determinada autonomia e reguladas por seus respectivos Estatutos.
Espanholista	Pessoa que exalta ou reafirma a identidade nacional da Espanha por meio do enaltecimento de símbolos, tradições e/ou outras características tipicamente atribuídas ao nacionalismo castelhano.
Etarra	Pessoa que pertence ou está relacionada ao grupo ETA.
Euskadi	Nome do País Basco em euskera.
Euskadikos	Palavra usada na monografia para se referir a pessoas filiadas ao partido Euskadiko Ezkerra.
Euskaldunmotzas	Junção das palavras em euskera “euskaldun” (falantes do euskera) e “motza” (curto). Quer dizer literalmente “basco cortado”. Significa uma pessoa que não fala euskera, em geral, falantes do espanhol.

Eusko Jaurlaritza	Sistema institucional do governo autónomo basco.
Generalitat	A <i>Generalitat de Catalunya</i> é o sistema institucional do governo autónomo catalão.
Iparralde	Palavra em euskera para se referir ao País Basco francês, atualmente formado pelas províncias de Labord, Baixa Navarra e Sola.
Maketo	Termo depreciativo de origem basca usado para designar pessoas não bascas que migraram ao País Basco. Em outras palavras, quer dizer “imigrante”.
Mili	Vocábulo utilizado para fazer referência aos ativistas que compunham o grupo ETA-militar.
Polimili	Vocábulo utilizado para fazer referência aos ativistas que compunham o grupo ETA-político militar.
Renaixença	Movimento cultural iniciado na Catalunha durante a primeira metade do século XIX com o objetivo de recuperar sua tradição, cultura e idioma.
Tardofranquismo	Última etapa do período franquista. Abrange os anos 1969, quando Juan Carlos se tornou o sucessor de Francisco Franco com o título de rei, até a morte de Franco, em 1975.
Xarnego	Termo depreciativo de origem castelhana usado pelos catalães para denominar a mestiçagem, seja de animais ou de pessoas. O termo é usado para caracterizar pessoas que descendem da união de catalães com imigrantes.

APÊNDICE

QUADRO COMPARATIVO		
De acordo com o esquema de desenvolvimento de movimentos nacionais de Miroslav Hroch e o sistema de análise multinível de Donatella della Porta		
	Movimento nacional	
	Basco	Catalão
Diferenças	Maniqueísmo identitário	Sentimento de dupla identidade
	Nacionalismo étnico	Nacionalismo cívico
	Movimento de libertação nacional forte e articulador dos objetivos do ETA	Movimento de libertação nacional fraco e incapaz de condensar toda a esfera independentista
Semelhanças	Ambos possuem movimentos nacionais fragmentados	
	Grupo nacionalista	
	ETA	TLL
Diferenças	Violência política clandestina em alta escala, letal, seletiva até 1980 e indiscriminada desde 1981 em diante	Violência política clandestina em baixa escala, não letal e seletiva
	Grande nível organizacional	Precariedade organizacional
	Atentados mais violentos ocorreram fora dos limites territoriais de sua nação	Atentados mais violentos ocorreram dentro dos limites territoriais de sua nação
Semelhanças	Ambos possuem uma forte influência ideológica do marxismo-leninismo	
	Ambos contaram com determinado apoio popular, porém em ocasiões distintas (ETA 1960-1979; TLL 1985-1987), por motivos distintos e em tamanhos significativamente diferentes. Ambos perderam o apoio conquistado	
	Ambos instrumentalizaram outros movimentos sociais (como o antinuclear, ambiental e campanhas contra as drogas) para ampliar sua base de apoio e fortalecer suas organizações na tentativa de alcançar com mais facilidade seus objetivos	
	Ambos desaceleraram os níveis de violência política devido à fatores externos	